



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I
RAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
MESTRADO PROFISSIONAL



ARISTELA EVANGELISTA DOS SANTOS

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CAMAÇARI/BAHIA: HISTÓRIAS E DEMANDAS FORMACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Salvador – BA
2022

ARISTELA EVANGELISTA DOS SANTOS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS DE CAMAÇARI/BAHIA: HISTÓRIAS E DEMANDAS
FORMACIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação de Jovens e Adultos, Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em EJA.

Área de Concentração: Formação de Professores e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dra. Ana Paula Silva da Conceição

Salvador – BA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237f

Santos, Aristela Evangelista dos

Formação de professores da educação de jovens e adultos de Camaçari/Bahia: Histórias e demandas formacionais contemporâneas/ Aristela Evangelista dos Santos.-Salvador, 2022. 189f.:

Orientador: Prof. Dr^a. Ana Paula Silva da Conceição.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Campus I. 2022.

Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Educação de Jovens e adultos. 2. Formação de professor. 3. Prática educativa.
I. Conceição, Ana Paula Silva da II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Campus I. III. Título

CDD: 374

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1008, DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.)

MESTRADO PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DEDEC - CAMPUS I
Departamento
de Educação



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

“FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CAMAÇARI/BAHIA: HISTÓRIAS E DEMANDAS FORMACIONAIS CONTEMPORÂNEAS”

ARISTELA EVANGELISTA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, em 16 de setembro de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Profª. Dra. ANA PAULA SILVADA CONCEIÇÃO (UNEB)
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia

Profª. Dra. JOCENILDES ZACARIAS SANTOS (UNEB)
Doutorado em Letras Universidade
do Estado da Bahia

Profª. Dra. MARIA HERMÍNIA LAJE FERNANDES LAFFIN (UFSC)
Doutorado em educação
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus resistentes e resilientes colegas de profissão, especial a Prof.^a Nilzete Ferreira Rodrigues, que sempre me inspirou e estimulou a pesquisa e que mantém viva a chama, mesmo aposentada, da educação humanizadora e libertadora. Viva a EJA, Freire vive!

AGRADECIMENTOS

Neste momento, quero agradecer a minha criança sonhadora, que desde pequenina sonhou em ser professora, talvez não de jovens e adultos, mas vivenciar a sala de aula, carregar cadernos e livros, ensinar, corrigir, elaborar atividades e situações de aprendizagens. Essa criança que impulsionou minha carreira de professora, me ensinou a sonhar, me ensinou a não perder o brilho nos olhos a cada novo aprendizado. Gratidão minha criança por ser maior que sua ilha, por ter atravessado as barreiras da sua situação e imaginar e sonhar um futuro além das possibilidades do seu presente! Gratidão minha criança!

Gratidão à minha Professora e orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Paula Silva da Conceição, por acreditar, acolher, e escolher viver essa pesquisa comigo.

Gratidão à banca da minha pesquisa, por terem aceitado o convite e pela análise criteriosa do texto dissertativo, toda minha admiração e reverência a Prof.^a Dr.^a Jocenildes Zacarias e a Prof.^aDr.^a Maria Hermínia Laffin.

Gratidão à minha amiga Nilzete Ferreira, por ter antes de mim, acreditado nesta pesquisa, a compartilhar comigo suas experiências docente nas turmas da EJA e na educação popular.

Gratidão à minha amiga e mentora Andrea Bispo, por segurar minha mão nesses últimos anos, você conheceu uma Aristela por inteiro e ainda assim se pôs ao meu lado, me encorajando a fazer mais e melhor sempre, me lembrando dos caminhos que já trilhei e de todas as minhas conquistas. Sim, eu sou capaz, eu sou potente! Gratidão!

Gratidão à Claudia Opa, uma amiga querida, uma mestra, que também vê mais em mim do que eu mesma. Gratidão pela escuta, pelos conselhos e orientações.

Gratidão à minha família, pelas vezes que escutaram meu pedido de socorro para me silenciar no quarto para estudar, ler, escrever, produzir. Gratidão por cuidarem do meu filho para me dedicar a essa pesquisa.

Gratidão à Anderson, meu marido, que esteve sempre ao meu lado na busca da realização desse sonho chamado Mestrado.

Gratidão à meu filho Ângelo por ser um farol na minha vida, que me impulsiona a ser melhor cada dia: pessoa, mãe, militante, esposa, filha, mulher, estudante e professora.

Gratidão à Nildete Barbosa, secretária acadêmica do MPEJA e colega da turma 7 do MPEJA, por ser sempre atenta às minhas necessidades de mestrandia no Programa, das quais nem eu e nem meus colegas tínhamos consciência. Gratidão pelas diversas vezes que se fez presente e resolveu situações importantes para o andamento da pesquisa nestes 3 anos de MPEJA com carinho e empatia.

Gratidão a todos os professores e professoras do MPEJA, me senti acolhida e respeitada por todos e todas, bem como pela coordenação do Programa que fez da escuta um instrumento constante nesses anos.

Gratidão às minhas amigas e colegas de trabalho por serem parceiros e parceiras, bem como colaboradores (as) nesta pesquisa, em especial aos do Centro Educacional Maria Quitéria. Gratidão à equipe gestora: Fernando, Yara, Cristina e a minha coordenadora pedagógica da EJA Janete por acreditarem no meu trabalho e me apoiarem, principalmente para com esta pesquisa.

Gratidão aos meus educandos da EJA, que me desafiam todos os dias a estudar, que me acolhem, que dão tanto de si nas aulas, que dividem comigo suas vidas e saberes. Gratidão meus queridos e queridas!

Enfim, gratidão a Deus por permitir vivenciar todas essas experiências nestes últimos 3 anos e aprender tanto com todas essas pessoas queridas e importantes na minha vida. Gratidão a Deus por permitir finalizar essa pesquisa, que é uma etapa importante para realização de tantos outros sonhos que ousou sonhar, pois como diria o saudoso Raul Seixas:

"Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, Mas sonho que se sonha junto é realidade."

Sonhar mais um sonho impossível Lutar
quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível Negar
quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer por um
pouco de paz

E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu, delirar e morrer de
paixão

E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão

Sonhar mais um sonho impossível Lutar
quando é fácil ceder

(Para o musical para O Homem de La Mancha de Ruy Guerra Joe Darion
/ Chico / Ruy
Guerra / Mitch Leigh, 1972)

SANTOS, Aristela Evangelista dos. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CAMAÇARI/BAHIA: HISTÓRIAS E DEMANDAS FORMACIONAIS CONTEMPORÂNEAS.** 2022. Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Esta dissertação trata de uma pesquisa cuja temática é: Formação de professores da Educação de Jovens e Adultos-EJA de Camaçari/Bahia: histórias e demandas formacionais contemporâneas. Elegemos como **problemática desta pesquisa**: Quais as histórias e demandas da formação de professores relacionadas à prática educativa na EJA no município de Camaçari-BA no período de 2011 a 2022? Metodologia escolhida é de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, em que se utilizará das pesquisas bibliográfica, documental e participante, tendo seus fundamentos embasados por Flick (2009), Minayo (2010, 2017), Gil (2009, 2010, 2021) e Pereira (2019). O objetivo geral é caracterizar a história e as demandas formacionais contemporâneas da prática educativa de professores municipais da Educação de Jovens e Adultos-EJA de Camaçari/Bahia. E os Objetivos Específicos são: levantar os aspectos históricos da formação de professores da EJA, a partir dos documentos públicos existentes, no município de Camaçari-Ba, no período de 2011 a 2020; identificar as demandas contemporâneas dos professores para a prática docente cotidiana na EJA em termos pedagógicos, éticos e políticos; Organizar a história da formação de professores da EJA de Camaçari/BA, enquanto dispositivo de memória e formação, junto com as colaboradoras desta pesquisa, através da construção de uma plataforma digital. A fundamentação teórica do trabalho foi construída destacando Educação de Jovens e Adultos: Arroyo (2005;2017), Freire (1967; 1987; 2015), Paiva (2004) e Haddad (2000;2015), em formação de professores da EJA- Dantas (2017; 2018), Nòvoa (1995, 2002; 2019; 2022), Machado (2014; 2008, 2016; 2017; 2021) Soares (2011). Os resultados encontrados nesta pesquisa demonstraram a necessidade do acesso dos professores da EJA de Camaçari aos documentos oficiais sobre a EJA, trazendo nesse aspecto também a memória do processo formacional dos professores da EJA, bem como a necessidade de uma formação continuada consistente e implicada com as demandas da prática docente na EJA no município em questão.

Palavras-chave: Formação de professores. EJA. Prática educativa.

SANTOS, Aristela Evangelista dos. **TRAINING TEACHERS OF YOUTH AND ADULT EDUCATION IN CAMAÇARI/BAHIA: STORIES AND CONTEMPORARY TRAINING DEMANDS**. 2022. Dissertation (Master's). Department of Education of Campus I, University of the State of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

This dissertation deals with a research whose theme is: Training of teachers of Youth and Adult Education-EJA in Camaçari/Bahia: histories and contemporary training demands. We chose as a problem for this research: What are the stories and demands of teacher training related to educational practice in EJA in the municipality of Camaçari-BA? documentary and participatory, having its foundations based on Flick (2009), Minayo (2010, 2007, 2017), Gil (2009, 2010, 2021) and Pereira (2019). Municipalities of Youth and Adult Education-EJA in Camaçari/Bahia. And the specific objectives are: to raise the historical aspects of EJA teacher training, from existing public documents, in the municipality of Camaçari-Ba, from 2011 to 2020 ; to identify the contemporary demands of teachers for the daily teaching practice at EJA in pedagogical, ethical and political terms; Organize the history of teacher training at EJA Camaçari/BA, as a memory and training device, together with the collaborators of this research, through the construction of a digital platform. The theoretical foundation of the work was built highlighting Youth and Adult Education: Arroyo (2005; 2017), Freire (1967; 1987; 2015), Paiva (2004) and Haddad (2000; 2015), in teacher training at EJA-Dantas (2017; 2018; 2019), Nòvoa (1995, 2002; 2019; 2022), Machado (2014; 2008, 2016; 2017) Soares (2011). The results found in this research demonstrated the need for EJA teachers from Camaçari to have access to official documents on EJA, bringing in this aspect also the memory of the training process of EJA teachers, as well as the need for a consistent and involved continuing education with the demands of teaching practice in EJA in the municipality in question.

Keywords: Teacher training. EJA. Educational practice.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Quadro nº01	Perfil dos sujeitos colaboradores da pesquisa	25
Gráfico 1	Do Crescimento Populacional de Camaçari entre os Anos de 1970 à 2020	35
Gráfico 2	PIB Per Capita	36
Tabela	Composição do IDEB	36
Gráfico 3	Da Evolução do IDEB de Camaçari/BA nos últimos 8 anos	37
Quadro nº 2	Organização dos Temas e Subtemas por Eixos Tempo de Formação I: aprender a conviver e a fazer	39
Quadro nº 3	Tempo de Formação e Saber II: Aprender a Conviver e a Fazer	42
Quadro nº 4	Organização do tempo juvenil	44
Quadro nº 5	Plano de Formação da EJA	47
Quadro nº 6	Historicidade do processo formacionais da EJA no período de 2010 a 2022.	48
Quadro nº 7	Oferta de Estudos Voltados a EJA no Contexto das Universidades	57
Quadro nº 8	Perfil dos Sujeitos Colaboradores da Pesquisa	64
Quadro nº 9	Respostas da entrevista semiestruturada e do questionário	65
Quadro nº 10	Das Categorias	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA-Educação de Jovens e adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

PNE- Plano Nacional de Educação

TDM – Tecnologias Digitais Móveis

TICS – Tecnologias da Informação e Comunicação

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional Estudos e Pesquisas

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

SENAI- Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial

FAMEC- Faculdade Metropolitana de Camaçari

RMS- Região Metropolitana de Salvador

SEDUC- Secretaria educação de Camaçari

ODEJA- Observatório Digital da EJA de Camaçari

SUMÁRIO

1. EJA ENFRENTAR E RESISTIR PARA EXISTIR	15
1.1 MEMÓRIAS DA PESQUISADORA – O SENTIDO DA PESQUISA	16
2. COMPREENSÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA	20
2.1 OPÇÃO METODOLÓGICA	20
2.1.1 Campo – Camaçari/Bahia	22
2.1.2 Lócus – Centro Educacional Maria Quitéria	23
2.2 SUJEITOS DAS PESQUISA- PROFESSORES	24
2.3 INSTRUMENTOS PARA A PRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES	25
2.3.1 Entrevistas semiestruturadas	27
2.3.2 Aplicação do Questionário	29
2.3.3 Diário de Campo	30
2.3.4 Análise das Informações	30
3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA NO 3 DE CAMAÇARI-BA: MEMÓRIAS E PERCURSOS CONTRUÍDOS ENTRE 2011 E 2020	35
4. FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA EDUCATIVA NA EJA	50
4.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA	54
4.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS E AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS	58
5. O QUE DIZEM OS PROFESSORES SOBRE SUA FORMAÇÃO E AS DEMANDAS FORMACIONAIS	62
5.1 FORMAÇÃO CONTINUADA	68
5.2 IDENTIDADE	71
5.3 ENTRELACAMENTO FORMAÇÃO CONTINUADA E IDENTIDADE DOS SUJEITOS DA EJA	74
5.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO CONECTADA A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA DE CAMAÇARI – REGISTRANDO A HISTÓRIA DE ONTEM E HOJE	75

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	
APÊNDICE I -PROJETO DE INTERVENÇÃO: OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA DE CAMAÇARI – ODEJA	93
APÊNDICE II-ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA: CATEGORIA: PROFESSORES	101
APÊNDICE III -TERMO DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA	103
APÊNDICE IV- TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR	104
APÊNDICE V - TERMO DE COMPROMISSO DA COLETA DE DADOS	105
APÊNDICE VI- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	106
APÊNDICE VII-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	107
APÊNDICE VIII – PRIMEIRA PÁGINA DO OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA DE CAMAÇARI -ODEJA	110
ANEXOS	
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	111
ANEXO B – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAMAÇARI - 2014-2024	122
ANEXO C – MEMORIAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE CAMAÇARI – ANO 2014 – 2016	160
ANEXO D – RESOLUÇÃO 06/2011 DO CONSELHO MUNICIPAL DE CAMAÇARI RESOLUÇÃO CME N.º 06/11	179
ANEXO E – RESOLUÇÃO CME N.º 06/11	184

1. EJA ENFRENTAR E RESISTIR PARA EXISTIR

A EJA é uma modalidade da educação que atende a jovens, adultos, idosos que não tiveram acesso à educação tida como tempo regular, ou precisaram interromper seu processo de estudos. Percebe-se que cada estudante da EJA tem a sua história própria, no entanto, muitas delas se repetem, sobretudo quanto aos motivos que os fizeram abandonar a sala de aula. O processo de exclusão e desigualdade social marcam os itinerários da maioria desses sujeitos discentes.

Esta pesquisa intitulada: *A formação de professores da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari/Bahia: Registrar a história e conhecer as demandas formativas contemporâneas*, reflete sobre a formação de professores e, especificamente, da EJA nesse município, tendo como intuito conhecer mais sobre a história formativa desses professores, bem como as demandas atuais desta categoria, além de deixar registrado o estudo em uma ferramenta digital que possa contribuir com a pesquisa e formação docente da EJA.

Para principiar esse debate, colocamos em evidência a implantação da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, no Sistema Municipal de Ensino de Camaçari, que se concretizou por meio da Resolução nº 06/2011, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação(CME), que dispõe sobre a estrutura curricular, a organização pedagógica e a seguridade do direito subjetivo público, a oferta obrigatória aos jovens, adultos e idosos ao ensino fundamental. Importante salientar que a Educação de Jovens e Adultos em Camaçari já era realidade mesmo antes da publicação da sua resolução, inclusive a elaboração do seu projeto foi construída coletivamente nos processos formativos de professores e coordenadores da redemunicipal de ensino de Camaçari/Bahia no ano de 2011.

Nesse sentido, tanto a elaboração, quanto a implantação da proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari foram construídas e instrumentalizadas no processo permanente de formação dos professores, coordenadores e gestores da EJA. Esses processos formativos ajudaram a alinhar a compreensão da proposta pedagógica, e sobretudo, da construção de um entendimento da nova configuração da Educação de Jovens e Adultos que se apresentava no período de 2011 a 2015, e que ainda hoje persiste: a presença de adolescentes nas salas da Educação de Jovens e Adultos.

A Resolução nº 06/2011 que regulamenta a Educação de Jovens e Adultos de Camaçari está pautada pelo dever do Estado em garantir a Educação Básica às pessoas jovens, adultas e idosas na especificidade dos tempos humanos, levando em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência destes educandos. Nem sempre essas especificidades foram e são colocadas na

prática, pois ao longo desses anos houve mudanças significativas na composição do quadro docente, em razão de novos concursos, aposentadoria de professores e mudanças da equipe da coordenação da EJA de Camaçari.

De acordo com o "Memorial" que registrou a trajetória da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari, entre 2013 e 2016 (tal documento consta nos arquivos da Secretaria de Educação de Camaçari), as formações dos professores, coordenadores e gestores da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari foram garantidas, incluindo nessas formações a análise e atualizações da proposta pedagógica municipal e dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que ofereciam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Assim, faz-se necessário retornarmos esse diálogo sobre as percepções de educadores e, posteriormente, dos educandos da Educação de Jovens e Adultos acerca das concepções da modalidade, como também, a adequação da Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos criada com a Resolução nº 06/2011, ou se, eventualmente, necessitamos de uma nova proposta mais atualizada e que respeite e atenda as demandas do público atual, que é formado por indivíduos que se encontram na adolescência, juventude, na vida adulta e na terceira idade.

1.1 MEMÓRIAS DA PESQUISADORA – O SENTIDO DA PESQUISA

A Educação de Jovens e Adultos faz parte da minha experiência profissional há 15 anos, iniciando em 2007 e seguindo até os dias atuais. De 2007 a 2014 participei da equipe do Programa Brasil Alfabetizado¹, composta por dez coordenadores, atuei como coordenadora de turmas e da gestão geral do programa na elaboração e execução dos planejamentos e formações para os educadores. Esta equipe acompanhava as educadoras semanalmente por meio de visitas pedagógicas, realizando intervenções conforme a necessidade das educadoras.

Esse trabalho me proporcionou conhecer ainda mais minha cidade, sua geografia, as escolas que ofereciam a modalidade da EJA, professores, formadores, inclusive da UNEB, instituições sociais, enfim, um mundo novo se descortinava, eu que até então trabalhava no Fundamental 1 diurno e nos últimos anos, exclusivamente com a Educação Infantil. Foram 12 anos de intenso trabalho, estudo e resistência para que o trabalho do Programa Brasil

¹ O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal

Alfabetizado se mantivesse com qualidade, quanto de tornar visível a importância da EJA e suas contribuições para a educação do município em si.

Em 2015, em virtude do reconhecimento da minha experiência no Programa Brasil Alfabetizado entrei para a coordenação da Educação de Jovens e adultos da Secretaria de Educação de Camaçari, atuando como técnica de acompanhamento e formação de professores. Nessas funções acompanhei as escolas que ofertam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos um pouco mais de perto do que a relação com o Programa Brasil Alfabetizado, pois a relação agora era direta, tanto o acompanhamento das realidades, necessidades das escolas da EJA, quanto às vulnerabilidades formativas dos professores. Essa coordenação da EJA tinha uma linha muito clara com relação à importância da formação e as quais seriam suas necessidades. Foram inclusive realizados projetos de formações baseadas nos diagnósticos feitos nos encontros de professores e coordenadores logo no início do ano e foi formulado um projeto de formação anual (com certificado de 120h para professores e 150h para coordenadores) os quais aconteciam 2 vezes ao mês, 1 na escola e outro encontro na SEDUC- Secretaria de Educação de Camaçari, com a coordenação da EJA. Algumas vezes contou-se com profissionais de fora da equipe e outras vezes com profissionais contratados somente para essas formações.

Considerando as experiências enquanto formadora de professores na coordenação da EJA da SEDUC, tanto no Programa Brasil Alfabetizado quanto como técnica formadora e de acompanhamento, ambas me deram um panorama importante acerca da situação da EJA, em Camaçari quanto no Brasil. Os estudos nos proporcionavam a clareza dessas realidades e eu me encantava pela modalidade que traz vida. Cada educando em quem você conversava trazem também as lutas e trajetórias que merecem e devem ser respeitadas pelos professores e principalmente pelos gestores das pastas - Governos Municipais, Estaduais e Federal.

Em 2015, tive a oportunidade de entrar para o Grupo de Pesquisa FormacceInfancia, Linguagens e EJA (DEDCI-UNEB), em que pude conhecer novas experiências e debater problemas já conhecidos. Porém em outras realidades da Bahia, presenciei algumas apresentações de pesquisa, qualificações e orientações e vi o quanto a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que necessita de mãos para fortalecer sua política educacional. Assim, essas experiências me mobilizaram a reafirmar a minha opção profissional também pela Educação de Jovens e Adultos, a refletir sobretudo da necessidade de contribuir de forma prática na melhoria da qualidade da oferta dessa modalidade no município de Camaçari.

Atualmente atuo como professora no noturno no Centro Educacional Maria Quitéria,

escolha essa, feita por me identificar com o público e por ter nesses anos construídos uma relação de responsabilidade e compromisso para com essa modalidade. Nesse fazer docente sinto inúmeras inquietações, dentre elas a ausência de discussões e interlocuções para reflexão sobre a formação docente da Educação de Jovens e Adultos nos tempos atuais, o currículo vivo e significativo para nosso público, bem como sobre a metodologia que se aproxime da diversidade de perfil da Educação de Jovens e Adultos presentes nas nossas salas de aula hoje (adolescente, jovem, adulto e idoso).

Nessa perspectiva, para iniciar este estudo estabelecemos como nosso **problema de pesquisa** pensar: Quais as demandas da formação continuada de professores para a prática docente na EJA no município de Camaçari-BA?

Para responder a essa questão elencamos o seguinte **objetivo geral**: caracterizar a história e as demandas formacionais contemporâneas da prática educativa de professores municipais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Camaçari/Bahia. **E os objetivos específicos são**: levantar os aspectos históricos da formação de professores da EJA, a partir dos documentos públicos existentes, no município de Camaçari-Ba, no período de 2011 a 2022; identificar as demandas contemporâneas dos professores para a prática docente cotidiana na EJA em termos pedagógicos, éticos e políticos; organizar a história da formação de professores da EJA de Camaçari/BA, enquanto dispositivo de memória e formação, junto com as colaboradoras desta pesquisa, através da construção de uma plataforma digital.

Esta pesquisa foi organizada em 05 (cinco) capítulos, sendo no primeiro capítulo: *EJA – Conhecer, Enfrentar e Resistir*, no qual apresentamos um panorama sobre EJA atual, sua situação atual em Camaçari, os processos formativos dos professores, o descaso, um pouco da história. Apresentamos também um pouco do percurso da pesquisadora na modalidade da EJA e o que nos instigou a realizar essa pesquisa.

No segundo capítulo com o título: *Compreensão do contexto da pesquisa* trazemos a metodologia, seu contexto, a abordagem qualitativa, as escolhas do campo, sujeitos, bem como os procedimentos da pesquisa.

No terceiro capítulo com o título: *Aspectos históricos da formação de professores da EJA no município de Camaçari/Bahia: memórias e percursos construídos entre 2011 e 2022*, apresentamos um panorama em Camaçari (meu campo de pesquisa). No capítulo, trazemos também a história das formações da EJA, a partir dos poucos registros desses processos, especificamente o registro dos anos de 2014 a 2016, no qual foi feito através de um Memorial pela coordenação da EJA à época.

No quarto capítulo com o título: *Formação docente e a prática educativa* apresentamos a formação docente como uma política pública primordial para a elevação da qualidade da educação e em especial da EJA, principalmente para desmistificar os mitos existentes e os estigmas que a modalidade vem sofrendo, sendo uma das causas principais a ausência de formações específicas para os professores da modalidade da EJA. Outro ponto importante deste capítulo é perceber a formação do professor e da professora da EJA enquanto um direito e um dever do Estado, e não uma preocupação que deva ser somente do professor, professora ou da escola.

No quinto capítulo intitulado: *O que dizem os professores da EJA de Camaçari e suas demandas formativas*, apresentamos as interpretações coletadas pelos documentos e pelos diálogos com os sujeitos colaboradores da pesquisa que trazem como demandas principais do seu processo formativos pensar e adotar-se a metodologias específicas para com os educandos da EJA, bem como que esse processo formativo seja contínuo e não esporádico como vem acontecendo no nosso município nos últimos 6 anos. Ainda neste capítulo é apresentado o Projeto de Intervenção: Observatório Digital da EJA de Camaçari-ODEC.

E finalizando, seguem as *conclusões, referências, apêndices e anexos* ao estudo.

2. COMPREENSÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA

Esta pesquisa nasce da inquietação da pesquisadora que, vivenciando a EJA nestes últimos anos 4 anos, percebeu uma lacuna no que tange à formação de professores da EJA, o que lhe atinge diretamente, visto que sou uma professora da modalidade e defendo a formação em serviço, bem como uma prática que respeite as idiossincrasias da modalidade. Segundo Freire (2015, p. 16)

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo.

A presente investigação fala justamente do meu fazer docente e das indagações e necessidades formativas no processo do ensino. Porém, essa percepção só foi possível, pois a pesquisa se faz presente no meu dia a dia, seja na presença no grupo de pesquisa Forinleja-FormacceInfâncias Linguagens e EJA/UNEB, no conviver no ambiente da universidade e de formações, bem como nos diálogos com meus pares, livros e discentes. Esses últimos me instigam a me qualificar cada vez mais para resolver as questões subjetivas e práticas que nascem a cada aula mediada, a cada escuta ativa realizada. Apresento neste capítulo as escolhas metodológicas, abordagem, campos, e instrumentos da pesquisa, os quais me encaminharão para a resposta do meu problema.

2.1 OPÇÃO METODOLOGICA

O percurso metodológico desta pesquisa pauta-se na abordagem qualitativa de natureza aplicada, referendada por Flick (2009, p. 20) em que diz que a pesquisa qualitativa se apresenta principalmente nas pesquisas sociais, visto a diversidade de contexto e significados que seus objetos e sujeitos podem proporcionar. Esta abordagem qualitativa é de grande importância nas pesquisas no campo da educação, por considerar, conforme Minayo (2009, p. 24) valores, crenças, costumes e atitudes para pautar respostas em um cenário que nem sempre é possível quantificar.

A pesquisa qualitativa traz uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser quantificado. É uma relação dinâmica, viva, orgânica, com significados para todos os sujeitos da pesquisa, principalmente para o pesquisador. É uma pesquisa descritiva e analítica desta relação do sujeito e o mundo real. A pesquisa qualitativa, estuda o ambiente da vida real,

possibilita capturar a riqueza da vida das pessoas, mostrando como enfrentam e prosperam nesse ambiente. (GIL, 2021, p. 03). Pois não é possível quantificar uma experiência para um sujeito ou grupo, é subjetivo, mas traz pistas importantes sobre a realidade que cerca determinado grupo, sua trajetória ali exposta nos revela dados que podem ser analisados e interpretados para a resolução de determinado problema.

Minayo (2001, p. 21) afirma que a abordagem qualitativa trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes. E se torna mais significativo essas descobertas da pesquisa e a pesquisa se justificam em si, quando o pesquisador ou pesquisadora se faz partícipe e sujeito da pesquisa, pois seu resultado reverberara também no seu trabalho, pois é parte do grupo a ser pesquisado, incluindo um dos *locus*, seu local de trabalho na EJA.

Neste sentido, optamos pelo método que melhor capta a realidade do objeto de pesquisa em questão, através da pesquisa participante que é definida por Brandão (1998, p. 43) como sendo “[...] a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior. A observação e a participação no estilo de vida dos sujeitos pesquisados são premissas básicas, estar dentro, ser sujeito também da pesquisa, se constituir ou se vestir do problema daquele grupo ou comunidade. “Observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos” (THIOLLENT, 1999, p. 83).

A relação dialógica, horizontal com os sujeitos é fundamental na pesquisa participante, não há coletas de dados e sim construção coletiva de informações e inclusive as análises iniciais e até mesmo as mais profundas são realizadas nas discussões dos sujeitos colaboradores com o pesquisador/sujeito, todo o processo da pesquisa se realiza em conjunto com os sujeitos colaboradores, na interação constante e produtiva. Neste sentido, afirma, que o uso da pesquisa participante implica numa revisão do percurso metodológico, pois todo o processo se efetiva em conjunto com os sujeitos envolvidos.

A participação conjunta da pesquisadora e dos sujeitos colaboradores pesquisados na realização da pesquisa participante traz uma elaboração conjunta do saber, do conhecimento. A dimensão histórica presente nos sujeitos e no *locus* da pesquisa, também fortalece a escolha, pois há uma imbricação dos sujeitos e pesquisador. Na pesquisa participante é possível e imprescindível que os sujeitos narrem, reflitam, realizem uma análise crítica da realidade, solucionem suas questões e no coletivo construam soluções e contribuam de forma categórica na melhoria da qualidade do seu trabalho ofertado, neste caso, melhoria no seu fazer e ser

discente.

O estudo perpassa por uma fase exploratória, que segundo Thiollent (2011, p. 56) consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um diagnóstico da situação dos problemas prioritários e de eventuais ações.

O trabalho coletivo, princípio norteador desta investigação, ancorou-se na pesquisaação,

[...] pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participante representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20)

Nesse contexto, Thiollent (2011, p. 22-23) destaca os aspectos principais nos quais reconhecem a pesquisa-ação como “uma estratégia metodológica da pesquisa social”: intercâmbio amplo e explícito entre pesquisadores e pessoas envolvidas; a organização e seleção das prioridades das questões a serem estudadas e ações concretas como representação das soluções possíveis; a definição do objeto a partir da situação social; o objetivo de resolver ou esclarecer os problemas da situação observada; o processo de investigação que exige “um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação” e o objetivo de ampliar “o conhecimento do pesquisador e o conhecimento ou o nível de consciência das pessoas e grupos considerados”. Assim sendo, defende a realização da investigação através da pesquisa-ação não “sobre os outros, mas e sempre com os outros”, abre espaço para a polifonia dos sujeitos na discussão do problema,

[...] requer do pesquisador ser mais que um especialista: por meio da aberturaconcreta sobre a vida social, política, afetiva, imaginária e espiritual, ela faz um convite para que ele seja verdadeiramente, e talvez, tão simplesmente, umser humano. (BARBIER, 2007, p. 15)

Ele defende “quatro temáticas centrais devem ser examinadas quando se fala do método da pesquisa-ação: a identificação do problema e a contratualização; o planejamento e a realizaçãoem espiral; as técnicas da pesquisa-ação; a teorização, a avaliação e a publicação dos resultados”. (BARBIER, 2007, p. 118).

2.1.1 Campo – Camaçari/Bahia

A escolha do campo se dá por ser a cidade onde moro e trabalho e que desenvolvi e desenvolvo minha docência em EJA e na Educação de modo geral. Camaçari também é a cidade em que nasci e vivo e possuo toda a minha família nuclear e mantenho uma relação afetiva e comprometida com a melhoria da qualidade de vida desta cidade.

Camaçari se situa na Região Metropolitana de Salvador- RMS, está a 41km da capital baiana, possui uma área total de área territorial de 784.658 quilômetros quadrados, segundo o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – IBGE, a população estimada atualmente é de 309.208 habitantes, sendo que os dados do último censo em 2010 foram de uma população de 242. 970 habitantes. Camaçari limita-se ao norte com Mata de São João, ao sul com Lauro de Freitas, ao oeste com Dias D’ Ávila, ao sudoeste com Simões Filho e ao leste com Simões Filho. No que tange à educação em Camaçari, possui 163 escolas públicas entre ensino Fundamental 1 e 2, há ofertas do ensino noturno somente na modalidade da EJA, possui 30escolas que oferecem a modalidade, sendo 15 na sede e 15 na costa da cidade. Possui umcampus da UNEB- Universidade do Estado da Bahia e da UFBA- Universidade Federal da Bahia, sendo que a UFBA ainda funciona nas instalações da Cidade do Saber, um complexo cultural e esportivo e que neste ano recebeu da prefeitura de Camaçari um terreno para a construção do campus próprio. Camaçari possui também uma Universidade privada, o CentroUniversitário UNNIFAMEC, que a pouco tempo recebeu a titulação de universidade, sendomais conhecida como a Faculdade Metropolitana de Camaçari-FAMEC, possui campus do Instituto Federal da Bahia–IFBA, do CIMATEC Park um projeto do de ampliação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI CIMATEC, esse campus será um grande complexo industrial e tecnológico, segundo o site do próprio SENAI CIMATEC, possui também campus de outras faculdades privadas, principalmente das que oferecem cursos de graduação e pós-graduação a distância ou semipresencial.

No setor da economia, a indústria Petroquímica é a maior geradora de renda para o município, pois possui um dos maiores pólos petroquímicos da América Latina. Infelizmente no ano de 2021, Camaçari sofreu uma grande perda no setor econômico e industrial, a Ford – Montadora de carros, fecha suas portas que, segundo a própria Ford, estima-se que mais de 5 mil empregos foram afetados, pois além da Ford, as empresas que funcionavam e formavam Complexo automobilístico também fecharam.

2.1.2 Lócus – Centro Educacional Maria Quitéria

O Centro Educacional Maria Quitéria é uma escola que atende ao ensino fundamental 2 da educação básica e a modalidade da EJA no diurno e noturno, sendo a EJA só ofertada no noturno. Está localizada no centro da cidade de Camaçari, próxima ao Centro Administrativo e Câmara Municipal de Vereadores. Segundo o INEP o Ideb 2019 nos anos finais da rede

municipal cresceu, mas não atingiu a meta do IDEB- 6,7, o IDEB do Centro Educacional Maria Quitéria é 3.8. No ano de 2020 foram matriculados 696 alunos e no ano de 2021 foram 732 matrículas realizadas no total.

No que tange à questão da infraestrutura, o Centro Educacional Maria Quitéria possui 1 secretaria, sala da diretoria, 1 sala da coordenação pedagógica, 1 sala de professores, 1 refeitório, o qual é no pátio da escola, 1 despensa, 1 almoxarifado, 1 laboratório informática, 1 quadra de esportes coberta, 1 pátio coberto, 1 cozinha, 1 biblioteca, 1 sala de leitura, 2 banheiros para os professores, banheiros para os alunos, 1 banheiro para quem tem mobilidade reduzida, banheiro com chuveiro e 16 salas de aula. Importante salientar que no diurno todas as salas são utilizadas para o fundamental 2 e a noite com a modalidade da EJA, só se utiliza 4 salas.

O Centro Educacional Maria Quitéria compõe no seu quadro funcional: 46 professores, 16 professores não docentes, 2 coordenadoras pedagógicas, 1 diretora e 2 vice-diretores. Sendo 06 professores da EJA.

2.2 SUJEITOS DAS PESQUISA- PROFESSORES

O universo desta pesquisa foi composto por 04 sujeitos colaboradores da Escola municipal acima citada, considerando que estes contribuíram para o levantamento das expectativas, impactos e histórico sobre a formação de professores da EJA de Camaçari, bem como trouxeram contribuições para a elaboração do conteúdo do Observatório Digital da EJA. Importante salientar que eles foram co-constructores da pesquisa e do observatório Digital da EJA, inclusive o nome do Observatório saiu desses diálogos com os sujeitos da pesquisa, que são coautores do resultado da presente pesquisa. Inicialmente eram 6 professores, porém, após o primeiro encontro 2 professores se afastaram da escola por problemas de saúde, uma com um agravamento e a outra o diagnóstico de uma doença grave.

São 4 professores que, na sua maioria, estão há muitos anos nesta unidade escolar e que já fazem parte da rede municipal de Educação de Camaçari, servidores efetivos, inclusive na EJA, sendo somente professores Leônidas que possui 3 anos na docência da EJA, mas muitos anos na escola pesquisada. Uma outra questão da escolha deste grupo de sujeitos colaboradores, é a abertura e facilidade para encontros presenciais e online, e a vontade desses em contribuir com a pesquisa em questão e a disponibilidade diária de interlocução, não com todos ao mesmo tempo, mas com todos em dias alternados da semana.

Quadro nº 01 – Perfil dos sujeitos colaboradores da pesquisa

Professores	Idade	Formação inicial	Tempo na EJA	Tempo na escola que atua
Carmem	37	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	14 anos. Turmas eixos 4 e 5	12 anos
Leônidas	40	Licenciatura em história.	3 anos de atuação; turmas eixo 4 e 5.	17 anos
Amélia	38	Pedagogia	11 anos Eixos 1,2 e 3	11 anos
Jolie	44	Letras vernáculas com Inglês	15 anos. EJA IV e V.	5 anos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

2.3 INSTRUMENTOS PARA A PRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Os dispositivos escolhidos subsidiaram a construção do corpus da pesquisa e possibilitaram a tessitura das apreensões e percepções dos sujeitos envolvidos acerca da sua ação e transformação social.

Neste sentido, a escolha metodológica nesta pesquisa, a percepção dos sujeitos, busca das respostas para a questão da pesquisa, foram elucidadas por meio dos seguintes dispositivos de informação: **pesquisa documental, entrevistas semiestruturada online, questionário, diário de campo** e percepções dos sujeitos envolvidos acerca da sua ação e transformação social.

Os caminhos pretendidos serão detalhados a seguir, buscando evidenciar, de forma organizada a constituição desta pesquisa, pois são de fundamental importância o estabelecimento das fases e o percurso realizado ao longo da trajetória investigativa.

1ª etapa – pesquisa exploratória de literatura especializada sobre metodologia científica, a fim de detalhar com precisão o problema investigado;

2ª etapa – pesquisa exploratória de literatura especializada nas categorias: educação de jovens adultos, formação de professores e prática educativa. Os procedimentos adotados nesta fase embasaram o escopo utilizado para a construção da base teórica das categorias propostas nesta pesquisa.

3ª etapa – levantamento exploratório dos registros da implantação das políticas

públicas sobre formação de professores em Camaçari e **pesquisa documental** dos registros da Secretaria de Educação de Camaçari/SEDUC e do Conselho Municipal de Educação de Camaçari dos anos de 2011 a 2022. Destacando a prática da pesquisa bibliográfica com o intuito de organizar as informações, visando à sistematização destas fontes, que estão disponibilizados na SEDUC, no Conselho Municipal de Educação e confrontando com as memórias dos professores e coordenadores da EJA do município em questão. Foram os seguintes documentos: Resoluções impressas; Projeto Pedagógico da EJA, Plano Municipal de Educação (acervo digital público), Memorial Institucional da EJA dos anos de 2012 a 2015 impresso.

4ª Etapa- Realização de 02 encontros, sendo eles: 02 encontros entrevistas semiestruturadas de forma presencial e 1 (uma) online a fim de conhecer as experiências vivenciadas ao longo da implantação e suas percepções sobre o processo, resgatando a memória desses sujeitos sobre as histórias das formações da EJA.

5ª etapa- Constituiu na construção coletiva do projeto, buscando estratégias de como organizar o dispositivo digital, enquanto dispositivo de memória e formação. Atrelando a escuta sobre as demandas formativas e da prática docente na EJA dos sujeitos colaboradores.

6ª etapa- Análises das primeiras informações e das experiências dos sujeitos professores e coordenadores a partir das informações da investigação de campo, planejando momentos a partir desta perspectiva de abordagem qualitativa e registrando através de um diário de campo validando as implicações da pesquisadora.

Salientamos que toda a pesquisa com seres humanos envolve risco em diversos tipos, variações e gradações. Diante disso, o projeto oferece riscos em potencial em dimensão psíquica, moral, intelectual, social, cultural em decorrência das ações de pesquisa. No ato da assinatura do TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os participantes serão informados dos riscos e para minimizar os impactos será dada a oportunidade de desistência em qualquer momento da entrevista e dos grupos dialogais. Em nenhum momento os nomes dos participantes serão registrados e publicados no corpo do trabalho. Os arquivos coletados na pesquisa serão guardados por um período de cinco anos, no MPEJA-DEDC I- UNEB – CAMPUS I e consta nos apêndices desta dissertação toda a documentação enviada ao Comitê de Ética para apreciação desta pesquisa, bem como o parecer de nº 5.288.920, que atesta a aprovação e que esta pesquisa seguiu os critérios da Ética em pesquisa com seres humanos conforme resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Faz-se necessário destacar também que nesta pesquisa os benefícios foram avaliados considerando várias dimensões, tais como:

✓ Dimensão acadêmica: produção de conhecimento sistematizado na área da Educação de Jovens e Adultos a partir da formação de professores, ressaltando a construção do processo identitária da EJA de Camaçari através do registro histórico das formações.

✓ Dimensão educacional: oferecer elementos que potencializarão o processo formativo dos professores da EJA através da implantação de uma plataforma digital, no que concerne a construção do processo histórico-identitário como um dispositivo de formação.

✓ Dimensão social: professores, coordenadores, escolas que atendem a EJA, Sindicato, secretaria de Educação, CME, grupos de pesquisas. Com tudo isso essa pesquisa vai dentro de uma pauta política sensível diante de movimentos afirmativos de pertencimentos da EJA e de professores que estão ligados a EJA, potencializando esse reconhecimento social, numa pesquisa cidadã e participativa.

✓ Dimensão histórica: relacionada aos participantes pretendemos registrar as histórias de vida e formação da EJA do município de Camaçari. Histórias essas de lutas pelo reconhecimento identitário dos professores da EJA de forma Institucional e social.

Nesta perspectiva, construímos para essa pesquisa um corpus que buscou respostas para a problemática do estudo, assim como para os seus objetivos gerais e específicos. Para isso foram adotados os métodos de análises visando interpretar todas as informações que os sujeitos colaboradores deram através das entrevistas semiestruturada e momentos online, das memórias de vida e formação.

2.3.1 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas com os sujeitos colaboradores se deram na modalidade de entrevistas semiestruturadas, pois possibilitam a ampliação do tema discutido, bem como permite aos sujeitos colaboradores e ao próprio sujeito pesquisador construir novas perguntas, a partir das ampliações dos entrevistados. Segundo Gil (1999, p. 120) explica que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. O entrevistador, o sujeito pesquisador deverá assegurar a discussão do tema ou problemática proposta, permitir respostas abertas, que

tragam a opinião, a criticidade dos entrevistados sem perder foco da entrevista. A fase exploratória caracterizada por este autor como primeiro contato com os envolvidos na pesquisa, trata de “detectar apoios e resistências, convergências e divergências, posição otimista e céticas, etc.” (THIOLLENT, 2011, p. 56).

Neste sentido, no processo inicial, foi realizado um momento de apresentação das intenções da pesquisa à gestora e coordenadora da escola participante, inclusive para solicitar a assinatura do **Termo de Autorização da Instituição Coparticipante**. O diálogo se deu de forma amistosa e até curiosos e em alguns momentos, formativos, inclusive dito isso pela gestora, que desconhecia a existência de alguns documentos e dos processos formativos sobre a EJA para com os gestores nos anos de 2013 a 2016.

No dia da entrevista semiestruturadas os professores e professoras sujeitos da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa – TCLE para preenchimento e leitura sobre a pesquisa. O sujeito pesquisador se colocou para tirar dúvidas acerca da pesquisa, foi dado esse momento. Todos os sujeitos compreenderam do que se tratava a pesquisa e assinaram todos o termo sem questionar nenhum dos pontos que havia no documento. Importante salientar que antes desse momento, da entrevista, a pesquisadora, por fazer parte do *locus* onde a pesquisa se deu, havia conversado em diversos momentos com os sujeitos colaboradores, desde o processo que adentrou o mestrado e sua pesquisa foi definida para ser realizada na unidade escolar em questão.

A pesquisadora antes de realizar as perguntas da entrevista, solicitou autorização do grupo para gravar via áudio a entrevista, todos presente consentiram e assim se deu. A gravação desse momento se deu pela necessidade de analisar e ser fiel as respostas dos participantes, bem como garantir que suas falas não sofrerão alterações e auxiliarão a pesquisadora no processo de análise.

O gravador preserva o conteúdo original e aumenta a precisão dos dados coletados. Registra palavras, silêncios, vacilações e mudanças no tom de voz, além de permitir maior atenção ao entrevistado. (BELEI et al, 2008, p. 189).

A entrevista semiestruturada se deu de forma entusiástica e as respostas dos professores eram dentro das suas questões com seus alunos e situações reais de dificuldades metodológicas e de compreensão sobre o público da EJA da escola. Nesse sentido o grupo focou em 3 questões importantes durante a entrevista que durou 2h30:

Demandas formacionais dos professores e professoras, demanda das práticas cotidianas e como o dispositivo digital poderia colaborar com os professores da EJA com suas demandas cotidianas.

No caminhar desses diálogos ficou perceptível a importância da escuta sensível, e a importância de toda comunidade escolar ter um processo formativo sobre a EJA; as legislações que a rege, diretrizes curriculares, metodologias. Havia um interesse por parte da gestão e dos professores e professoras colaboradoras da pesquisa em aprender mais, e uma notória postura respeitosa para com o que era dito. Neste itinerário, a pesquisa ganhava cada vez mais respaldo e validação de modo que as vozes de todos foram ouvidas, fato que fez com que de fato todos se tornassem verdadeiramente sujeitos da pesquisa, em uma atmosfera de sensibilidade e de escuta coletiva, ou seja, que envolvia tanto a pesquisadora quanto os colaboradores. Segundo Barbier (1998, p. 172): “A escuta sensível é o modo de tomar consciência e de interferir próprio do pesquisador ou educador que adote essa lógica de abordagem transversal.

2.3.3 Aplicação do Questionário

É importante ressaltar que esta investigação utiliza também questionários para a(o)s professores da escola por se tratar de um grupo pequeno, com o objetivo de ganhar tempo no recolhimento de informações, observando os elementos necessários para sua elaboração, que alguns meios de “[...] consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos” (GIL, 2002, p. 116 - 117) e por isso fizemos perguntas claras e objetivas. A necessidade do questionário se deu após realização da entrevista semiestruturada, que colaborou ao aprofundamento das questões chaves sobre as demandas formacionais, dificuldades metodológicas e sobre o observatório digital. Porém, algumas perguntas ainda ficaram sem respostas, neste sentido o questionário se fez necessário, a fim de otimizar o tempo dos sujeitos colaboradores, e dá tempo para após a entrevista semiestruturada os sujeitos participantes pudessem responder as questões de forma mais segura sobre seus processos formacionais em Camaçari e sobre suas demandas. Por ser um instrumento que permite que os sujeitos possam responder dentro do seu tempo e com o seu entendimento, as questões foram enviadas via *whatsapp* (sugestão da professora Carmem) para continuarmos na reflexão sobre os pontos chaves da pesquisa. Segundo Bell (2008, p.119);

Você só atingirá o estágio de criar um questionário depois de concluir todo o trabalho preliminar de planejar, consultar e decidir, exatamente o que você precisa descobrir. Só então, saberá se o questionário é adequado ao propósito e se é uma maneira mais eficaz de coleta de informações do que entrevistas ou observação, por exemplo.

O questionário contribuiu para o levantamento das informações que ainda precisavam ser respondidas e o tempo disponível para novos encontros e uma nova entrevista semiestruturadas não era possível. Esse questionário veio respondido pelos 4 sujeitos colaboradores da pesquisa, que inicialmente eram 6, mas devido problemas graves de saúde não puderam mais participar da pesquisa, inclusive estão de licença médica até o momento. Quando as respostas do questionário são postas em um quadro é possível perceber os sentidos e significados que as formações dos professores ofertadas ou não tiveram para cada professor/professora sujeitos da pesquisa. Mesmo com escritas diferentes, os sentidos das respostas eram o mesmo. Esses sentidos apareceram no capítulo 5 desta pesquisa.

2.3.3 Diário de Campo

Este dispositivo possibilitou as percepções dos sujeitos envolvidos acerca da sua ação e transformação social, pois foi registrado a todo momento os acesites dos sujeitos colaboradores da pesquisa, bem como registro do olhar do sujeito pesquisador, para que o mesmo não se perdesse na oralidade e no mundo das ideias somente, representando graficamente alguns pontos importantes observado no campo da pesquisa. Foi um dispositivo que colaborou para fazer ressurgir os detalhes capturadas durante o processo da pesquisa, inclusive conversas no campo que se deram antes mesmo da entrevista semiestruturada, anotações importantes, dúvidas que surgia nas conversas com a orientadora. Como afirma Minayo (1994, p. 63);

Como o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele, diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas.

É um instrumento de bastidores, um rascunho importante, que até o momento presente desta escrita se encontra sendo utilizado. A escrita das observações, do que foi dito e não dito do que deve ser descrito na pesquisa, é um registro do processo, que sem a necessidade de ser perfeito, mas contém informações e dados importantes e triviais sobre a pesquisa, seus sujeitos, campo e orientações dos professores e professoras da academia.

2.3.4 Análise das Informações

As informações coletadas e adquiridas forão sistematizadas de acordo com os procedimentos recomendados (pré-análise, descrição, interpretação) nos estudos pautados na perspectiva qualitativa, conforme nos orienta Minayo (2007, p. 27), os quais foram estruturados em 4 momentos, os quais não ocorreram necessariamente de forma sequencial e

sim em espiral. Minayo (2007, p..27) defende que o tratamento do material nos conduz a uma busca peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo está a construção fundamental do pesquisador. Essas etapas da descrição, categorização, inferência e interpretação nos ajudarão a entender melhor o que os sujeitos nos relataram, compreender as entrelinhas e trazer à tona as respostas da nossa pergunta inicial desta pesquisa e, quem sabe, revelar novas inquietações.

O momento de descrição possibilitou uma pré-análise, uma enumeração, uma leitura dos materiais levantados, das narrativas, entrevistas que balizaram a construção do perfil do grupo pesquisado. Foi possível compreender inclusive os motivos das respostas de cada entrevistado e sua implicação na EJA e com seu processo formativo ou a ausência dele na modalidade da EJA. Na construção do perfil do grupo pesquisado é importante destacar a diversidade, porém o pensar a modalidade há diversas interações no grupo, inclusive equivocados como a planejar as aulas com base na BNCC.

A interpretação foi o momento chave de síntese das questões de pesquisa envolvendo a descrição, as perspectivas e inferência/desvelamento. Neste momento, buscamos por meio da reflexão e organização dos sentidos e das fontes, analisar os resultados obtidos com o objetivo de organizar cronologicamente, o marco temporal da história formativa da EJA em Camaçari de 2011 a 2020. Importante salientar que a escassez de documentos referentes a EJA, os registros obtidos foram os mesmos que a pesquisadora já possui, pois desde 2016, não foi registrado e disponibilizado nada do público da EJA.

Assim sendo a coleta de informações ocorreu através da análise da situação atual, com os documentos oficiais como Plano Municipal da Educação- 2014-2024, o Memorial da EJA- Educação de Jovens e Adultos da gestão da coordenação de 2014 a 2016 (em anexo), a resolução de nº 06/2011. Esses documentos foram essenciais para uma leitura do panorama atual da situação da EJA de Camaçari, levantamento dos problemas/demandas da(o)s professores da EJA do município em questão. No que tange a pesquisa documental Gil (2002, p. 46- 47) destaca a importância e amplitude deste instrumento “não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema”, ressalta as vantagens: “os documentos constituem fonte rica e estável de dados”, “tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” e o tempo disponibilizado e a capacidade de interpretação dependem exclusivamente do pesquisador, sendo então de baixo custo.

Sobre esse levantamento da documentação, um dado importante nas entrevistas e mesmo antes dela, é o desconhecimento por parte da maioria dos sujeitos entrevistados,

inclusive os gestores e a coordenação da escola pesquisada, sobre eles, principalmente sobre os documentos sobre a EJA. A consulta e levantamento desses documentos foram importantes, pois fundamentaram por diversas vezes a própria pesquisa, no que tange a necessidade, a demarcação e o registro do ser, fazer docência e prática docente e políticas públicas na EJA.

Esses documentos validaram a necessidade de trazer à tona a discussão sobre as formações de professores da EJA, as possibilidades de intervenção por parte do setor público para melhoria e legalidade da oferta das formações dos professores da EJA, principalmente respeitando as especificidades da modalidade.

Assim, durante a entrevista semiestruturada e mediante as respostas do questionário, foi possível esboçar do resultado sobre as demandas, percebemos a importância de ter momento de escuta, discussão com nossos pares, suas angústias inquietações e dificuldades. Importante salientar que o levantamento das ideias sobre a formulação e o conteúdo do Observatório digital da EJA de Camaçari/Ba foi realizado nas entrevistas semiestruturadas e através das conversas pelo *whatssApp*, esse segundo processo precisou ser adicionado nesse formato, pois no mês de julho os professores da rede municipal de Camaçari deflagraram greve.

Este detalhamento flexível e de organização coletiva da pesquisa-ação reconhece que o problema nasce, num contexto preciso, de um grupo em crise.

O pesquisador não provoca, mas constata-o, e seu papel consiste em ajudar a coletividade a determinar todos os detalhes mais cruciais ligados ao problema, por uma tomada de consciência dos atores do problema numa ação coletiva. [...], os dados são retransmitidos à coletividade, a fim de conhecer sua percepção da realidade, e de orientá-la de modo a permitir uma avaliação mais apropriada dos problemas detectados. [...] a interpretação e a análise são o produto de discussões de grupo. Isso exige uma linguagem acessível a todos. O traço principal da pesquisa-ação – o feedback – impõe a comunicação dos resultados da investigação aos membros nela envolvidos, objetivando a análise de suas reações. (BARBIER, 2007, p. 54-55)

Nesta etapa possibilitou a tomada de decisões, porém algumas presencial e a maioria de forma online, esse processo permeou todo o final da pesquisa, inclusive tirar dúvidas acerca de uma escolha, algumas que não deram certo, mas ao final as decisões e escutas foram respeitadas. A seguir o detalhamento do processo de construção do Observatório Digital da EJA de Camaçari - ODEJA:

✓ Apresentação da proposta da pesquisa e do Projeto de Intervenção do Observatório Digital para o Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Camaçari-BA, a fim de que ao final da pesquisa, o Observatório Digital faça parte das propostas de formação pedagógica do sindicato, em que o mesmo o administre com a participação da pesquisadora e professores da

rede municipal, a fim de alimentá-lo. Importante salientar que essa etapa ocorreu antes da escuta com os colegas colaboradores da pesquisa, e posteriormente passada para eles e feita a escuta, eles concordavam e gostaram da ideia.

- ✓ Apresentação da proposta da pesquisa e do Projeto de Intervenção do Observatório Digital aos professores sujeitos da pesquisa;
- ✓ Pesquisa sobre o Observatório digital da EJA;
- ✓ Levantamento das demandas formacionais dos professores da EJA de Camaçari, segundo os sujeitos participantes da pesquisa;
- ✓ Entrevista semiestruturada.
- ✓ Seleção das abas que farão parte do Observatório Digital;
- ✓ Seleção e classificação do material que foi para cada aba;
- ✓ Escolha do designer, fotos etc.;
- ✓ Apresentação do observatório Digital aos professores sujeitos colaboradores da pesquisa;
- ✓ E após aprovação na defesa da pesquisa e do projeto de intervenção do Observatório Digital de Camaçari/Bahia, apresentação do Observatório em uma assembleia formativa no Sindicato dos professores;
- ✓ Importante salientar que a parte operacional da construção do Observatório Digital da EJA de Camaçari- ODEJA, bem como o manuseio do Observatório se dão através da parceria com a empresa Látios Studio Marketing Digital¹, pelo menos nos momentos iniciais de sua operação.
- ✓ Como indica Barbier (2007, p. 105), “faz parte da credibilidade da pesquisa-ação que a escrita seja coletiva. Os escritos são submetidos à leitura e discussão de todos, às vezes não ao mesmo tempo, pois devido a greve de professores, algumas escolhas foram feitas online, por *WhatsApp* devido ao tempo para a entrega da pesquisa.

Conforme defende Thiollent (2011, 61), “a solução do problema deve levar em consideração a facilidade de acesso às pessoas da população e suas condições de acesso de participação” e por isso, os sujeitos escolhidos seguiram. E, neste cenário de pesquisa, as análises dos instrumentos utilizados (pesquisa documental, questionário, entrevista

¹ A Látios Studio é uma agência de marketing que surgiu em 2019 com o objetivo de sanar a necessidade de ajudar pessoas e empresas a se posicionarem no digital. Essa parceria surge a partir de diálogos entre a pesquisadora e os criadores da empresa e

semiestruturada e diário de campo) mediante aprovação do texto organizado pelo pesquisador.

O pesquisador em pesquisa-ação não é nem um agente de uma instituição, nem um ator de uma organização, nem um indivíduo sem atribuição social; ao contrário, ele aceita eventualmente esses diferentes papéis em certos momentos de sua ação e de sua reflexão. Ele é antes de tudo um sujeito autônomo e, mais ainda, um autor de sua prática e de seu discurso. [...]. Nisso a pesquisa-ação é eminentemente pedagógica e política. Ela serve à educação do homem cidadão preocupado em organizar a existência coletiva da cidade. Ela pertence por excelência à categoria da formação, quer dizer, a um processo de criação de formas simbólicas interiorizadas, estimulado pelo sentido do desenvolvimento do potencial humano. (BARBIER, 2007, p.19)

O pesquisador reconhece seu papel social e a necessidade da contribuição e comprometimento com todos os envolvidos na pesquisa, não só com os objetivos da pesquisa. A escuta e o respeito a coletividade são essenciais.

Ressalta-se que neste contexto de pesquisa, compreendemos, conforme destaca Franco(2005) a maturidade e equilíbrio do senso investigativo de quem se propõe ser desafiado pela pesquisa-ação é porque:

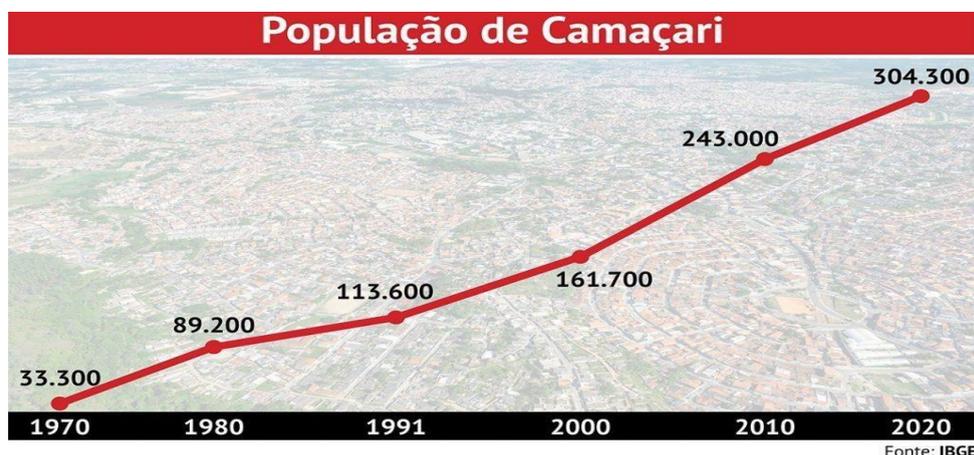
Daí decorre outra necessária consideração: a pesquisa-ação, para bem se realizar, precisa contar com um longo tempo para sua realização plena. Não pode ser um processo aligeirado, superficial, com tempo marcado. A imprevisibilidade é um componente fundamental à prática da pesquisa-ação. Considerá-la (a imprevisibilidade) significa estar aberto para reconstruções em processo, para 46 retomadas de princípio, para recolocação de prioridades, sempre no coletivo, por meio de acordos consensuais, amplamente negociados. A pressa é um pressuposto que não funciona na pesquisa-ação e se estiver presente conduz, quase que sempre, a atropelamentos no trato com o coletivo, passando a priorizar o produto, e tornando mais fácil a utilização de procedimentos estratégicos que vão descaracterizar a pesquisa. (FRANCO, 2005, p. 493)

A escolha da pesquisa ação se deu justamente pela possibilidade de continuidade ou amadurecimento do produto, da intervenção mesmo pós-período da pesquisa. O produto em questão possibilitará seu uso, manuseio, aprimoramento e contribuição continua e espaço de participação dos sujeitos colaboradores da pesquisa, esses que estão em constante relação com o pesquisador e com o produto.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA NO 3 DE CAMAÇARI-BA: MEMÓRIAS E PERCURSOS CONTRUÍDOS ENTRE 2011 E 2020

A cidade de Camaçari/Bahia está localizada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e possui o segundo maior PIB do estado da Bahia, sendo esse no valor de 26244432,85 (IBGE, 2019). Camaçari tem uma outra característica que é a migração, que começou nos anos 70 devido a construção e logo depois ao funcionamento do Polo Petroquímico, um dos maiores da América Latina. Em seguida nos anos 2000, Camaçari deu novamente um “boom” populacional devido a instalação do Complexo Automobilístico da FORD²², que junto trouxe o Pólo de borracha com 02 grandes fábricas de Pneus, a Continental e a Bridgestone. A estimativa da população de Camaçari em 2021 foi de 309.208 habitantes, sendo que no último censodemográfico a população era de 240.970 pessoas (IBGE, 2022), entre moradores da orla e da sede, um crescimento populacional de 22,06%.

Gráfico do Crescimento Populacional de Camaçari entre os Anos de 1970 à 2020.



Fonte: IBGE, 2021.

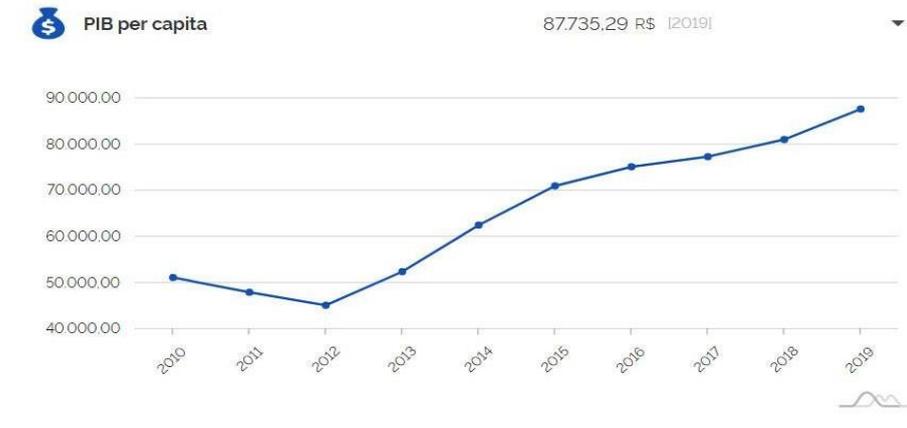
Com o aumento da migração para Camaçari/BA, vem também uma demanda pela procura de escolarização, pela procura da EJA. Na escola participante desta pesquisa, há um quantitativo considerável de estudantes da EJA que vieram de outros município e estados do Brasil. Infelizmente com este aumento populacional e a perda de postos de trabalho a violência também aumentou no município, estando na posição 36ª cidade mais violenta do Brasil, segundo o Mapa da Violência do Brasil em 2016. Este dado refleti na evasão e na falsa

²²A fábrica de automóveis da Ford anunciou o fechamento das suas fábricas no Brasil no dia 11 de janeiro de 2021, incluindo sua planta em Camaçari/BA. Essa saída da Ford do país resultou na perda de 35 a 50 mil empregos indiretos (Rede Brasil Atual, 2021).

ideia da diminuição da demanda pela EJA no município.

Abaixo trazemos o gráfico que apresenta a renda per capita do município de Camaçari nos últimos anos, sendo que esses dados se dão com presença do Complexo automobilístico da Ford, que fechou suas operações em 2021, 2 anos depois da elaboração desse gráfico.

Gráfico PIB Per Capita



Fonte: Censo demográfico IBGE, 2010.

O gráfico sobre a o pib per capita da cidade de Camaçari/Ba apresenta uma crescente no pib per capita entre os anos de 2010 e 2019. Abaixo trazemos um outro dado importante sobre o município que é o seu Ideb – Índice de desenvolvimento da educação básica, que foi criando em 2007 e segundo o MEC – Ministério da Educação (2022):

(...) reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (BRASIL – SAEB, 2022).

Tabela composição do IDEB

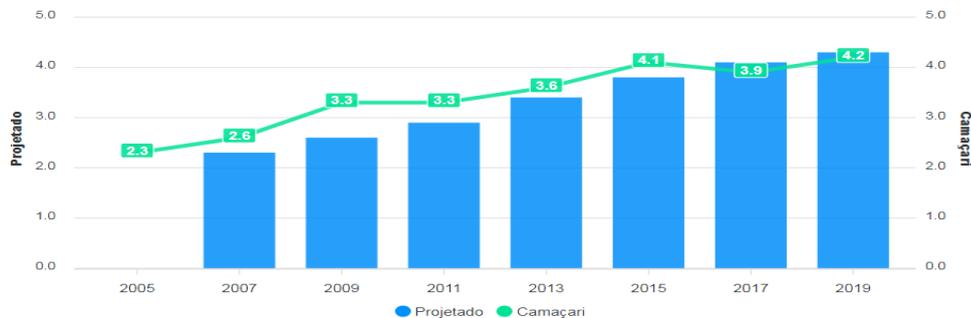
SEGMENTO	MATEMÁTICA	PORTUGUÊS	APROVAÇÃO	IDEB
Anos iniciais	5,82	5,54	0,9	5,1
Anos finais	4,69	4,74	0,89	4,2
Ensino médio	4,13	4,53	0,77	3,2

fonte: Saeb/Ideb, INEP – 2019

Gráfico da Evolução do IDEB de Camaçari/BA nos últimos 8 anos.

IDEB[Ver ideb por escola →](#)

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Veja o Ideb do país e a situação das escolas

**Evolução do IDEB**

Fonte: IDEB 2019, INEP.

Acredito que a qualidade da educação, bem como o resultado do seu investimento não seja medido por números, mas os dados do IDEB de Camaçari/Ba não seria relativamente baixo para uma cidade com uma arrecadação tão alta? Será que esses recursos estão sendo investido na própria educação e ainda no município? O que será que levou a cidade de Camaçari/Ba tão rica ainda possuir metas pequenas como 4,3 e ainda assim não conseguir atingi-la? Uma cidade que recebe tantas empresas de grande porte, incluindo multinacionais não deveria ter um Projeto de Educação que refletisse sua importância econômica, social para o Brasil? Uma outra reflexão que se faz necessária é se os dados da violência na cidade possuem uma relação que seja indireta com o baixo aprendizado dos estudantes.

Não é possível fazer uma análise precisa e fundamentada dos dados acima, e nem é essa a função desta apresentação de dados, até porque o aprendizado ou não das crianças, adolescentes e jovens, adultos e idosos possui diversos fatores, mas essas informações traz um retrato do município em questão.

Neste cenário, é importante destacar que no ano de 2022, segundo a Secretaria de Educação de Camaçari (SEDUC) foram matriculados 37,634 alunos desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 até a EJA. Ainda segundo a Seduc a matrícula da EJA chegou a 1.661 alunos e ainda há vagas, e creditou esse número à chamada realizada através de publicidade realizada pela prefeitura para com esse público específico. Esse número de matrículas se refere ao início do ano letivo, que se concretizou em março de 2022. Acredita-se

que esse número seja maior em todos os segmentos de ensino e modalidade, pois as matrículas continuam a serem realizadas durante o ano letivo.

Sendo Camaçari uma cidade industrial, litorânea, turística, e migratória, principalmente pela busca de empregos na região, Camaçari possui um público grande para a EJA, são trabalhadores e trabalhadoras de outras cidades, buscando uma vida melhor e encontram no retorno aos estudos essa chance. Atualmente Camaçari possui 28 escolas da EJA, sendo divididas entre a sede e orla da cidade (a orla da cidade fica afastada do centro administrativo e centro comercial da cidade), e oferta também a EJA dentro de uma instituição da FUNDAC- Fundação da Criança e do Adolescente, que promove a ressocialização do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, através de um convênio e acordo de cooperação técnica.

Devido às características e o respeito aos distintos públicos e perfil da EJA em Camaçari: Sede, orla e tempo juvenil, não só os currículos diferenciavam como também o calendário. Na EJA na Orla as férias começavam logo no início de novembro, devido os estudantes serem trabalhadores em tempo integral nesse período de alta estação, e evitando a evasão deles.

A oferta da modalidade da EJA no município de Camaçari é regulamentada pela resolução do CME - Conselho Municipal de Educação de nº 06/2011 e é organizada da seguinte forma:

§1º. O **TEMPO DE FORMAÇÃO** divide-se em 02 (dois) segmentos— TEMPO DE FORMAÇÃO I, com equivalência dos anos iniciais do ensino fundamental e TEMPO DE FORMAÇÃO II, com equivalência dos anos finais do Ensino Fundamental. Estrutura presencial perfazendo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. Para os anos iniciais da EJA—**TEMPO DE FORMAÇÃO I**—a duração mínima de 02 (dois) ou 03 (três) anos letivos, com uma carga horária de 800 (oitocentas) horas anuais, totalizando uma carga horária final de 2400 (duas mil e quatrocentas) horas;

§2º. O **TEMPO DE SABER** com estrutura semi-presencial, equivale aos anos finais do ensino fundamental e segue a organização abaixo:

Duração mínima de 02 (dois) anos letivos; Matrícula semestral 02 (duas) vezes por ano; As aulas presenciais ocorrerão em 03 (três) dias semanais e 02 (dois) dias se constituirão em Estudos Orientados para os educandos.

O TEMPO DE SABER terá uma carga horária de 800 (oitocentas) horas anuais, sendo 200 (duzentas) horas de Estudos Orientados e 600 (seiscentas) horas presenciais. Totalizando uma carga horária final de 1600 (mil e seiscentas) horas;

Importante salientar que atualmente a estrutura do **TEMPO DE SABER** não é mais

adotado no município, apesar de não ter sido publicado nenhuma portaria ou resolução extinguindo a mesma. A resolução nº 06/2011 do CME ainda é a adotada para nortear o funcionamento e a proposta pedagógica do município. Em 2020 o município de Camaçari participou de um programa de iniciativa da UNDIME/BA - União Nacional dos dirigentes Municipais da Educação com o objetivo da reelaboração dos Referências Curriculares dos Municípios da Bahia, tendo a UFBA – Universidade Federal da Bahia como assessoria e respaldo técnico e com o financiamento do banco Itaú. Porém, até a presente data o Referencial Curricular para a Educação de Jovens e Adultos ainda não foi publicado, sendo a EJA de Camaçari ainda regida pela resolução do CME 06/2011.

O currículo da EJA-Tempo de Saber e Tempo de formação em Camaçari visa superar a o engavetamento, separação dos saberes por disciplinas, organizando-os por Tempos humanos, eixos temáticos, temas norteadores e busca nortear o trabalho dos saberes e conhecimentos tendo como base:

- Formar os sujeitos da EJA por áreas do conhecimento, as quais devem dar conta de explicar as questões sociais da contemporaneidade;
- Garantir o aproveitamento de estudos e conhecimentos realizados antes do ingresso nos cursos da EJA, bem como os critérios para verificação do rendimento escolar, devem ser garantidos aos jovens e adultos, tal como prevê a Lei n.º 9.394/96;
- Caberá aos educadores uma nova postura: a do pensar coletivo;
- Incentivar a ofertada EJA nos períodos escolares diurno e no turno, para atender a diversidade dos educandos desta modalidade. (CAMAÇARI, CME,2011)

A seguir temos a organização dos temas e subtemas por eixos do Tempo de Formação I:

Quadro n º 2 - Organização dos Temas e Subtemas por Eixos Tempo de Formação I: aprender a conviver e a fazer

EIXO TEMÁTICO I	TEMAS GERADORES
Identidade e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade cultural. • Gênero: o lugar da mulher na sociedade. • Identidade Afro-brasileira e indígena. • A Família e Sociedade Plural: Crise e Sentidos.

TEMAS GERADORES DO EIXO I	SUBTEMAS
Diversidade cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Quem são os sujeitos da História? • Cultura e alimentação. • Trabalho e produção cultural. • Cultura, turismo, economia e festas populares.
Gênero: o lugar da mulher na sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • O papel da mulher hoje em nossa sociedade. • Ser mulher, negra e trabalhadora. • Assédio moral e sexual: O autoritarismo e a violência velada.
Identidade Afro-brasileira e indígena	<ul style="list-style-type: none"> • Viva a Diferença, abaixo a desigualdade! • Índios no Brasil: conhecer para superar preconceitos. • Os significados da terra para os indígenas. • Quilombos, quilombolas, afro-brasileiros!
A Família e Sociedade Plural: Crise e Sentidos	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento familiar: receitas e despesas. • Crianças vítimas do consumo. • O que é uma cidade? Viver e trabalhar no meio rural e urbano.
Ações coletivas para a construção da Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho, consumo, direitos e cidadania. • Cooperativismo: um por todos e todos por um.
O Cidadão como Sujeito de Direitos e Deveres	<ul style="list-style-type: none"> • O idoso como sujeito de direitos: o que sabemos sobre isso? • Direitos do consumidor.
EIXO TEMÁTICO II	TEMAS GERADORES
Cidadania e Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Ações coletivas para a construção da Cidadania. • Aldeias e Quilombos: espaços de luta e resistência. • O Cidadão como Sujeito de Direitos e Deveres. • O desemprego, a fome e suas consequências.
TEMAS GERADORES EIXO II	SUBTEMAS
Ações coletivas para a construção da Cidadania.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho, consumo, direitos e cidadania. • Diferença ou igualdade? Nossa Identidade. • Homens e Mulheres compartilhando tarefas.
O Cidadão como Sujeito de Direitos e Deveres.	<ul style="list-style-type: none"> • O idoso como sujeito de direitos: o que sabemos sobre isso? • Direitos do consumidor: A quem recorrer? • A criança e o trabalho infantil. • Para que servem os sindicatos? • Educação – prioridade de um povo. • Moradia, trabalho e alimentação: Direitos de todos.
Aldeias e Quilombos: Espaços de luta e Resistência.	<ul style="list-style-type: none"> • A influência africana na cultura brasileira. • Quilombos, quilombolas, afro-brasileiros!

O desemprego, a fome e suas consequências.	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego e exploração humana: uma relação degradante. • Violação dos direitos humanos. • Perversidades e possibilidades no mundo globalizado. • Desemprego juvenil. • Desempregado sim, desocupado, não!
EIXO TEMÁTICO III	TEMAS GERADORES
Saúde e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • A Saúde do Planeta. • Direito à qualidade de vida dos setores populares. • Segurança e defesa da vida. • As drogas lícitas como ameaças à vida.
TEMAS GERADORES DO EIXO III	SUBTEMAS
A Saúde do Planeta	<ul style="list-style-type: none"> • União e luta por um mundo melhor. • O perigo do lixo para os seres e para o planeta Terra. • O futuro da água depende de todos nós.
Direito à qualidade de vida dos setores populares	<ul style="list-style-type: none"> • No prato de cada dia, um pouco de nossa história! • Empreendimento econômicos solidários: desafios e possibilidades. • No mundo moderno, escrever é fundamental. • Melhoria na qualidade de vida.
Segurança e defesa da vida	<ul style="list-style-type: none"> • Não somos máquinas, somos gente! • Saúde: alimentação saudável e lazer. • Doenças: Prevenir ainda é o melhor remédio.
As drogas lícitas como ameaças à vida	<ul style="list-style-type: none"> • Drogas – É preciso evitar. • Consumo do álcool: maior causador de acidentes no trânsito e violência doméstica.
TEMPO DE FORMAÇÃO II E TEMPO DE SABER: APRENDER A CONVIVER E A FAZER EIXO TEMÁTICO IV	TEMAS GERADORES
Meio Ambiente, Movimentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Trajetória dos Movimentos Sociais; • Concepções de Meio Ambiente e suas implicações; • Movimentos em defesa do Meio Ambiente; • Atuação das lideranças populares em defesa da vida.

Fonte: Secretaria de Educação de Camaçari, 2015- quadro elaborado pela coordenação técnica de acompanhamento da EJA/Seduc/Camaçari, 2014.

Quadro nº 3 - Tempo de Formação e Saber II: Aprender a Conviver e a Fazer

EIXO TEMÁTICO V	TEMAS GERADORES
TEMAS GERADORES DO EIXO IV	SUBTEMAS
Trajatória dos Movimentos Sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • A participação dos jovens em grupos e movimentos culturais e sociais; • Festas populares e geração de empregos; • Pluralidade cultural no Brasil. • A trajetória da mulher na sociedade: ranços e avanços.
Concepções de Meio Ambiente e suas implicações.	<ul style="list-style-type: none"> • O Homem, a natureza e a história; • O perigo do lixo para os seres e para o planeta Terra; • Desenvolvimento sustentável; • Consumo consciente e meio ambiente.
Movimentos em defesa do Meio Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Economia solidária e meio ambiente; • O mundo do lixo; • Trabalho no capitalismo e meio ambiente; • Meio ambiente e a Constituição Brasileira.
Atuação das lideranças populares em defesa da vida.	<ul style="list-style-type: none"> • Prazer no trabalho: direito natural de todo trabalhador; • Trabalho individual e trabalho coletivo: Economia solidária; • Direitos do consumidor: órgãos legais. • Sindicatos e Associações em prol do cidadão.
Trabalho, Economia Solidária e Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> • Relações de poder no mundo do trabalho. • Experiências Históricas de Emancipação. • O Movimento Sindical e as Relações de Trabalho. • Estratégias de Emancipação e participação. • Política nas Relações de Trabalho. • A economia a serviço da vida. • O cooperativismo como Prática Solidária. • Agricultura Familiar. • Desenvolvimento autossustentável e Geração de Renda.
TEMAS GERADORES DO EIXO V	SUBTEMAS
Relações de poder no mundo do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho escravo, assalariado e cooperativo. • Trabalho: direitos e deveres. • Revolução Industrial: condições de vida e resistência dos trabalhadores.
Experiências Históricas de Emancipação.	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade, cultura e produção. • Diversidade e responsabilidade social. • Crescimento do trabalho informal. • Emancipação da mulher: vitórias e preconceitos.

O Movimento Sindical e as Relações de Trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativas: coletivo que aperfeiçoa e qualifica. • Associação e cooperativa: diferenças e semelhanças. • Reforma agrária e os direitos dos trabalhadores rurais: histórias e lutas.
Estratégias de Emancipação e participação.	<ul style="list-style-type: none"> • A força e a realização das mulheres no trabalho coletivo. • Emprego digital. • Economia solidária e o trabalho de artesanato.
Política nas Relações de Trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão social e técnica do trabalho. • Trabalhar em grupo: lidar com as diferenças.
A economia a serviço da vida.	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias simples e complexas criadas pelo ser humano. • Orçamento familiar: como driblar a inflação através do planejamento das despesas. • Plantando e comendo: Agricultura familiar
O cooperativismo como Prática Solidária.	<ul style="list-style-type: none"> • Solidariedade, união e organização nos empreendimentos. • Desemprego e Cooperativismo.
Desenvolvimento autossustentável e Geração de Renda.	<ul style="list-style-type: none"> • A Representatividade da Economia Solidária no Brasil. • Viver para trabalhar ou trabalhar para viver? • Biodiesel: impactos sociais e ambientais. • Empreendimentos econômicos solidários: desafios e possibilidades.

Fonte: Secretaria de Educação de Camaçari, 2015- quadro elaborado pela coordenação técnica de acompanhamento da EJA/Seduc/Camaçari, 2014.

Importante destacar que ainda há escolas que trabalham por disciplinas no município, mesmo tendo essa organização curricular apresentada no quadro acima. Ainda há uma dificuldade seja por parte da coordenação da EJA em realizar formações dentro da perspectiva da proposta pedagógica do município e até mesmo da compreensão por parte de alguns professores do trabalho com os eixos temáticos temas geradores. Esta questão vem ao encontro da necessidade desta pesquisa, bem como seu produto de intervenção de trazer essas informações, documentos e explicitá-lo para a comunidade da EJA de Camaçari/BA e suscitar assim uma discussão do motivo da disciplinarização ainda ocorrer no município e como mudar isso, visto que houve uma escolha por parte dos professores pelo desenvolvimento dos saberes por eixos temáticos e temas geradores.

Ainda dentro da organização curricular da EJA em Camaçari, existe uma outra proposta de organização dos saberes, atendendo a um movimento crescente dentro da EJA: A **juvenilização**, que segue a organização curricular do Estado da Bahia, esse currículo é adotado na Escola Irmã Dulce que é um anexo dentro da FUNDAC em Camaçari/Ba.

Quadro nº 4 organização do tempo juvenil

NÍVEL FUNDAMENTAL I – ETAPAS I E II				
Eixos Temáticos	Duração	Temas Geradores	Duração	Áreas do Conhecimento
I Identidade e Cultura	1 ano	<ul style="list-style-type: none"> • O jeito de Ser e Conviver do Adolescente • Namoro e Amizade: construindo a afetividade na adolescência • Família, Adolescência e Projeto de Vida • Escola: que espaço é esse? • O (a) adolescente frente à diversidade (gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual etc.) • A Religiosidade na fase da adolescência • Manifestações Culturais Populares: do espaço rural ao espaço urbano • Tribos: uma forma de identidade coletiva juvenil 	1 mês	I – Linguagens Língua Portuguesa Arte II – Matemática III – Ciências da Natureza
II Saúde e Meio Ambiente	1 ano	<ul style="list-style-type: none"> • Ser Planetário: o adolescente como cidadão do mundo • Cultura Corporal e Comportamento Juvenil • O(a) Adolescente e o Direito à Vida • Drogas Lícitas e Ilícitas: o que o (a) adolescente pensa sobre isso? • Atitudes Juvenis em Defesa do Meio Ambiente • Como Viver a Sexualidade na Adolescência • O Planeta Terra: a casa das futuras gerações • Saúde e Condições de Vida do Sujeito Juvenil 	1 mês	IV – Ciências Humanas História Geografia Ensino Religioso
NÍVEL FUNDAMENTAL II – ETAPAS III E IV				
III Sociedade e Trabalho	1 ano	<ul style="list-style-type: none"> • A Sociedade que Temos e a Sociedade que Queremos • O adolescente e a Escola: tecendo o ser e o saber • O Apelo ao Consumo e a Reação do(a) Adolescente • Geração Digital: os adolescentes e o uso das tecnologias • A Convivência Social na Adolescência • O(a) Adolescente e a experiência de Trabalho • O Adolescente e Trabalho Informal • A Família como Primeiro Espaço de Formação Social 	1 mês	I – Linguagens Língua Portuguesa Arte Língua Estrangeira Moderna Educação Física

Fonte: Organizado de acordo com a Proposta Pedagógica- Curricular do Tempo Juvenil (BAHIA, 2013, p. 41 e 42).

Como já foi dito anteriormente, a Educação de Jovens e adultos em Camaçari já era realidade mesmo antes da publicação da sua resolução, inclusive a elaboração do seu projeto foi construída coletivamente nos processos formativos de professores e coordenadores da rede municipal de ensino de Camaçari/Bahia no período entre 2010 e 2011.

Neste sentido, tanto a elaboração quanto a implantação da proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari foram construídas e instrumentalizadas no processo permanente de formação dos professores, coordenadores e gestores da Educação de Jovens e Adultos. Esses processos formativos ajudaram a alinhar a compreensão da proposta pedagógica e sobretudo a construção de um entendimento da nova configuração da Educação de Jovens e Adultos que se apresentava no período (2011 a 2015) e que ainda hoje persiste: a presença de adolescentes nas salas da Educação de Jovens e Adultos.

Após o processo da elaboração da proposta pedagógica da EJA em Camaçari e sua regulamentação, a coordenação da EJA em 2011, 2012 e 2013 se dedicou ao processo formativo para a implantação da proposta, que teve como assessora técnica a Prof^o Ms. Marlene Silva, integrante do Fórum Baiano da EJA, que trouxe um alinhamento da EJA Estadual para com a EJA municipal. Importante destacar que a composição da coordenação da EJA de Camaçari foi alterada nesses 3 anos mencionados, somente a partir de 2013 a 2016 que a equipe se manteve, possibilitando a construção e execução de um Projeto formativo para os professores da EJA de Camaçari.

Essas formações também eram oferecidas aos gestores e coordenadores, a fim de que eles também construíssem uma relação de compromisso para com a EJA. Nesse sentido, os coordenadores e gestores foram essenciais para a construção dos dados apresentados no Memorial da EJA de 2014 a 2016, trazendo informações e revelando a EJA em cada escola. Inclusive todas as informações deste capítulo se dão através das informações e documentos anexados no Memorial da EJA, memorial que foi entregue a todos os coordenadores e gestores na última formação da gestão em 2016.

Ainda de acordo com o Memorial³ que registrou a trajetória da Educação de Jovens e adultos de Camaçari de 2013 a 2016 (documento que consta nos arquivos da Secretaria de Educação de Camaçari), até o ano de 2016 as formações dos professores, coordenadores e gestores da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari foram garantidas, incluindo nessas formações a análise e atualizações da proposta pedagógica municipal e dos Projetos Políticos

³ Memorial Educação de Jovens e adultos – 2014 -2016 – documento elaborado pela coordenação técnica e de acompanhamento da EJA de Camaçari, com objetivo de registrar o processo da gestão da coordenação da EJA nos anos de 2014 a 2016.

Pedagógicos das escolas que ofereciam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Faz-se necessário retornarmos esse diálogo sobre as percepções de educadores e, posteriormente, dos educandos da Educação de Jovens e Adultos acerca das concepções desta modalidade, como também, se essas visões estão sendo respeitadas na Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (Resolução nº 06/2011) ou se necessitamos de uma nova proposta mais atualizada e que realmente respeite e atenda as demandas do público atual, que é formado por indivíduos que se encontram na adolescência, juventude, na vida adulta e na terceira idade.

Essas formações tiveram caráter também de certificação, essa por sua vez acontecendo em serviço e possibilitando aos professores, coordenadores receberem certificados e receberem gratificação por aperfeiçoamento.

A seguir um dos planos de formação elaborado pela coordenação da EJA – equipe de 2014 a 2016.

Quadro nº 5– Plano de Formação da EJA no período de 2015 a 2016

<u>PLANO DE FORMAÇÃO PARA EJA</u>		
<u>TEMA</u>	<u>CARGA HORÁRIA</u>	<u>DATA/ ANO</u>
OFICINAS DE ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS EM EJA.	28 Horas Totais. (8 encontros).	2015/2016/Junho – 2015 Julho – 2015/Agosto- 2015 Setembro -2015/Outubro – 2015 Novembro -2015 Dezembro – 2015/Março – 2016/Abril – 2016 Maio – 2016
EMENTA		
Aborda estratégias, métodos e técnicas da prática pedagógica do professor em sala de aula, principalmente, em relação ao desenvolvimento metodológico realizado para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Exercita atividades diversificadas a partir da prática articulada aos conteúdos e pesquisas.		
OBJETIVOS		
Promover Ciclo de Formação Continuada a fim de favorecer, junto aos profissionais a instauração de uma mediação docente e de um fazer didático-pedagógico condizente com os modelos propostos pelo paradigma contemporâneo da educação.		
PÚBLICO ALVO		
Professores, coordenadores pedagógicos e gestores da EJA do município de Camaçari.		
CONTEÚDOS		

(PCN) do Ensino Fundamental, mas que considerem as especificidades de alunos jovens e adultos. As propostas curriculares, organizada em três volumes:

Volume 1: Apresenta, em duas partes, temas que devem ser analisados e discutidos coletivamente pelas equipes escolares, pois trazem fundamentos comuns às diversas áreas para a reflexão curricular.

Volume 2: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, História e Geografia. Volume 3: Matemática, Ciências Naturais, Arte e Educação Física.

METODOLOGIA

A dinâmica da formação acontecerá em oito encontros de 4 horas cada, acontecerão oficinas referentes aos fazer pedagógico direcionado para a prática em sala de aula. O professor formador distribuirá conteúdos para equipes de professores nos encontros. As oficinas serão trabalhadas a partir dos documentos das propostas curriculares:

FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DA EJA;

OFICINAS DE ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS EM EJA;

LEITURA E ESCRITA COMO COMPROMISSO DE TODAS AS ÁREAS;

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP (revisão / construção) -

ARTICULAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR AO LIVRO DIDÁTICO DA

EJA; DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA -

EJA; CIDADANIA E TRABALHO – EJA EIXO II

Ações coletivas para a construção da Cidadania; Aldeias e Quilombos: espaços de luta e resistência; O Cidadão como Sujeito de Direitos e Deveres; O Desemprego, a fome e suas consequências

SAÚDE E MEIO AMBIENTE – EJA EIXO III:

A Saúde do Planeta; Direito à qualidade de vida dos setores populares; Segurança e defesa da vida e as drogas lícitas e ilícitas como ameaça à vida.

MEIO AMBIENTE E MOVIMENTOS SOCIAIS – EJA EIXO IV:

Trajetória dos Movimentos Sociais; Concepções de Meio Ambiente e suas implicações; Movimentos em defesa do meio ambiente; Atuação das lideranças populares em defesa da vida.

TRABALHO E CONOMIA SOLIDÁRIA – EJA EIXO V:

Relações de poder no mundo do trabalho; Experiências Históricas de Emancipação; O Movimento Sindical e as Relações de Trabalho; Estratégias de Emancipação e participação; Política nas relações de trabalho; A economia a serviço da vida; O cooperativismo como Prática Solidária; Agricultura Familiar; Desenvolvimento autossustentável Geração de renda

Volume 1: Apresenta, em duas partes, temas que devem ser analisados e discutidos coletivamente pelas equipes escolares, pois trazem fundamentos comuns às diversas áreas para a reflexão curricular.

Volume 2: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, História e Geografia. Volume 3: Matemática, Ciências Naturais, Arte e Educação Física.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma processual mediante assiduidade, participação e envolvimento dos educadores nas atividades propostas nos encontros, bem como na sua prática em sala de aula mediante acompanhamento da coordenação pedagógica da Unidade Escolar e da coordenação geral da EJA e dos projetos de intervenção apresentados.

Nestes últimos 6 anos (2017 a 2022) houve formações esporádicas, principalmente no início do ano, intitulada jornada pedagógica, porém ocorria somente 1h30 de palestra com o tema da Jornada do ano relacionando com a EJA. Uma consultoria foi contratada para a realização das formações, que não possui um caráter de continuidade (inclusive esses dados são confirmados na análise da pesquisa pelos professores e professoras participantes colaboradores da pesquisa), nem no sentido das formações que já tivemos anteriores no município e nem mesmo um alinhamento das próprias formações (palestras) que a consultoria mediava com os professores e professoras da rede.

Abaixo um quadro resumo sobre os processos formacionais da EJA de Camaçari /Ba no período de 2010 a 2022.

Quadro nº 06 - Historicidade dos processos formacionais da EJA no período de 2010 a 2022.

ANO	PROPOSTA DESENVOLVIDA
2010- 2011	Discussão sobre a construção da proposta pedagógica da EJA do município e sua regulamentação. - Regulamentação da EJA de Camaçari através da Resolução nº 06/2011 - Parceira com o Programa Brasil, o qual foi implantado em 2009 no município.
2012 - 2013	Processo formativo para a implantação da proposta pedagógica nas escolas. Esse processo foi assessorado pela Prof. Ms. Marlene Silva, integrante do Fórum baiano da EJA.
2014/ 2015/2016	A equipe já é outra e promove processo formativo mensal para professores, gestores e coordenadores da EJA, incluindo certificação.
2015	Atualizações dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas para a inclusão da proposta pedagógica da EJA nas escolas que ofertava a modalidade.
2016	Construção do Memorial da EJA - Processo formativo
2017	Nova gestão municipal toma posse, não há formação. Fim do Programa Brasil Alfabetizado no município
2018-2020	As formações são esporádicas, não seguem uma lógica, uma sequencia formativa, há uma preocupação com o conteúdo, mas do que com o processo formativo e específico do professor da EJA. Não há uma continuidade e respeito pela historicidade política e pedagógica dos professores. - Jornadas pedagógicas de 1h30 de duração.
2020-2021	Pandemia - Encontros formativos virtuais (2) com a intenção de mediar explicar como se dará o processo das aulas remotas com a EJA, mas fica na teorização e a oferta de atividades em um <i>software</i> da prefeitura mais uma vez distante da realidade e idiossincrasias da EJA. - Construção do Referencial Currículo da EJA do município em parceria com a UNDIME e UFBA em modelo remoto, alguns encontros online foram impossíveis de compreender o que se discutia. Até a presente data não foi publicado esse Referencial Curricular da EJA.
2022	1 Jornada Pedagógica para poucos em um Resort e a outra parte participava de forma remota. Não era possível dialogar com os palestrantes, pois o <i>chat</i> foi cortado pela secretária de Educação devido a imensa critica no diurno pelo formato e local da jornada pedagógica. - O retorno as formações só se deu em Agosto, com a temática leitura e escrita da EJA com a mesma consultoria de 2017.

Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2022.

Assim sendo, percebe-se que a formação de professores da EJA no município de

Camaçari ainda não se tornou uma política pública, um problema coletivo, que está longe de ser resolvido, principalmente pós o golpe de 2016 em que a SECADI- **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** foi desativada e com ela os projetos e acompanhamentos de programas e projetos que davam suporte fundamental a EJA a nível federal, entre outras funções da Secretaria em questão. Conhecer a história da formação de professores de Camaçari dos últimos 10 anos, possibilita analisar como os governos municipais ofertam e administram a EJA e a formação de professores da modalidade, como se eles reconhecem e respeitam à modalidade não ainda está a mercê dos governos pode suprir isso, se são sensíveis e comprometidos com a qualidade da educação, com a matrícula e permanência dos estudantes da EJA na escola, bem como com a qualidade da educação ofertada nessas unidades. Mais que isso, se há um projeto da Educação de jovens e adultos que tenha como objetivo muito mais que alfabetização, mas a oferta de uma educação capaz de garantir o direito a uma aprendizagem significativa, que respeite a diversidade da EJA, seus itinerários e necessidades reais para a vivência plena da cidadania.

4. FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA EDUCATIVA NA EJA

A Formação de professores é um quesito fundamental para pensarmos na defesa da qualidade da educação. A formação de professores é necessidade primeira no que tange a repensar o fazer pedagógico de qualquer nível da educação, em pensar a educação como um viés de transformação social, político, econômico e humano.

A sociedade contemporânea muda a todo instante, às vezes damos passos para trás, mas normalmente estamos sempre repensando nosso fazer cotidiano, as relações, o trabalho, a escola, o lazer. Nesse sentido defender o processo de formação dos professores e professoras é tarefa básica para quem administra a educação neste país, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Nesse sentido Imbernon (2011, p. 7) defende que:

(...) como toda instituição responsável pela formação inicial e permanente, como instituições “que têm a função do educar” e a profissão docente (entendida como algo mais que a soma dos professores que se dedicam a essa tarefa na instituição) devem mudar radicalmente, tornando-se algo realmente diferente, apropriado as enormes mudanças que sacudiram o último quartel de século.

Estar atento a essas mudanças na sociedade e como essas mudanças reverberam na educação é também uma ação contínua no processo formativo dos professores e professoras. As formações docentes devem buscar atender às demandas⁴ dos professores da rede, demandas atuais, pois elas não são as mesmas nem mesmo do ano passado (2021). Criar mecanismo de escuta e de respeito por esse processo é uma ação urgente e básica para compreender essas demandas e atendê-las. Essa defesa pela formação dos professores e uma formação em serviço, em repensar seu fazer pedagógico com seus pares e demais profissionais da comunidade escolar, em conjunto, é uma forma clara de pensar melhorias para a escola, a educação e a sociedade em si. Nóvoa (2019, p. 06) afirma:

Não se trata de convocar apenas as questões práticas ou a preparação profissional, no sentido técnico ou aplicado, mas de compreender a complexidade da profissão em todas as suas dimensões (teóricas, experienciais, culturais, políticas, ideológicas, simbólicas etc.).

Não é apenas uma formação técnica sobre determinado projeto da escola e sim reflexões sobre o processo do fazer docente, suas implicações políticas, culturais, teóricas e sociais. A ausência desse pensar reflete em ações, conceitos, modos e motivos, acabam tornando o fazer pedagógico um cotidiano repetitivo e que causam a exaustão e a precariedade do fazer docente, juntamente por ser automatizado e sem sentido para o professor e principalmente para seus educandos.

⁴ Segundo o dicionário online português demanda é sentir necessidade de; precisar, necessitar. Demandas vem do verbo demandar. O mesmo que: exiges, inquires, interrogas, requeres, requisitas, solicitas, reclama, pedes, processas.

A formação de professores está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96 e traz no seu art. 61 características de como deve ser a formação dos professores da educação básica, tanto a inicial quanto a em serviço.

Art. 61: A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 1996)

A formação de professores na LDB é apresentada ainda na perspectiva do “fazer” docente, na realização de atividades, e numa visão mais da prática, das competências, do saber-fazer do que intelectual ou científica, porém também é fazer, mas não somente. Essa visão vai ao encontro das formações que trazem projetos prontos e a formação do professor em serviço nesse caso é seguir a receita de bolo dada pelo seu coordenador pedagógico, replicar com suas 3, 4 ou 5 turmas.

O PNE – Plano Nacional da Educação (2014 a 2024) nas suas metas 15– 16: traz a urgência e em regime de colaboração entre as 3 esferas do executivo a busca da garantia da Política Nacional de Formação de Professores e das Professoras da Educação Básica e a atenção às demandas formativas desses profissionais possibilitando acesso inclusive a pós-graduações a esse público em questão. As metas 15 e 16 traz na sua íntegra:

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16- Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A formação do professor é redigida, defendida, escrita, porém a sua execução é dúbia, mas quem são os responsáveis? A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o MEC, as prefeituras, estados ou governo federal e até mesmo a iniciativa privada? Deixando margem para os governos silenciarem, principalmente os que não possuem a formação de professores como uma política pública básica e importante

para a melhoria e elevação da qualidade da educação. Infelizmente as metas 15 e 16 do PNE estão longes de serem alcançadas, tanto em nível federal, estadual ou municipal.

Estar em uma sala de aula requer mais que competências de metodologia, de conteúdo ou da didática, requer uma formação em que o professor compreenda o processo da construção do conhecimento, da cultura de modo geral e específico, que o mesmo possa dialogar muito além “sobre fazeres” e sim refletir sobre a reverberação dos seus atos pedagógicos, políticos, culturais e sociais dentro e fora da sala de aula. Macedo (2014, p.126) defende esse professor como um adulto em formação denuncia quando a formação não considera como tal:

Tomando o professor como um adulto em formação como exemplo, podemos acrescentar às nossas discussões, como sobre implicações podem estar levando-o a abrir mão das suas implicações em nome das tarefas propostas por instituições que trabalham descartando a sua condição de sujeito e ator da cena de seu próprio trabalho e formação.

Essa reflexão acima referenda o olhar para os professores como não sujeitos, essa negativa implica na preposição de uma formação específica para os docentes, impondo nas suas raras formações a negação do professor como um sujeito cognoscente, cultural e com identidade pedagógica. Há repetições de propostas formativas secas, e até mesmo distanciando os pares, dividindo-os e fazendo os mesmos esquecerem de suas idiossincrasias enquanto docente, enquanto sujeitos do seu pensar, do seu relacionar pedagógico e humano. A formação docente não pode ser apenas uma reprodução do que as instituições desejam, mas sair, ampliar o olhar, o sentir, conectar com sua identidade de professor, com sua personalidade pedagógica, ao constituir. Dantas; Amorim; Silva (2019, p. 07) compreendem a formação de professor:

Entendemos, a priori, a formação docente como todas as experiências que contribuem para constituição da identidade docente, sabendo que estas ultrapassam as formações programadas. É a partir dessa concepção ampla sobre formação do professor que o ser professor é investigado paralelo à constituição docente; ou seja, apreendemos que estudar a natureza da docência é também estudar o processo de sua formação enquanto tal e em seus vários aspectos.

A formação docente requer ressignificação no ser professor, mudança, vida e diálogo com necessidades da vida presente, não apenas competências, mas compreensão cultural do outro, de si, do processo e das agendas futuras na educação, que por fim, é também da sociedade. Porém, numa perspectiva de preposição, que propicie a prática docente reflexiva, instigue e promova a autonomia curricular, o respeito as identidades pedagógicas e culturais do seu local de trabalho, da sua cidade, das suas trajetórias e não de servidão a sociedade pragmática e mercadológica, ou seja, quando a educação está a serviço do capital, uma educação que visa lucros em desfavorecimento de uma educação para a humanização e cidadania plena.

Imbernón (2011, p. 41), defende a formação dos professores nessa perspectiva de humanização :

O processo de formação deve dotar os professores de conhecimentos, habilidades e atitudes para desenvolver profissionais reflexivos ou investigadores. Nesta linha, o eixo fundamental do currículo de formação do professor é o desenvolvimento de capacidade de refletir sua própria prática docente, com objetivo de aprender a interpretar, compreender e refletir sobre a realidade social e à docência.

Conhecer a si e aos seus educandos e educandas, construir sua identidade e perceber que é também sujeito aprendente. Porém, essa constatação só é possível com um processo formativo contínuo e consciente, justamente a lacuna no exercício da docência, a formação em serviço prática e reflexiva do seu ser e fazer professor, que sobretudo compreende a docência e o seu papel e da EJA na vida dos seus educandos. Neste sentido Freire afirma (2015, p. 93): “[...] como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha”.

Vivemos uma nova era e isso reflete nas relações dentro e fora da escola, reflete no nosso modo de ser professor ou professora, por isso requeremos uma formação docente e identitária que promova e acompanhe as transformações da sociedade e as reais necessidades dos seus sujeitos. As instituições formativas ainda não acompanharam algumas das necessidades formativas de seus sujeitos, principalmente no que tange a formação dos professores da EJA, seja ela inicial ou contínua. Ainda se acredita que o outro é um receptáculo vazio, apesar de repetirmos frases freirianas negando essa afirmação. Porém, algumas práticas formativas nos levam sempre para uma formação inicial, negando a nossa historicidade, formações anteriores, prática pedagógica na modalidade e habilidades em que o profissional da docência na EJA pode ter e tem o direito de ter acesso, principalmente numa formação em serviço. Neste sentido, Nóvoa (1995) afirma: “A formação não se constrói por acumulação (decursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal.”

A formação para o professor possibilita sua reconstrução e construção contínua da sua identidade, formação não é apenas saberes acumulados, conhecimentos revisitados, mas a resignificação da sua prática, dos caminhos da educação. Como podemos pensar numa educação para o futuro se não temos o direito de parar em serviço para refletir e criar? Para recriar nossa prática? A formação é a base do sentir, dá sentido ao fazer, redireciona o fazer. Para Nóvoa (2002, p. 51) essa necessidade se configura da seguinte forma:

Os professores confrontam-se, com a necessidade de reconstruir a identidade profissional, a partir de uma interrogação sobre os saberes de que são portadores e sobre a definição autônoma de normas e de valores. A formação contínua pode desempenhar um papel decisivo nesse processo de produção de

uma nova profissionalidade docente. (NÓVOA, 2002, p. 51) A educação, assim como a vida, deve ser dinâmica, bem como o ser e o fazer docente, e na EJA está preparado para a diversidade cultural dos seus educandos, priorizar uma prática que possibilite conhecer e compreender os itinerários dos seus estudantes para chegar até aquela sala de aula. O parecer nº 11/CEB/CNE/2000, recomenda que o “[...] preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino” (BRASIL, 2000, p. 56) e que “[...] as licenciaturas e outras habilitações ligadas aos profissionais do ensino não podem deixar de considerar, em seus cursos, a realidade da EJA”. (BRASIL, 2000, p. 58)

A EJA que vai além de ser diferente dos demais segmentos ou modalidades de ensino, é composta por uma historicidade carregada de significados que só seus estudantes compreendem, seus professores e professoras precisam mais que trabalhar o contexto, é ser sujeito da EJA, pois se nela ele já está, deve ser imbuído dessa historicidade, se fazer parte. Machado defende (2021, p. 60):

É perceptível que esses docentes, mais bem formados, precisam compreender a EJA como resultante de “Luta por inscrições mais democráticas, por efetivações mais realistas, contra descaracterizações mutiladoras, por sonhos de justiça”.

Contudo para que ocorra, a formação continuada, discutida e reelaborada, precisa ser realmente cotidiana e planejada com o intuito e objetivos claros das demandas de cada professor e professora, seja ele pedagogo ou pedagoga, professor ou professora com licenciatura.

4.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA

Ainda existe um número considerável de professores que estão nas salas da EJA sem uma formação específica, sem o aprofundamento sobre a modalidade, saberes básicos e metodológicos, com reflexões insuficientes sobre o que sua prática promove nos sujeitos/educandos da EJA. Isso se fortalece de acordo com que traz Haddad e Di Pierro (1994, p. 15)

Os professores que trabalham na educação de Jovens e Adultos, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou recrutados no próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que na área específica de formação de professores, tanto em nível médio quanto em nível superior, não se tem encontrado preocupação com o campo específico da EJA; devem-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração destes docentes.

A formação dos professores da EJA se faz urgente, o esvaziamento atual da EJA também se deve pela ausência de identidade dos professores para com a modalidade, que é resultado da falta de formação específica para os professores e professoras da modalidade. Porém, não só

formação, Soares (2008, p. 98) no traz uma relação de ações que podem contribuir para o fortalecimento da prática docente na EJA, que atrelado as diversas modalidade de formação podem contribuir para uma mudança significativa da ação docente:

A constituição de um quadro profissional – formado nos cursos de Pedagogia, nas licenciaturas e nas redes de educação formal e não-formal – para atuar junto a um público específico contribuirá para o fortalecimento da área, para a (re)configuração desse campo de trabalho e, certamente, para o melhor atendimento de parcelas significativas da população que foram precocemente excluídas das ações de escolarização. (SOARES, 2008, p.98)

A EJA ainda hoje possui nos seus quadros de professores e professoras, os mesmos que lecionam no Ensino Fundamental 1, as aulas às vezes aplicadas, mediadas na EJA são as mesmas que foram realizadas no diurno. Dantas (2019, p. 34) corrobora quando diz:

(...) formar professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos é uma tarefa complexa e urgente, sobretudo se considerar a situação adversa que vivenciam estes profissionais já que, via de regra, atuam no ensino noturno, depois de trabalharem dois turnos no diurno de forma intensiva; não detém uma formação específica em EJA e, além do mais, sofrem com o desprestígio social e pedagógico que predomina no trabalho com educandos adultos e idosos.

Os professores da EJA devem carregar consigo que muitos caminhos foram abertos com lutas, resistências, discussões e encontros para que a EJA existisse, para que a educação de jovens, adultos e idosos fosse considerada um direito, a trajetória de lutas em prol dessa modalidade de ensino é extensa, porém esse direito é recente e não se pode entrar nas salas da EJA e esquecer de tudo isso. A própria presença dos educandos da EJA e seus percursos são saberes que os professores precisam compreender e saber articular e transformá-los em conteúdo. Os estudantes da EJA, quando estiveram na escola, tiveram experiência negativa da mesma, e incluí-los nela exige a adoção de metodologias e práticas educacionais e culturais que não reproduzam os erros cometidos antes, na escola que frequentaram e da qual foram expulsos (GADOTTI, 2013).

Arroyo (2006) afirma que o histórico da EJA reverbera nessa não preparação para os professores atuarem na modalidade, o estigma da modalidade atinge todos os sujeitos envolvidos e com os professores não seria diferente.

A quinta Conferência Internacionais de Educação de Adultos (CONFITEA) Hamburgo/Alemanha (1997), reconhece o papel indispensável do educador bem formado (GADOTTI, 2013). Importante salientar que a Confitea V trouxe ainda a ampliação do conceito da EJA e as diversas temáticas que são pertinentes e cotidianas na modalidade. Uma das questões centrais é o direito a educação e de qualidade. O direito a uma formação específica para os professores da EJA é negado cotidianamente, a transferência e a

subordinação dos conteúdos e metodologias do diurno para a EJA ainda é algo recorrente. Machado (2008, pag.164) questiona: para que alunos estão formando nossos professores?

Existe formação inicial em EJA? Visto que tanto defendemos a formação continuada, e não é de se espantar quando notamos que os cursos de pedagogia têm no máximo um componente específico sobre a EJA e na maioria das universidades e faculdades o estágio na EJA é optativo. De acordo com Laffin (2013, apud Laffin, 2018, p. 61),

O requisito mínimo da profissionalidade docente é uma exigência de formação inicial, mas sabe-se que também dá em formação no exercício docente. Caso da EJA, essa formação em exercício tem destaque especial, até mesmo pelo lugar que os documentos normativos tais como os das diretrizes Curriculares de pedagogia (2005) e da formação de professores da Educação básica apontam para a EJA como necessidade específica dessa formação, a qual acaba sendo delegada a formação em exercício.

Na tabela abaixo Laffin (2018, p. 64) traz uma fotografia da oferta da formação inicial de professores nos estudos voltados para a EJA no Brasil nas Universidades Federais.

Quadro Nº 7 – oferta de Estudos Voltados a EJA no Contexto das Universidades Federais

Regiões	Nº de Universidades analisadas	Número de Universidades com Cursos de Pedagogia		Número de Universidades com Cursos de Licenciatura	
		Cursos com oferta de disciplinas Obrigatórias e Eletivas	Cursos com oferta somente de disciplinas Eletivas	Oferta de disciplinas Obrigatórias	Oferta de disciplinas Eletivas
NORTE	8	10 cursos	4 cursos	1 Universidade (curso de Educação do Campo)	3 universidades
NORDESTE	15 (1 com 3 e outra com 2 campi)	9 cursos	3 cursos	0	6 universidades
CENTRO-OESTE	4 (algumas com vários campi)	14 cursos	Informação não disponível na rede de internet.	Informação não disponível na rede de internet.	2 universidades
SUDESTE	20	13 cursos	2 cursos	0 cursos	7 universidades
SUL	9 (algumas com vários campi)	8 cursos	1 curso	4 Universidades (do total de 5 cursos de Educação do Campo e somente em SC não há oferta de EJA)	9 universidades
Total	59	56	10	5	27

Fonte: Dados da pesquisa sobre a oferta de estudos em EJA no contexto da formação docente em cursos de Pedagogia e Licenciaturas (2016)

Fonte: Dados da pesquisa sobre a oferta de estudos em EJA no contexto da formação docente em cursos de Pedagogia e Licenciaturas (LAFFIN, 2018)

Os dados acima demonstram a oferta dos estudos em EJA ainda são poucos, principalmente nos cursos de licenciatura, e esses profissionais estão e estarão nas turmas da EJA, com um mínimo de conhecimento específico sobre a modalidade, os cursos de pedagogia ainda são os que mais oferecem e de forma obrigatória os estudos em EJA. Estes dados refletem a dificuldade dos professores especialistas de compreenderem a diferença metodológica e de saberes entre os sujeitos da EJA e do Ensino Fundamental 2.

Machado (2008, p. 165) afirma que a primeira questão a ser enfrentada pela formação de professores da EJA é: há que se repensar os currículos dos cursos de licenciatura, para que a formação inicial trate dessa modalidade de ensino.

As especificidades da EJA só aumentam com o passar dos anos, seu processo de ensino aprendizagem requer um professor capaz de lidar com os diversos conflitos e características comuns nas turmas da EJA como: conflito geracional, diferenças enormes quanto aos níveis de escrita, leitura, de disponibilidade de tempo para os estudos, de crenças, de autoestima, de identidade e principalmente as diferenças do valor e da ideia que cada um tem da escola. Enfim, uma diversidade de situações em que a ausência de formação específica da EJA transforma o processo de ensino e aprendizagem em algo complexo e difícil, ou pelo menos com a qualidade devida e de direito que os sujeitos envolvidos tem. E infelizmente, em muitos casos ocorre a evasão, o desinteresse pelos estudos, a confirmação equivocada de que eles não aprendem e tantos mitos ligados aos sujeitos da EJA.

Di Pierro (2008, p. 952) discorre sobre o Plano Nacional de Educação - PNE quanto à formação de professores específicos da EJA e traz que:

Em meio às numerosas propostas do Eixo IV para a “Formação e valorização dos/das profissionais da educação”, consta a diretriz de formação continuada dos profissionais do magistério atuantes na EJA, com vistas a uma prática pedagógica conforme as especificidades dos sujeitos da aprendizagem (p. 88). Para superar o quadro atual de rotatividade e precariedade do vínculo de trabalho, propõe-se valorizar os profissionais que possuem formação e atuam na EJA, mediante justa remuneração e adoção de critérios de seleção, ingresso e progressão na carreira que estimulem a dedicação e permanência dos docentes na modalidade. (p. 89)

E esse estímulo a ser um professor e professora da EJA, perpassa por uma formação que lhe direcione aonde chegar e não apenas uma formação genérica, técnica e mecânica, mas que propicie uma reflexão real da sua prática e os impactos dela na vida dos sujeitos da EJA, nos mais diversos âmbitos: social, econômico, pessoal e na sociedade como um todo. Essas formações requer uma seriedade e escopo, pois atualmente percebemos que as formações são realizadas de forma aligeirada, e para cumprir demandas burocráticas das secretarias. Isso é real

e ao logo desta pesquisa infelizmente registramos essas questões.

Soares (2011, p. 287) coloca a formação dos professores da EJA como um dos desafios a enfrentarmos quando defende que:

Entre os desafios para a EJA, está a configuração de seu campo de estudo e atuação, e como parte dessa configuração, situa-se a formação do educador de jovens e adultos. É necessário, por tanto, estender a formação de jovens e adultos para além do curso de pedagogia, pois é comum ouvirmos: “Qualquer um que saiba ler pode alfabetizar”. Com origens fincadas nas ações da educação popular e em sintonia com as formulações das conferências internacionais espera-se que os estudiosos do tema contribuam com a configuração dessa área. (SOARES, 2011, p. 287).

A formação de professores da EJA requer uma celeridade e ao mesmo tempo que seu currículo e demandas sejam pensadas com cuidado e eloquência por partes dos governantes e instituições que devem a seu público não uma formação, mas um projeto de formação e que eles contenham o DNA dos sujeitos da EJA, suas memórias, trajetórias e marcas. Que esses projetos tragam para EJA a visibilidade e valor social, econômico, cultural e humanitário que ela traz para uma sociedade, que leva a sério a alfabetização e a educação de pessoas que não tiveram seus direitos básicos garantidos na infância e adolescência. Essas formações devem trazer as problematizações da docência na EJA, e reflexões para suas soluções e que as mesmas nasçam no “chão” desses encontros e que sejam provocadoras de novas indagações e busca por soluções de forma coletiva, colegiada e com todos sujeitos da EJA envolvidos.

E imprescindível, na contemporaneidade, uma postura de aprendiz do professor ou professora de qualquer seguimento ou modalidade e a formação continuada é um instrumento desse aprendizado constante e reflexão das suas demandas. As práticas formadoras de professores da EJA precisam estar presentes desde a formação inicial dos pedagogos, professores de licenciaturas e fomentar o debate acadêmico sobre as parcerias necessárias com as prefeituras, estados e governo federal para a superação das lacunas ainda existentes na formação inicial e continuada dos professores da EJA.

4.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS E AS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS

A prática pedagógica na EJA exige conhecimento sobre seus educandos e sobre ser sujeito na EJA, perceber-se coautor dos processos ensino e aprendizagem e não o "salvador" ou o responsável pela aprendizagem do educando na EJA, proporcionar um ambiente democrático, orgânico, em que o conhecimento é construído tendo como base as necessidades dos seus estudantes, a partir dos seus anseios. Perceber-se sujeito da sua prática, da sua docência e nesse

instante refletir conscientemente sobre as relações dentro e fora da prática pedagógica para e com os adolescentes, jovens, adultos e idosos. Segundo Freire (2002, p.161);

A prática educativa é tudo isso, afetividade, alegria, capacidade científica e domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje”. Assim, a escola torna-se um espaço privilegiado para que aconteça a escuta de diferentes linguagens e opiniões dos sujeitos, sendo esta uma condição necessária e importante no processo educativo da EJA.

A sala de aula da EJA requer uma multiplicidade de saberes, uma prática que inspire a superação do momento presente, que permita a seus estudantes saltos qualitativos e quantitativos na vida, eles sempre acreditaram que a escola, a sala de aula lhe proporcionariam isso, serem visto, ouvidos. A prática pedagógica na EJA é social, é política. Freire (2015, p. 98) defende que:

Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma o missão mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. (FREIRE, 2015, pag. 98).

É um desafio para os professores da EJA, relacionar um conhecimento científico com as demandas e práticas sociais dos seus estudantes, sair do conteudismo e trazer os saberes pertinentes a seu público, sem esquecer a cientificidade. Conforme Bachelard (1996, p. 24 apud GIOVANETTI, 2017, p. 24)

(...) toda cultura científica deve começar (...) por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa mais difícil: colocar cultura científica em cada estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim a razão razões para evoluir.

O conhecimento científico por vez, deve estar a serviço da cultura dos estudantes e na EJA essa relação é mais que necessária, pois para haver diálogo, é preciso estar em um mesmo movimento, se colocar a compreender e ser compreendido. Freire (2015, p. 120),

No fundo, o educador que respeita a leitura de mundo do educando reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, por isso mesmo, recusando a arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria da posição verdadeiramente científica”.

A afirmação freiriana do livro *Pedagogia da autonomia*, mesmo sendo de um livro que foi publicado na sua primeira edição em 1996, traz um aporte teórico sobre a prática pedagógica atual, uma demanda contemporânea da prática docente na EJA. Partir dos conhecimentos e cultura dos seus educandos, estudantes é ação primeira de qualquer professor ou professora nos tempos atuais. Como os estudantes irão construir seu pensamento autônomo num ambiente marcado pela superioridade e importância somente do pensamento do professor? Na EJA a

prática pedagógica deve buscar descentralizar a figura do professor ou professora e torná-lo um sujeito do processo de ensino e aprendizagem não o foco. Neste sentido, a sala da EJA deve ser um espaço onde todas as vozes são importantes, construindo uma educação dialógica, horizontal e de escuta mútua.

Segundo Laffin (2006 p. 171) na sua pesquisa do doutorado intitulada - *A constituição da docência entre professores de escolarização inicial de jovens e adultos*, conclui que:

(...) Essa relação dialógica é percebida como uma forma de lidar também com a imagem de desvalorização que os sujeitos têm de si, mediante seu acolhimento para o processo ensino-aprendizagem. Uma intencionalidade e disponibilidade docente de acolhimento do sujeito para o ato de conhecimento provê condições que podem viabilizar uma outra relação com o saber, mobilizando o aluno para o ato de aprender. Penso assim que a Educação de Jovens e Adultos, não se dá somente pela oferta da escolarização e pela viabilização da apropriação de saberes, mas também porque os sujeitos jovens e adultos encontram nessa escolarização um espaço que lhes é de direito e no qual interagem socialmente. (LAFFIN, 2006, p.171).

A prática pedagógica da EJA emerge para uma constante consciência de si e do outro, uma opção pelo afeto, afeto no sentido de afetar, de tocar o outro, de estar com o outro, numa relação implicada do ser professor e professora da EJA. Construir uma prática com o outro e a serviço do todo, a serviço de uma prática pedagógica responsável, comprometida na construção cotidiana de uma sociedade mais justa, acolhedora, que agrega e não separa, que não rouba os direitos essenciais dos sujeitos, que não é mais um ser sem voz, mais um cidadão, que na busca do saber, se encontra, encontra seus direitos, seus pares e sua voz. Larrosa (2002, p. 52) defende que:

Não se trata de uma relação exterior com aquilo que se aprende, na qual o aprender deixa o sujeito modificado. Aí trata-se muito mais de se construir de uma determinada maneira. De uma experiência em que alguém, a princípio, era de uma maneira ou não era nada, pura indeterminação, e, ao final, converteu-se em outra coisa. Trata-se de uma relação interior com a matéria de estudo, na qual o aprender forma e transforma o sujeito [...] de tal natureza que, nela, alguém se volta para si mesmo, é levado para si mesmo.

O desafio cotidiano na prática docente na EJA atualmente é, justamente, que a forma, as crenças, valores, concepção de mundo, são fatores preponderantes no processo de ensino e aprendizagem da EJA, fatores esses que exercem um papel fundamental no ser estar sujeitos da EJA, ser e estar estudante, educandos da EJA. Acredita-se que os conteúdos pouco importam, pois quando me reconheço enquanto ser social e sujeito histórico, compreendo e leio o mundo a minha volta e ler posteriormente sua palavra será muito mais fácil, prazeroso e também necessário. Freire (2002, p.43), afirma que:

Enquanto a prática bancária enfatiza, direta ou indiretamente, a percepção fatalista que estejam tendo os homens de sua situação. A prática

problematizadora, ao contrário, propõe aos homens a sua situação como problema. Propõe a eles sua situação como incidência de seu ato cognoscente, através do qual será possível a superação da percepção mágica ou ingênua que dela tenham. A percepção ingênua ou mágica da realidade, da qual resultava a postura fatalista, cede seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la.

A prática docente na EJA demanda escuta, compreensão social, política e encontro com o outro, com a liberdade de ser, uma prática aberta a pluralidade de sentidos, sentimentos e significados, a premissa que a voz de todos precisa ser respeitada, e assim experienciada como condutora de instrumento para o aprendizado mútuo dentro da sala de aula e superando o conteúdo vazio de sentido e o tecnicismo ainda tão presente na realidade docente da EJA.

5. O QUE DIZEM OS PROFESSORES SOBRE SUA FORMAÇÃO E AS DEMANDAS FORMACIONAIS

Esta pesquisa nasceu dentro das inquietudes e diálogos de uma professora pesquisadora implicada, que marcam esse processo de pesquisa com e para a EJA, tendo seus sujeitos docentes como protagonistas da construção dos saberes e por consequente seus conhecimentos. Para Contreras (2013, p. 67) a investigação da experiência educativa é sempre uma forma de auto investigação porquanto a realizamos desde nossa visão do educativo. Percebermo-nos investigados ou investigadas assombra, porém nos traz uma esperança e luz que o novo pode surgir e não necessariamente do outro, mas de nós, do nosso próprio caminho de pesquisador/sujeito e colaboradores.

Segundo Barbier (2007, p. 81) “[...] a participação do pesquisador é um engajamento pessoal aberto para a atividade humana, visando a autonomia, e extraída das relações de cooperação e de colaboração”. A ideia de uma pesquisa co-gestada por seus pares, que se ajudam mutuamente na busca de uma solução para um problema que também é de todos, afinal, pesquisador e colaboradores vivem sobre os mesmos problemas que fizeram o nascer desta pesquisa em questão e são equivalentes competentes na busca desta resolução. Macedo (2015, p. 30) afirma que:

Para a etnopesquisa a partida é considerar que o autor social nunca deve ser percebido como um "imbecil cultural", porque concebido como portador e produtor de significantes, singularidades experienciais que, interativamente, instituem, por suas ações a realidade com as quais também é constituído.

Neste sentido, esta pesquisa busca e buscou com a “etnopesquisa” estar sempre próximos sujeitos/colaboradores, da raiz do problema e responder respeitando os sentidos e significados existentes em ambos os atores. A pesquisa nasce justamente na crença da potenciado diálogo e da diversidade de pensamentos e na experiência vivida para a formação, autoformação dos sujeitos envolvidos.

O percurso desta pesquisa se deu no ambiente de trabalho, neste sentido, o mergulho no local da pesquisa foi cotidiano, bem como os diálogos anteriores ao encontro propriamente dito para a construção coletiva de informações da pesquisa, em que foi utilizada a entrevista semiestruturada foi caracterizada pela escola como um encontro da coordenação pedagógica, tendo um caráter com duplo objetivo: formação da equipe e a realização da entrevista semiestruturada, foi baseada nas reais demandas da escola e principalmente dos professores, e cada fala e resposta eram ligadas a a uma situação da sala de aula em que o professor e professora trazia uma situação desafiadora e algumas vezes angustiante para o grupo.

Durante a entrevista os colaboradores da pesquisa se dirigiam à pessoa da pesquisadora,

para elucidar dúvidas, quanto à prática e, principalmente no que tange a metodologia em sala de aula e à relação com os sujeitos da EJA, seus educandos. Uma das questões bastante debatida foi a organização curricular da escola, que é oferecido por disciplina e os conteúdos os mesmos do Ensino Fundamental 1 e 2. As professoras do Ensino Fundamental 1 se sentem mais livres para trabalhar com temas geradores e projetos, bem como um trabalho em conjunto, mesmo sendo os conteúdos e saberes organizado por disciplinas. Outro dado importante da escola e que foi discutido é que a escola não possui uma proposta pedagógica da EJA, pois a escola que atende durante o diurno o Ensino Fundamental 2 e à noite a EJA. A escola em questão, está neste ano reformulando seu Projeto Político Pedagógico(PPP) e convocou professores da EJA para a elaboração, uma inquietação lançada nos diálogos durante a pesquisa.

Em várias falas também trazia a necessidade de encontros do tipo da pesquisa, em que pudéssemos dialogar sobre as raízes dos problemas pedagógicos da sala de aula, como por exemplo: A escola não ter uma proposta pedagógica e o entendimento por parte da equipe pedagógica sobre os saberes, currículo da EJA, e nem mesmo a discussão sobre a proposta pedagógica do município. E ao fim, os professores e professoras narravam a gratidão: - *Foi muito bom esse encontro, estávamos precisando falar sobre essas questões* (Carmem), a Professora Jolie expressou que o encontro foi: - *Esses momentos são importantes pois o trabalho fica mais colaborativo, nós discutimos as formações que não são contínuas, percebemos o quanto de tempo tem que não tivemos, tratamos das peculiaridades da nossa escola, das nossas demandas, foi um encontro empático, questões relacionadas aos nossos alunos, a nossa prática sala de aula.*

Havia uma necessidade explícita do grupo de dialogar sobre suas práticas, suas demandas, o encontro para os sujeitos colaborativos da pesquisa se mostrou um instrumento formativo e constitutivo de indagações do grupo para o grupo. Foi um momento que não acontecia na escola há muito tempo

Somos colaboradores uns dos outros, nossas demandas, necessidades aparentemente podem divergir, mas nascem e essa pesquisa aponta algumas singularidades, principalmente entre os sujeitos colaboradores da pesquisa. Apresentamos abaixo um quadro dos professores colaboradores da pesquisa e seu perfil, apresentarei os professores com nomes fictícios, mesmo eles tendo preenchido e assinado o TLC.

Quadro nº 8 Perfil dos Sujeitos Colaboradores da Pesquisa

PROFESSORES	QUESTÕES				
	Idade	Formação inicial	Especialização Qual ou quais?	Tempo na EJA	Tempo na escola que atua
Carmem	37	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	Educação Ambiental para a Sustentabilidade	14 anos. Turmas eixos 4 e 5	12 anos
Leônidas	40	Licenciatura em história.	Metodologia de ensino da educação física e esporte; Organização pedagógica da escola	3 anos de atuação; turmas eixo 4 e 5.	17 anos
Amélia	38	Pedagogia	Sim, psicopedagogia, metodologia e didática do ensino superior, gênero e educação, gestão pública.	11 anos Eixos 1,2 e 3	11 anos
Jolie	43	Letras vernáculas com Inglês	Sim. Especialista em Linguística e Literatura.	15 anos. EJA IV e V.	5 anos

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, 2022.

No quadro percebemos que se trata de um grupo de professores na sua maioria feminino, que possuem mais de 10 anos lecionando na EJA, exceto por Leônidas, suas formações iniciais são em licenciaturas e suas especializações têm relação com sua formação inicial e não com a EJA de modo direto. Nos diálogos durante a entrevista semiestruturada, relataram que não tiveram formação inicial em EJA, exceto pela professora que se formou em pedagogia que teve uma disciplina em 1 semestre sobre EJA. A maioria iniciou seu trabalho com a EJA na escola que estão hoje lotadas, ou logo em seguida.

A seguir o quadro com as respostas da entrevista semiestruturada que se deu através de de um questionário que incluía as questões do quadro anterior (quadro do perfil dos sujeitos colaboradores) e com um conjunto de perguntas que tratavam como os professores colaboradores da pesquisa veem o processo formacional ofertado pela Rede municipal de ensino de Camaçari.

Quadro Nº 9: Respostas da entrevista semiestruturada e do questionário

Questões	Carmem	Leônidas	Amélia	Jolie	Beth

<p>As Jornadas Pedagógicas oferecidas pelo município de Camaçari, através da Secretaria de Educação- SEDUC tem propiciado novas aprendizagens sobre a prática pedagógica em EJA, bem como suprido suas necessidades formativas na EJA? O que pensa sobre esses momentos da Jornada Pedagógica?</p>	<p>Quando existentes não possibilitaram ações práticas para melhoria em sala de aula, algumas palestras e falas são pertinentes, mas a título de novas aprendizagens que possibilitem melhoria da prática em sala fica muito a desejar. São necessárias alternativas metodológicas para adequação dos nossos espaços e tempos formativos às perspectivas e necessidades dos estudantes da EJA.</p>	<p>Penso que não; as jornadas são mais protocolares</p>	<p>Uma experiência repetitiva no que tange a propostas fora da realidade dos discentes. Não traz nada de novo que possa auxiliar os docentes na realidade em sala de aula. Pensando apenas em aprovação etc.</p>	<p>Lembro que ainda este ano tivemos uma palestra bem proveitosa, realmente edificante como Prof. Dr. Elizeu.</p>
<p>Você já sentiu dificuldade em lecionar na EJA? Se sim, quais?</p>	<p>Desenvolver práticas pedagógicas para o desenvolvimento dos alunos na escrita e leitura ao passo que não se perca de vista os conceitos da disciplina específica que são necessários de serem ministrados. Contextualização dos conteúdos a partir de oficinas práticas e dinâmicas pensadas para a EJA.</p>	<p>A dificuldade principal é a falta de material didático e o ritmo mais lento de aprendizagem.</p>	<p>Não, pois me identifiquei muito com a realidade dos discentes.</p>	<p>Sim, quando trabalhei com uma disciplina que era nova para mim. IMT,³ eu desconhecia qualquer parâmetro para trabalhar com essa disciplina, mas a direção da escola me ajudou com material pedagógico a respeito.</p>
<p>Quais documentos no âmbito federal e municipal você utiliza para fundamentar o trabalho pedagógico no contexto da EJA?</p>	<p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos O Documento Curricular Referencial da</p>	<p>BNCC e Referencial Curricular do município</p>		<p>BNCC</p>

³ Sigla do componente curricular Introdução ao Mundo do Trabalho (IMT).

	Bahia - DCRB - Consulta Pública Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: orientações curriculares -1º segmento -2º segmento (Camaçari) 2008.			
Existe algum mecanismo de formação, ofertado pela secretaria de Educação de Camaçari - SEDUC, que promove o intercâmbio de experiências e que contribua para a atualização e aprimoramento de conhecimentos?	Desconheço	Não tive essa experiência.	Infelizmente não.	Sim, geralmente uma vez por ano, algumas escolas compartilham uma apresentação de experiência exitosa.
Quais demandas atuais você lista, enquanto professora, visando a qualificação de sua prática docente cotidiana na EJA em termos pedagógicos, éticos e políticos?	Formações que de fato tragam metodologias e práticas que possam ser efetivas para a realidade do município e necessidades dos alunos, respeito aos docentes, boas condições de trabalho. Segurança para escolas e disponibilidade e garantia de transporte, merenda e segurança para o estudante.	Formação continuada. Livro didático específico. Trabalho multidisciplinar. Planejamento coletivo de ações e projetos.	Formação de qualidade para os docentes na perspectiva da realidade da EJA. Recursos tecnológicos, acompanhamento especializado para os alunos com D.A etc.	Estudos compartilhados com professores a respeito de experiências exitosas na EJA. Leituras e análises (envolvendo todos que compõem o grupo escolar) sobre temáticas que surgem no contexto escolar da EJA.
Em sua opinião, como você percebe que as ações da Secretaria de Educação de Camaçari-SEDUC potencializa a qualificação profissional dos professores?	Não acredito que as ações potencializem a qualificação. Profissionais desrespeitados em seus direitos básicos que inclusive parecem pra receber gratificação por qualificação.	Participei de poucas, achei os debates interessantes e bem produtivos; Falta continuidade.	Não. São pacotes prontos e totalmente avesso a nossa realidade em sala.	As ações ocorrem de modo pontual, geralmente na jornada pedagógica. Porém essas ações ocorrem no âmbito geral, algo que nem sempre atende as

Quando há ação, existe ainda a falha na divulgação e envolvimento das coordenações pedagógicas e docentes e de planejamento que nem contempla todos os interessados e não promove a integração.	nossas demandas.					
Na sua escola é garantido o direito do 1/3 da sua carga horária para planejamento?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, 2022.

É um grupo com uma formação inicial eclética, visto que a escola pesquisada ainda organiza seu currículo em disciplinas, não seguindo a proposta curricular do município e nem do Estado da Bahia tanto no ensino fundamental 1 (eixos 1,2 e 3), quanto no ensino do fundamental 2 (eixos 4 e 5). A maioria possui uma relação de mais de 10 anos com a escola pesquisada e possuem uma relação entre si muito boa, o que foi observado na entrevista semiestruturada e também pela pesquisadora ser parte da mesma escola pesquisada.

Durante esses diálogos e entrevistas, houve outras questões realizadas principalmente sobre as demandas dos professores/professoras da EJA e sobre as dificuldades apresentadas no exercício da docência da EJA, nas repostas os sujeitos colaboradores fizeram emergir 2 categorias: Formação continuada e identidade, vejamos no quadro 10.

Quadro N° 10 Das Categorias

Formação continuada	Formações pontuais oferecidas nesses últimos 6 anos, sem uma continuidade, palestras e não formações, ações mais protocolares do que formativas,
----------------------------	--

Identidade

Conteúdos ou alfabetização? Estudos sobre contextos e experiência exitosas na EJA, BNCC e EJA? temas geradores ou disciplinas? temas geradores ou conteúdos do ensino fundamental 2?
Livro didático, aprendizagem lenta, pacotes prontos

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, 2022.

a.5.1 FORMAÇÃO CONTINUADA

Formação continuada dos professores é uma das metas do PNE- Plano Nacional de Educação - 2014-2024, na meta 16 o PNE assegura que:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014)

A meta 16 é bem pontual quando diz que as formações continuadas devem considerar a área de atuação considerando as necessidades e demandas. Faltam 2 anos para finalizar o prazo do PNE-2014-2024 e ainda estamos longe dessa meta.

Para Di Giorgi (2010, p. 15), a formação contínua pode ser definida como “um processo constante do aprender a profissão de professor, não como mero resultado de uma aquisição acumulativa de informação, mas como um trabalho de seleção, organização e interpretação da informação.

A formação continuada é um convite cotidiano a reflexão da prática pedagógica, é um processo de realimentação e continuidade da nossa formação inicial, de novos caminhos da prática pedagógica entre seus pares, é um processo coletivo, pois a educação se dá de forma coletiva. A educação é um campo de desafios cotidianos e a formação continuada dos professores e professoras é condição básica para uma prática docente de qualidade e reflexiva, para a contínua construção da sua identidade docente, da escola e da sua visão de mundo. Nòvoa (2022, p. 67) afirma: “O ciclo do desenvolvimento profissional completa-se com a formação continuada. Face à dimensão dos problemas e aos desafios atuais da educação precisamos, mais do que nunca, de reforçar as dimensões coletivas do professorado”.

As questões apresentadas nas salas de aulas e nas flaa dos professores coparticipantes da pesquisa são mobilizantes, nos tiram da nossa zona de conforto, querendo ou não professores e professoras se sentem inseguro na sua prática em algum momento e as indagações são frequentes. Imbernon (2011, p.58) afirma:

As formações devem apoiar-se em uma reflexão dos sujeitos sobre suas práticas docente, de modo a lhes permitir examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes e etc., realizando um processo constante de auto-avaliação que oriente seu trabalho.

Quando a professora Carmem traz a seguinte resposta: *Formações que de fato tragam metodologias e práticas que possam ser efetivas para a realidade do município e necessidades dos alunos*. Ela externa suas demandas formativas que emerge justamente quando ela se depara com o/a estudante e percebe que não consegue atender às suas necessidades de aprendizagens e, a mesma, na entrevista semiestruturada relata: - *Quando fui a uma formação no meu outro trabalho, percebi que poderia ajudar meus estudantes, lá tive uma formação (que no primeiro momento me pareceu sem conexão com meu trabalho), que se tornou significativa para mim, inclusive mudei meu planejamento e estratégia com os alunos. Percebi que poderia trabalhar com literatura com eles. Eles estão gostando!*

A professora Carmem reflete, reelabora suas ações após um momento formativo que não foi realizado na rede de ensino que trabalha, mas em outro local. O sentimento que ela traz para o encontro é que, se houvesse mais formações e que fossem cotidianas, sanaríamos muitas das dificuldades que temos em sala de aula.

No questionário respondido pelo grupo de professores e professoras sobre se a Secretaria de Educação de Camaçari potencializa a qualificação profissional dos professores, as respostas foram parecidas: *Falta continuidade* (Leônidas), *ocorrem de modo pontual* (Jolie), *quando há ação, existe ainda a falha na divulgação e envolvimento das coordenações pedagógicas e docentes e de planejamento que nem contempla todos os interessados e não promove a integração*. (Carmem) e *pacotes prontos* (Amélia).

O grupo mais uma vez revela a ausência de formação continuada, as formações em si, existem, porém, pontuais e sem uma intencionalidade, que muitas vezes não garante a participação dos sujeitos professores da EJA - *nem contempla todos os interessados e não promove a integração* (Carmem). Uma outra frase que explicita essa ausência de formação continuada é quando a professora Carmem começa a sua resposta dizendo: *Quando há ação (...), uma sensação de insegurança, pois como não há um plano de formação e quando há, ainda assim não contempla as demandas da modalidade, como evidencia a resposta da professora Jolie: - Porém essas ações ocorrem no âmbito geral, algo que nem sempre atende as nossas demandas*.

As professoras e professores são categóricos ao afirmarem que não há um compromisso da rede municipal de ensino com a qualificação do trabalho docente, com uma formação em serviço continua, que atendam as demandas dos professores e professoras da EJA e quando há a comunicação não chega quem deveria chegar: os professores e professoras da EJA. A SEDUC de Camaçari nega uma ação que está posta no PME (2014-2024) do município na meta 14 que afirma que deve: *garantir a formação de 50% dos professores da educação*

básica em nível de pós-graduação lato stricto sensu, e, a todos, formação continuada em sua área de atuação. Nas ações da meta 14 estão garantidas as seguintes ações, porém como vimos nas respostas dos professores acima, só ficaram no papel, até agora, que demonstra contradição a tais ações, são elas:

- Realizar levantamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta, articulada com as políticas de formação da União e do Estado.
- Consolidar política municipal de formação de educadores, definindo diretrizes, áreas prioritárias, processos de seleção e certificação dos cursos, em articulação com as instituições formadoras.
- Expandir programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, sem prejuízo de outros, a ser disponibilizado para os professores das escolas da rede pública de educação municipal.
- Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.
- Institucionalizar política de oferta de bolsas de estudo ou redução de jornada de trabalho, para pós-graduação dos professores e das professoras da Rede Pública Municipal de Ensino. (CAMAÇARI, PME, 2014)

A formação continuada é aliada e premissa básica para uma educação de qualidade, seja no exercício de qualquer modalidade ou segmentos da educação. No que tange a EJA, se torna mais necessário pela própria dinâmica e pluralidade da modalidade, seja de sujeitos e necessidades de aprendizagens, saberes, contextos e histórias de vidas. Mesmo os professores tendo 10, 15 anos de docência na EJA, suas demandas são presentes, pois a educação é movimento, é processo, é viva e orgânica, as aprendizagens de 5 anos atrás não respondem as inquietações presentes. As respostas dos professores e professoras confirmaram o que essa pesquisa no início descrevia: a ausência nesses últimos anos de uma formação continuada que atende as idiosincrasias da EJA, que respeite as trajetórias formativas dos professores da rede municipal de ensino e a ausência da disponibilidade de materiais impressos e/ou online que contribuam para o planejamento e direcionamento da docência da EJA. Nòvoa (2022, p. 97) defende que:

Pessoalmente, defendo que falar de formação profissional, isto é, de formação para uma profissão, é elevar, e não diminuir, é dignificar, e não desvalorizar, os professores. Na verdade, é fácil alinhar uma lista de livros, teorias e conceitos que os professores devem conhecer. Difícil, é ensiná-los de maneira problematizadora, emancipadora, a partir de reflexões centradas na vida, na cultura e no exercício da profissão.

Os professores e professoras da EJA têm o direito de serem valorizados, bem como seus sujeitos estudantes e serem respeitados em suas especificidades, requerem serem vistos e vistas, serem contemplado (a)s com políticas públicas de formação de professores, e que nessas formações a parceria com as universidades e secretarias sejam realidades presentes e duradouras, que garantam uma formação alicerçada nas demandas do (a)s professores da EJA

e que a escuta e a análise do cotidiano escolar sejam considerados na formulações dessas formações, bem como de subsídios que ajudem aos professores e professoras na sua prática docente na EJA. Segundo Libânio (2004, p. 227);

A formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações colectiva.

a. 5.2 IDENTIDADE

A identidade docente na EJA é uma construção cotidiana, que nasce no compromisso assumido e cumprido todos os dias com os sujeitos da EJA. Uma postura de autoafirmação e escolhas: político pedagógicas. Pimenta (1999, p.15) diz que a identidade não é um dado imutável, nem externo e que possa ser adquirido, mas um processo de construção do sujeito historicamente situado. Um sujeito que se reconhece no seu tempo, que buscar se conhecer nas suas ações diárias, se reconhece sujeito aprendente de si e com os outros, mas se reconstrói no seu fazer e ser cotidiano. Segundo Hall (2006, p. 13) a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais somos representados ou interpretados pelos sistemas culturais que nos rodeia.

A identidade docente em EJA se constrói no caminhar na EJA, nas interrelações, na ação-reflexão-ação. Segundo Freire (1997, p. 58),

ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática.

Essa ideia de construção do ser educador, se alinha perfeitamente com a construção do ser docente na EJA, não decidimos ser professores da EJA da noite para o dia, a maioria dos professores se encontram nesse processo, seja para complementação da carga horária, o segundo curso, ou até mesmo segunda profissão. No caso dos professores pesquisados, a maioria possui vínculos com outros municípios e seu curso com Camaçari/Ba é no turno noturno. Outro dado é a maioria serem especialistas, oriundos do Ensino Fundamental 2. Laffin (2012, p.10) afirma:

(...) o que vejo é que a EJA, ao se constituir em processo de escolarização, já está inscrita em certa sistematização e organização. É uma organização que precisa se constituir com práticas e tempos singulares, como uma escola efetivamente dos sujeitos jovens e adultos.

A professora *Carmem* quando fala sobre suas demandas ela responde com uma pergunta: - *Atualmente uma das minhas maiores angústias no EJA 4 é: Como eu garantir o conteúdo e alfabetizar? Eu não sou alfabetizadora, sou especialista.* Continuando o diálogo a professora *Carmem* faz outra pergunta: *Como ser especialista e não ser conteudista?* Essas duas perguntas da professora *Carmem* respondem bem como a formação continuada e específica na área em que ela trabalha, no caso na modalidade EJA, se torna crucial. Como ser um professor de EJA se sou apenas uma especialista? Essa fala denota não compreender a docência na EJA, seus sujeitos e os saberes e conhecimentos pertinentes a essa modalidade. Em toda sua fala há um querer aprender e no questionário a professora evidência assim como seus colegas na pesquisa a ausência de uma formação específica para EJA e que nela tenha a metodologia do trabalho com a EJA e com as suas demandas e desafios cotidianos.

Os desafios que a própria modalidade da EJA traz já são suficientes para a reformulação cotidiana de perguntas e que merecem e tem o direito, senão de resposta, de um processo de reflexão com seus pares. Segundo Di Pierro (2005):

(...) o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural. (p. 1.118)

Os professores e professoras se angustiam pelas vezes que não conseguiram compreender quais são as verdadeiras demandas das turmas da EJA e de seus estudantes, ficam preocupados com o que será cobrado deles fora da escola e acreditam ainda que os conteúdos programáticos (básicos ao ensino fundamental 2 e 1) devem ser aplicados e não compreendendo ainda (e querendo sanar essa lacuna) os saberes e conhecimentos e pertinentes a esse público da EJA.

Em um outro momento da pesquisa os professores *Leônidas*, *Jolie* e *Amélia* dizem que realizam seus planejamentos com base na BNCC⁴ – Base Nacional Comum Curricular, sendo que ela não contempla os saberes, conhecimentos e objetivos de aprendizagens da EJA, a

⁴ O Ministério da Educação homologou, em maio de 2021, [a Resolução nº 01/2021](#), que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. A homologação ocorreu após as novas diretrizes terem sido aprovadas por unanimidade no Conselho Nacional de Educação. Este documento vem sendo criticado pelo Fórum Nacional da EJA e pesquisadores da modalidade.

BNCC é voltada para crianças e adolescentes. Segundo Mariano Jorge e Garcia (2021, p. 2)

Na parte introdutória da BNCC foi citado que para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais “As decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2017, p. 17). Porém, no decorrer do texto do Ensino Fundamental, ao tratar dos componentes curriculares, são apresentadas as listas de competências e habilidades indicando que se destinam às crianças, jovens e adultos, sem qualquer diferenciação ou referência à necessidade de elaborar diretrizes específicas para cada modalidade de ensino. Destaca-se que o termo “jovens e adultos” aparece somente nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Educação Física do Ensino Fundamental, os demais componentes referem-se aos alunos/estudantes de uma forma geral.

O público da EJA possui necessidades, objetivos de aprendizagens, saberes diferentes, dentro da própria modalidade a pluralidade de público é enorme: populações ribeirinhas, quilombolas, trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos, jovens que foram expulsos do sistema que atende crianças e adolescentes, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, adolescentes residentes temporariamente ou não em casa de acolhimentos, mães que deixaram os estudos para cuidar dos filhos, idosos, entre outros. Se pensarmos que o objetivo da BNCC é determinar os conhecimentos, competências básicas que todo os estudantes devam desenvolver ao longo dos seus estudos, como ficam os adultos? O idoso? O ribeirinho? Quilombola? Infelizmente a EJA ficou fora da BNCC e os professores afirmarem que a utiliza para preparar seus planejamentos demonstra mais uma vez que a ausência de compreensão de quem são seus sujeitos estudantes da EJA e quais saberes são próprios para esse público, para essa modalidade. “Os tempos, os métodos, a proposição didática dos conteúdos e das práticas devem afinar com a perspectiva interdisciplinar dos componentes curriculares para dialogar com o perfil do público trabalhador”. (MACHADO; COSTA, 2021, p.47).

b.5.3 ENTRELAÇAMENTO FORMAÇÃO CONTINUADA E IDENTIDADE DOS SUJEITOS DA EJA

Compreender a identidade dos sujeitos da EJA, suas necessidades metodológicas, de saberes, do autorreconhecimento enquanto professor da EJA, requer sem dúvida um processo contínuo de formação e prática, numa espiral crescente de ação-reflexão e ação. Por mais que os sujeitos docentes da EJA se reconheçam como tal, sem um processo constante de formação, poderão cair na automatização do pensar e nas adversidades que tanto aflige à docência na EJA. Foram as lacunas na formação dos professores da EJA, seja ela inicial ou continuada, que ainda

a identidade dos sujeitos docentes não é sólida, principalmente quando ainda se utilizam práticas do Ensino Fundamental 1 ou 2 na sala de aula da EJA ou quando se acredita que os sujeitos discentes da EJA "*possui um ritmo lento de aprendizagem*" (Leônidas). "Costumo dizer que a formação do educador e da educadora de jovens e adultos sempre foi um pouco pelas bordas, nas próprias fronteiras onde estava acontecendo a EJA" (ARROYO, 2017, p. 17).

Esta construção identitária é respeitar, valorizar e buscar a identidade positiva pela luta por reconhecimento, uma luta da EJA pela formação humana (re)construída diariamente ao superar todas as injustiças sociais, econômicas e educacionais às quais esses homens e mulheres foram vítimas. E nesta disputa, o presente passa a ser mais importante do que o futuro, que é a garantia de um viver presente mais digno.

A docência na EJA se faz no cotidiano, porém as formações amadurecem o entendimento da sua prática. Compreender a identidade dos sujeitos da EJA, colabora no abandono de práticas conteudistas e com o fortalecimento da modalidade, quando os professores e professoras se reconhecem como sujeitos da EJA e reconhecem as especificidades de seus estudantes e que a diversidade de ritmos de aprendizagem, de cultura, idade, gênero, histórias e memórias fazem parte do ser estudante da EJA, as preocupações com o que ensinar e como desaparecerão, pois no momento que me reconheço e reconheço meu estudante como sujeitos da EJA, vislumbro o vasto campo de saberes e conhecimentos que necessitam meus estudantes, e aqueles que eles também já possuem, bem como as demandas formativas que preciso suprir ou reivindicá-las para colocar em prática uma docência consciente do meu papel de professor e professora da EJA.

É premissa da EJA, reconhecer-se como espaço de resistência por libertação, e deve ser configurada como identidade da EJA. "Vincular as lutas por escola, a luta pelo direito a uma vida justa, por justiça, radicaliza o direito à educação. Radicaliza o pensamento pedagógico, à docência e sua formação." (ARROYO, 2017, p. 8). Todas as especificidades da EJA devem favorecer a construção das suas identidades e embasar as práticas pedagógicas, reconhecê-la como educação da classe trabalhadora é uma das principais especificidades, senão, a principal.

Exige dos/das docentes reconhecer as especificidades da EJA, domínio dos conhecimentos sistematizados e necessários e acima tudo, serem lembrados, porque constantemente precisam "mostrar que têm qualificação, que têm ética profissional, que não brincam de ensinar, que lutam pelos direitos de trabalho. [...] Nessas lutas por direitos se formam. Afirmam-se com outras identidades profissionais. Humanas" (ARROYO, 2017, p.11). O processo de construção de identidade dos docentes é intrínseco ao de resistências por

emancipação. Assim, defendemos que a prática pedagógica na EJA se faz nesse perceber-se e perceber o outro, a docência na EJA exige o encontro consigo, com o outro e com a consciência da realidade de ambos, ser sujeito da EJA exige compromisso político, social, ético e pedagógico e que o refazer-se é necessário.

5.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO CONECTADA A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA DE CAMAÇARI – REGISTRANDO A HISTÓRIA DE ONTEM E HOJE

Pretendemos, com a Plataforma: "Observatório Digital da EJA de Camaçari", registrar a trajetória das formações da EJA em Camaçari/Ba de 2011 a 2020 e potencializar e/ou fomentar as formações para os professores específicas em EJA com as inquietações e discussões que essa pesquisa trouxe, bem como colaborar com um acervo de conteúdos digitais que traga ao professor da EJA mais subsídios para a realização do seu trabalho docente, dentro e fora da sala de aula.

A ideia principal é ser uma ferramenta de formação, autoformação e a serviço do coletivo de professores e professoras da EJA de Camaçari, um ambiente simples, de fácil manuseio, porém potente e capaz de oferecer subsídios formativos e reflexivos para a prática docente da modalidade da EJA. Buscamos agregar nesse observatório as práticas exitosas dos colegas professores de Camaçari, livros em PDF, leis, resoluções, artigos publicados pelos professores de Camaçari, dissertações, teses, monografias e mais outras publicações que ao final desta pesquisa serão demandados pelos sujeitos da pesquisa.

A consistência e os conteúdos do Observatório irão ganhar corpo ao tempo que foram ocorrendo as entrevistas semiestruturadas e as narrativas, as quais nos trarão as demandas atuais dos professores e professoras da EJA, bem como o levantamento da história das formações dos professores e professoras da modalidade nos anos de 2011 a 2022.

O observatório digital da EJA de Camaçari foi construído mediante o caminhar dos diálogos com os sujeitos colaboradores da pesquisa, os quais trouxeram conteúdos e forma para o mesmo, tornando-o uma ferramenta tecnológica com identidade e propor na medida do possível inédito viável.

A seguir algumas fotos do observatório já em funcionamento:

ODEJA

Observatório Digital da EJA de Camaçari

Home
Sobre Nós
Registros
Formas
Contato



Sobre Nós

Observatório Digital da EJA de Camaçari – ODEJA nasce dentro da pesquisa de mestrado de MPEJA (MPEB) Formação de professores da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari/Ibama: histórias e demandas formativas contemporâneas como um produto de intervenção.

Este Observatório Digital da EJA de Camaçari – ODEJA visa ser um espaço digital de formação, autoformação e registro do histórico da EJA de Camaçari dos últimos 30 anos. O ODEJA está a serviço do coletivo de professores e professoras da EJA de Camaçari, um ambiente simples, de fácil manuseio, porém potente e capaz de oferecer subsídios formativos e reflexivos para a prática docente da modalidade da EJA.

Buscamos agregar nesse observatório as práticas exitosas dos colegas professores de Camaçari, que serão adicionadas durante seu funcionamento, com as contribuições dos colegas professores e professoras da EJA de Camaçari, livros em PDF, fóruns de discussões, teses, resoluções, artigos publicados pelos professores de Camaçari, dissertações, teses, monografias e mais outras publicações que serão compartilhadas pelos próprios visitantes e usuários do Observatório e não participantes da pesquisa, as quais serão sempre convidadas a fazer o monitoramento do observatório e suas contribuições para os professores e professoras da EJA de Camaçari.

Faça parte você também!

Quer saber mais sobre o ODEJA? Clique aqui para saber mais.

Quer saber mais sobre nós?

Clique aqui para saber mais.

Fonte: Observatório da EJA de Camaçari, 2022.

Capa do Observatório Digital da EJA de Camaçari

Home Sobre Nós Repertório Fórum Contato

ODEJA

Observatório Digital da EJA de Camaçari

Pesquisar

Seja Bem Vindo ao Observatório Digital da EJA de Camaçari!

Mobilização Nacional pelo direito à EJA

10.09.22

um E

"A EJA não tem lugar no MEC atualmente" - Afirma Sônia Couto

Mobilização Nacional pelo direito à EJA

10/09/2022 - EJA

Esta é uma ação coletiva dos fóruns de EJA do Brasil que vai acontecer a partir do dia 10 de do aniversário de Paulo Freire.

Acesso o link para o Fórum EJA Bahia!

10/09/2022 - EJA

Link: <http://forumeja.org.br/ba/>

"A EJA não tem lugar no MEC atualmente" - Afirma Sônia Couto

10/09/2022 - EJA

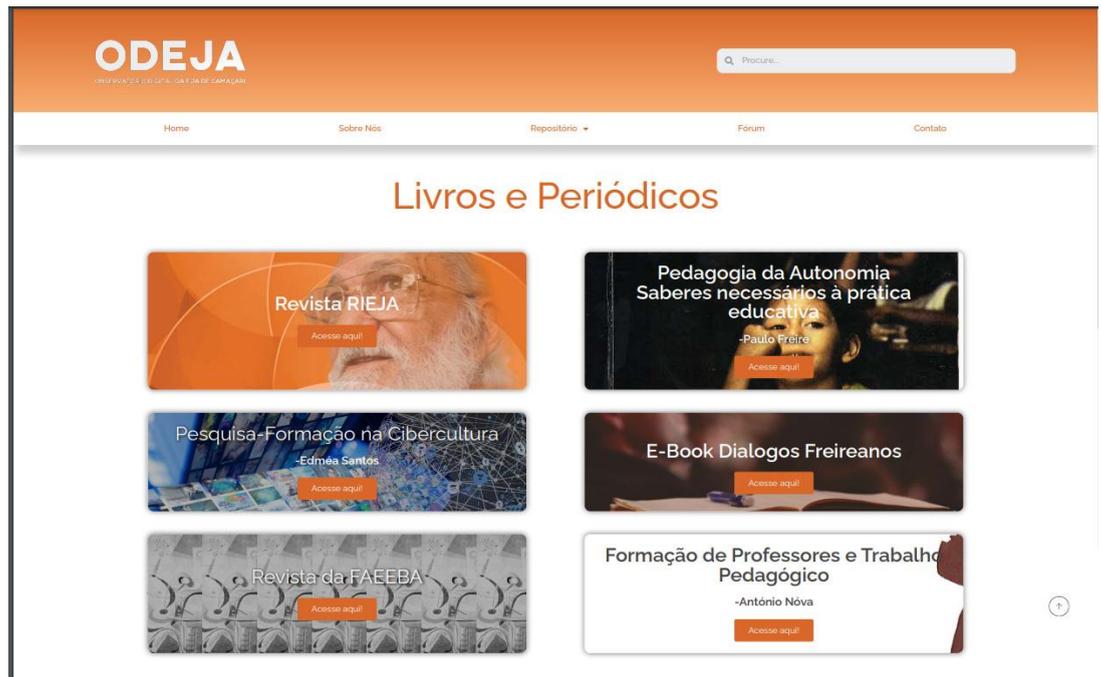
Os primeiros meses de governo Bolsonaro registraram várias incertezas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Já no dia 2 de janeiro, ad nomear a equipe do...

O que você vai encontrar aqui?

Observatório Digital da EJA de Camaçari - ODEJA nasce dentro da pesquisa de mestrado do MPEJA/UNEB: Formação de professores da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari/Bahia: histórias e demandas formativas contemporâneas como um produto-processo de intervenção entre a pesquisadora e os (as) colaboradores (as) desta pesquisa.

Buscamos agregar neste observatório, durante a pesquisa, a história da EJA em Camaçari, seus processos formativos, lições em PDF sobre a EJA, revistas, fóruns de discussão, leis, resoluções, publicação de artigos, dissertações, assim como as práticas exitosas dos colegas professores de Camaçari, que serão adicionadas durante seu funcionamento, com as contribuições dos colegas professores e professoras da EJA de Camaçari, e mais outras publicações que serão demandadas pelos próprios visitantes, usuários do Observatório e dos participantes da pesquisa.

O que esperar do Observatório Digital?



Fonte: Observatório da EJA de Camaçari, 2022.



Fonte: Observatório da EJA de Camaçari, 2022.

The screenshot shows the home page of the ODEJA website. At the top, there is an orange header with the ODEJA logo on the left and a search bar on the right. Below the header is a navigation menu with links for Home, Sobre Nós, Repositório, Fórum, and Contato. The main content area features a large heading "Artigo, Dissertações e Teses" followed by a grid of seven article cards. Each card contains the title of the article, the author's name, and a button labeled "Acesse aqui".

ODEJA

Home Sobre Nós Repositório Fórum Contato

Artigo, Dissertações e Teses

Educação de Adultos como Direito Humano
-Moacir Gadotti
[Acesse aqui](#)

A EJA na próxima década e a prática pedagógica do docente
-Maria Margarida Machado
-Maria Emília de Castro Rodrigues
[Acesse aqui](#)

A Educação de Jovens e Adultos no plano Nacional de Educação: Avaliação, desafios e perspectivas
-Maria Clara di Pierro
[Acesse aqui](#)

Os Repositórios digitais no âmbito da Sociedade Informacional
-Sílvia Mendes Masson
[Acesse aqui](#)

O Currículo: Espaço de Formação dos Sujeitos da EJA no território de Vila de Abrantes
-Roberto Fernandes Sousa
[Acesse aqui](#)

Formação de Professores-Pesquisadores da EJA em uma escola da rede Municipal de Camaçari-BA
-Yara da Paixão Ferreira
[Acesse aqui](#)

A relevância da afetividade para o Trabalho Pedagógico
-Leandro Duarte de Assis
[Acesse aqui](#)

ODEJA

Fonte: Observatório da EJA de Camaçari, 2022.

The screenshot shows the forum page of the ODEJA website. It features an orange header with the ODEJA logo and a search bar. Below the header is a navigation menu with links for Home, Sobre Nós, Repositório, Fórum, and Contato. The main content area displays the forum interface, including a search bar, a list of forum topics, and a statistics section.

ODEJA

Home Sobre Nós Repositório Fórum Contato

Fórum

Fórum

EJA

Qualis demandas atuais você lista, enquanto professora/professor, visando a qualificação da sua prática docente cotidiana na EJA em termos pedagógicos, éticos e políticos?
Inicie um tópico aqui.
2 Tópicos - 2 Posts

Última postagem:
Saberes docentes para e c...
2 meses atrás - Convidado

Novos posts Nada novo Marcar todos como lidos Mostrar tópicos não lidos

Estadísticas

2 Tópicos	2 Posts	2 Visualizações	6 Usuários	1 Online
-----------	---------	-----------------	------------	----------

Membro mais recente: Aristeia Evangelista dos Santos Online no momento: 1 Convidado

Fonte: Observatório da EJA de Camaçari, 2022.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação contemporânea vem sendo desacreditada, principalmente por aqueles que se opõem à educação humanizadora, libertária, democrática e laica. A negação da ciência, os ataques constantes às universidades públicas e as "fake news" tornaram o ato de educar e lecionar neste país um ato perigoso. Não há como não lembrar que nos últimos anos os professores, entre eles incluído nosso patrono da educação nacional e teórico fundamental na discussão da modalidade da EJA - Paulo Freire, vêm sendo atacados por uma parcela da população que querem negar o direito à educação e de qualidade a todos, cerceando o direito às diferenças e pluralidade dentro e fora das escolas. O pensamento religioso cristão evangélico tomando conta inclusive do Ministério da Educação, deixando a educação do país sem diretrizes, sem referenciais, restringindo e até mesmo desmontando as políticas educacionais como as da EJA, educação especial, quilombola, indígena.

Fazer pesquisa educacional no Brasil, numa universidade pública, se tornou um ato de resistência e luta pelo conhecimento, pela liberdade do pensamento, principalmente devido aos cortes constantes nos orçamentos das universidades e instituições de fomento e de financiamentos da pesquisa. Neste sentido, terminar uma pesquisa, numa universidade pública hoje, e trazer à tona uma realidade também de descaso, sendo que desta vez na esfera municipal, é revigorante, tanto do ponto de vista político, pedagógico e como o ético. Durante as aulas no programa MPEJA, pude presenciar os sacrifícios que era de alguns colegas em se manter na universidade pública, mesmo com subsídios oferecidos pela universidade, que eram limitados. Colegas que vinham do interior que precisavam deixar de ganhar o pão para assistirem as aulas, para enfrentarem os desafios que uma pessoa da classe trabalhadora, professor e professora da educação básica enfrenta para alçar um título de mestre ou doutor. Tenho consciência que foram poucos de nós da turma 7 que conseguiu trilhar esse caminho, justamente pela ausência de políticas públicas que garantissem a formação do professor e professora da EJA. Esse cenário me trouxe a certeza de o quanto essa pesquisa se tornava necessária para o momento atual e que contribuiu e continuará a contribuir para a discussão acerca da formação dos professores e professoras da EJA numa perspectiva dialógica, orgânica e enraizada na pedagogia freiriana.

No itinerário das aulas dos componentes curriculares do MPEJA me senti por diversas vezes afortunada, mesmo sendo do interior (região metropolitana de Salvador), professora da

educação básica com uma carga horária de 40h semanais (mas garantida a Lei do 1/3), graduada em uma faculdade particular, e por último gestante, puérpera e mãe de primeira viagem de um lindo menino chamado Ângelo. Para mim, antes da gestação, foi possível aproveitar com tranquilidade as aulas dos componentes curriculares tanto obrigatórios quanto optativos, participar e até contribuir nos eventos da UNEB e participar do grupo de pesquisa (já participava antes de entrar no mestrado). Mas já pós o parto, essa tranquilidade deu lugar a angústias, a dúvidas, à falta de tempo e até menos à falta de crença que conseguiria finalizar essa pesquisa. Porém, a professora da EJA estava também ali naquela puérpera e gritava seu compromisso com seus pares, com a EJA, com sua cidade e que valia a pena continuar com a pesquisa que nasceu justamente em meio a angústias pedagógicas e políticas.

Quando voltamos o olhar para a EJA, e em especial para EJA em Camaçari/BA, nos últimos anos, vislumbramos algo parecido ocorrido a nível federal, a negação da memória pedagógica, política e ética que a modalidade em Camaçari/BA sofreu, bem como atingiu seus professores e estudantes, no que temos de mais valor: nossa identidade. Se perceber isolada, sem interlocução, sem validação de nossos saberes e experiências e ainda lutar para existir, esse foi o cenário vivido e sentido pelos sujeitos da EJA no período de 2017 a 2022.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo passava por uma pandemia causada por um novo vírus chamado Coronavirus e diversas cidades no mundo pediam a sua população que ficassem em casa, inclusive o Brasil. Neste processo, ocorreu uma mudança drástica na rotina de todas as pessoas do mundo e que convocou a todos a agir e pensar de forma diferente. Na educação foi instaurado o ensino remoto desde a educação infantil até o ensino superior e atingiu de forma direta a realização das pesquisas, inclusive esta. A pandemia trouxe incertezas no andamento desta pesquisa, bem como prazos, formas de estar com os sujeitos participantes, orientações presenciais e até mesmo a validade do processo pedagógico remoto realizado no mestrado. A tecnologia veio neste sentido colaborar para o andamento das nossas atividades cotidianas, conectando e possibilitando um "novo formato" de estar e de realizar o processo ensino e aprendizagem. Os celulares, os notebooks, internet, microfones, fones de ouvido tornaram instrumentos de primeira necessidade.

Todos os dias acreditava que uma cura, uma vacina, um remédio iria aparecer, e as notícias do vírus e do aumento de contaminação só nos deixavam mais incertos e duvidosos dos próximos dias e nossos ânimos e entusiasmo para a pesquisa já não era o de antes, pois a preocupação com a preservação da vida era maior. Porém, mesmo nesse meio tão dolorido, incerto a pesquisa continuou, de forma remota. Houve perdas, principalmente no que tange a orientação presencial, a qualidade das aulas teóricas com professores e convidados, o contato

com a academia e com os pares que estavam vivenciando o mesmo processo de pesquisa, tudo se deu de forma solitária e tendo as ferramentas digitais como meios essenciais para a comunicação.

Foi nesse cenário em que a pesquisadora esteve e está implicada que disparou a necessidade de revisitar um passado próximo e com ele trazer à tona documentos importantes (Memorial, Resolução 06/2011, PME 2014-2024, proposta pedagógica, diretrizes curriculares da EJA de Camaçari) para legitimar nossa prática docente na EJA como sendo uma prática referendada, refletida e freiriana na sua concepção e ação.

Ao realizar a pesquisa documental pude me ver e reler e perceber que uma nova EJA em Camaçari/Ba precisa ressurgir, do ponto de vista metodológico, curricular e principalmente no que tange aos projetos ou planos de formação para os professores da EJA. A cada leitura realizada e com ela as pesquisas documentais e bibliográficas se cruzavam, sentia o quanto de tempo e de conhecimento os professores da EJA de Camaçari estavam sem debater, quantas necessidades havia para ser sanadas, quantas demandas cresciam nesses 06 anos de *palestras no início de ano disfarçadas de jornadas, como esta* fala de um dos sujeitos colaboradores da pesquisa. Fazer memória dessas ações, sentimentos e sentidos, implica em dizer o quanto essa pesquisa intitulada: **Formação de professores da Educação de Jovens e Adultos-EJA de Camaçari/Bahia: histórias e demandas formacionais contemporâneas** foi e é importante para os sujeitos da EJA envolvidos.

Os caminhos percorridos anterior a essa pesquisa, mas ainda dentro do período pesquisado (2011 a 2020) mostravam que a EJA em Camaçari/Ba podia se apoderar dos espaços públicos como teatros, Câmara Municipal de Vereadores, museu do Pólo Petroquímico, Museu Tecnológico, praias da cidade, exposições de arte na capital Salvador/Ba, que as formações continuadas e as jornadas pedagógicas estavam garantidas. Essas memórias implicadas que constituiu a necessidade de construir um espaço de voz e memória desse tempo, dessa EJA, que vivenciava a vida cotidiana da cidade de Camaçari e a própria vida de seus sujeitos. Reverenciar esse caminho não é afirmar que o passado da EJA de Camaçari e seu processo formacional foi perfeito e que deveríamos repetir, mas não partir do zero numa perspectiva negacionista de uma trajetória consistente. Memorar não é repetir, ao contrário, se munir dessa historicidade para construir novos capítulos de uma EJA ainda mais fortalecida e referendada.

Esses sentidos, sentimentos e significados da história vivida na EJA em Camaçari nos últimos 10 anos fizeram com que a experiência e a pesquisa andassem juntas, numa perspectiva dialógica, numa postura de complementaridade, pois estava colocando os significados e sentidos das experiências da professora da EJA a serviço da pesquisa na educação de jovens e adultos. Nesse sentido que amadurece ainda mais o desejo da pesquisa em questão.

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar a história e as demandas formacionais contemporâneas da prática educativa de professores municipais da Educação de Jovens e Adultos-EJA de Camaçari/Bahia e o caminho que levou para atingi-lo precisou de inúmeros refazeres metodológicos e conceituais, pois nem sempre eles estiveram claros. Porém, depois de enxergá-lo percorrer seus trajetos foi até prazeroso, pois se deu numa parceria com os colegas de trabalho/escola e numa discussão rica sobre a formação continuada, e sua importância. A formação continuada é uma retroalimentação da nossa prática docente, um meio de reflexão do fazer docente na EJA, da reconstrução cotidiana enquanto professores e professoras da EJA, uma oportunidade de encarar nossos acertos, erros e de aprender a aprender mais sobre nossa docência na EJA, nossa metodologia, nossa identidade.

Um outro ponto importante da pesquisa – o projeto de intervenção, que tinha como objetivo registrar a trajetória das formações da EJA em Camaçari/Ba de 2011 a 2022 e potencializar e/ou fomentar as formações para os professores específicas em EJA com as inquietações e discussões que a pesquisa trouxe. Esse objetivo foi atingido no que tange o registro, pois o potencializar e/ou fomentar as formações só poderão ser medidas, ou avaliada após seu lançamento, que se dará no dia da defesa da pesquisa e pós sua apresentação e publicização no sindicato de professores de Camaçari e nas redes sociais. Porém, a realização do Observatório Digital da EJA de Camaçari- ODEJA de forma coletiva com os pares, já é uma conquista, pois hoje já há um acervo de materiais disponibilizados organizados por tipos, os documentos municipais, estaduais, resoluções, leis nacionais, bem como outras publicações e links relacionados a EJA.

Importante ainda destacar os impactos gerados por esta pesquisa: **Impactos pedagógico** - A pesquisa aproximou os professores da escola, permitiu diálogos referendados e comprometidos com a qualidade da prática docente na EJA. Repensar a prática na coletividade, bem como compreender o que potencializa ou atrapalha essa prática referendada e potente para com os sujeitos discente da EJA. A formação de uma professora da rede municipal de Camaçari da EJA em pesquisadora, com um título de Mestre pela UNEB/MPEJA. **Impactos políticos:** Os diálogos sobre os achados da pesquisa e a busca por materiais suscitou o pensar nas ausências de transparência e responsabilidade histórica do gestor municipal e da pasta da educação para com os sujeitos da EJA docente e discentes e os **impactos social/tecnológico:** A elaboração e disponibilidade de uma dispositivo digital autoformativo e com um acervo inicial pequeno, porém potente no que tange a historicidade da EJA, material teórico sobre a EJA atualizado, artigos e dissertações que trazem a EJA do hoje e registram a EJA do passado próximo.

Essa pesquisa finalizada, com a garantia do registro histórico da EJA de Camaçari, seus processos formativos de 2011 a 2022, bem como a conclusão e disponibilidade de um espaço autoformativo e ao mesmo tempo de reflexão coletiva sobre a EJA de Camaçari, deixa a certeza de que a pesquisa educacional se faz necessária. Se faz necessário também que os professores e professoras da educação básica da EJA tornem as dúvidas e desamparos teóricos, metodológicos e formativos em pesquisa, que há capacidade e sagacidade dentro das salas de aula da EJA, que os professores querem que suas demandas sejam supridas e estão dispostos a lutarem por isso, a resistirem pelo seu direito a formação continuada de qualidade e sua identidade da EJA respeitada.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. **Passageiros da noite – do trabalho para EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petropolis/RJ: Editora Vozes, 2017.
- ARROYO, M. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L; GIOVANETTI, M. A. GOMES; N. L. (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: 2005.
- ARROYO, M. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, L. J. G. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17-32.
- BELL, J. **Projeto de Pesquisa: Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. Tradução Magda França Lopes. -4 Ed. Porto Alegre: editora Artmed, 2008.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007
- BARBIER, R. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, J. (Coord). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. p.168-199.
- BELEI, R.; PASCHOAL, S.; NASCIMENTO, E.; MATSUMOTO, P. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v.30, p. 187-189, janeiro/junho 2008
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Plano Nacional de educação. 2014. <https://pne.mec.gov.br/>
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**- Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11/CEB/CNE/2000 Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: CEB/CNE/MEC, 2000.
- BRASIL. **Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf
Acessado em: 05 de nov. 2020.
- MARIANO JORGE, C.; GARCIA, S. R. de O. **A invisibilidade da EJA na BNCC: reprodução da estrutura social excludente**. Santa Cruz do Sul, v.1 n.1, mar. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/congressointernacional>
Acessado em: 22 de julho de 2022.
- CONTRERAS, J. **investigar a experiência**. Madri: Morata, 2013.

DANTAS; Amorim; Silva. **Formação docente em EJA: o que dizem os/as autores/as de artigos.** Revista Cocar V.13. N. 26. Mai./Ago./ 2019, p. 33-49.

DANTAS, T. R.; CARDOSO, J.S. Tecendo saberes e a formação de professores (as): Reflexões com a Educação de Jovens e Adultos. In: Dantas, Tânia Regina; LAFFIN, Maria Hermínia Lage F. (org.) **Educação de Jovens e Adultos, direitos, formação e emancipação social.** 1ª Ed. Salvador; EDUFBA, 2019, v. 1, p.23-36.

DI PIERRO, M. C. **Notas sobre a definição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, número especial, v.26, out. 2005.

DI PIERRO, M. C. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da Pesquisa-Ação Educação e Pesquisa**, vol. 31, núm. 3, setembro-dezembro, 2005, p. 483-502 Universidade de São Paulo; São Paulo.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios.** São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** 4. ed., São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

GADOTTI; M. **Educação de Adultos como Direito Humano.** EJA EM DEBATE, Florianópolis, Ano 2, n. 2. jul. 2013.

GIOVANETTI, M. A. Formação de educadores (as) de EJA: o legado. In: SOARES, L; GIOVANETTI, M. A. GOMES; N. L. (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** 2. ed. Belo Horizonte: 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Atlas, 2021. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos: consolidação de Documentos 1985/94.** São Paulo, ago.1994.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Thomaz Tadeu da Silva e Guarira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

IMBERNON, F. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza.** 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

- LAFFIN, M. H. L. F. Formação Inicial de Educadores no Campo Da Educação de Jovens e Adultos: espaço de direito e de disputas. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 01, n. 01, p. 53-71, jan./jun. 2018
- LAFFIN, M. H. L. F. **A constituição da docência entre professores de escolarização inicial de jovens e adultos**. Programa de Pós-Graduação em Educação Florianópolis/SC, 2006, 216 p.
- LAFFIN, M. H. L. FERNANDES. **A constituição da docência na educação de jovens e adultos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 210-228, Jan/Abr 2012.
- LAFFIN, M. H. Lage F. GAYA, S. M. Pesquisas e estudos sobre a formação inicial docente no campo da Educação de Jovens e Adultos. In: **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, p. 177-206, 2013.
- LAROSSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. (2004). **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. (5.ª ed). São Paulo: Alternativa.
- MACEDO, R. S. **Atos de currículo em formação em ato?** Para compreender, entretecer e problematizar currículo e formação. Ilhéus: Editus, 2014.
- MACEDO, R. S. **Pesquisar a experiência compreender/mediar saberes experiencias-1ª ed.** - Curitiba, PR: CRV, 2015.
- MACHADO, M.M. **Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança**. Retratos da Escola, v. 2, p. 161-173, 2008.
- MACHADO, M.M.; COSTA, C. B. Docentes da EJA no contexto de vinte anos das diretrizes curriculares. E- Mosaicos -**Revista Multidisciplinar de Ensino**, v. 10-N24, p. 43-62, 2021.
- MOURA, M. da G. C.; LINA. SILVA, F. das C. In: ALCOFORADO, L.; BARBOSA M. R.; COSTA, A. A. F. **Educação de Jovens e Adultos em Diferentes Tempos e Espaços da Vida**. COIMBRA/PT: Minerva Coimbra, 2020.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Org.). 26. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NÓVOA, A. **Escolas e Professores Proteger, Transformar, Valorizar**. Com colaboração de ALVIM, Y. Salvador: SEC:IAT, 2022.
- NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. Porto Alegre, **Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, e84910, 2019. p. 1-15.
- NÓVOA, A. **Formação de Professores e Profissão Docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: EDUCA, 2002.

PEREIRA, A. **Os sujeitos da EJA e da educação social**: as pessoas em situação de vulnerabilidade social. *Educacional*, Vitória da Conquista - Bahia - Brasil, v. 15, n. 31, p. 273-294, jan./mar. 2019.

PAIVA, J. **Educação de Jovens e Adultos**: Direito, Concepções e Sentidos. 2005 2v. 480 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense –Paiva, 2005.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34).

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SOARES, L. J. G. As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre propostas de EJA. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27, n.2, p .303-322, agosto, 2011.

SOARES, L. **O educador de jovens e adultos e sua formação** *Educação em Revista* - UFMG, núm. 47, junho, 2008, pp. 83-100 Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil

SOARES, L. C.; FERNEDA, E.; PRADO, H. A. do. **Observatórios**: um levantamento do estado do conhecimento. // *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*. 12:3 (2018) p.86-p.110. ISSN 1981-1640

THIOLLENT, M. (2011). **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez.

THIOLLENT, M. (1999). Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: C. R. Brandão (Org.), **Repensando a pesquisa participante** (pp. 82-103). São Paulo: Brasiliense.

VELLOSO, F. **Informática**: Conceitos básicos. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DADOS SÓCIO ECONÔMICOS DE CAMAÇARI/IBGE Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/panorama> Acesso em: 26 de agosto de 2022.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> Acesso em: 26 de agosto de 2022.

IDEB DE CAMAÇARI. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/municipio/2905701-camacari/ideb> Acesso em: 26 de agosto de 2022.

CONCEITO DE DEMANDAS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/demandas> Acesso em: 26 de agosto de 2022.

APÊNDICE I - Projeto de Intervenção

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS –MESTRADO PROFISSIONAL**

ARISTELA EVANGELISTA DOS SANTOS

PROJETO DE INTERVENÇÃO:

OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA DE CAMAÇARI-ODEJA

ARISTELA EVANGELISTA DOS SANTOS

**PROJETO DE INTERVENÇÃO:
OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA DE CAMAÇARI- ODEJA**

Projeto de Intervenção apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos, Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, como produto de intervenção da pesquisa: Formação de professores da Educação de Jovens e Adultos de Camaçari/Bahia: histórias e demandas formacionais contemporâneas

Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula Silva da
Conceição

APRESENTAÇÃO

Este Projeto de intervenção: Observatório Digital da EJA de Camaçari – ODEJA nasce dentro da pesquisa de mestrado: **Formação de professores da Educação de Jovens E Adultos de Camaçari/Bahia: histórias e demandas formacionais contemporâneas** como um produto de intervenção.

Este projeto visa elaborar coletivamente uma ferramenta de formação, autoformação e a serviço do coletivo de professores e professoras da EJA de Camaçari, um ambiente simples, de fácil manuseio, porém potente e capaz de oferecer subsídios formativos e reflexivos para a prática docente da modalidade da EJA. Buscamos agregar nesse observatório as práticas exitosas dos colegas professores de Camaçari, livros em PDF, leis, resoluções, artigos publicados pelos professores de Camaçari, dissertações, teses, monografias e mais outras publicações que ao final desta pesquisa serão demandados pelos sujeitos da pesquisa.

2. JUSTIFICATIVA

A conectividade é real, a internet vem chegando nos diversos lares, escolas e na educação, com a pandemia, isso se tornou mais presente e potente. Diante disto, este projeto de intervenção: Observatório Digital da EJA de Camaçari – ODEJA se propõe a elaborar em conjunto com os sujeitos participantes da pesquisa um dispositivo digital que possibilite o acesso as informações sobre a EJA de Camaçari, possibilitando o acesso a conteúdos da EJA que contribua para o fortalecimento e ampliação da sua prática para com os sujeitos da EJA.

Nesses últimos anos de 2017-2022 as formações de professores da EJA da rede municipal de Camaçari foram raras e quando essas mesmas ocorriam era na modalidade de palestras de 1h30 e que não respeitavam as demandas formacionais dos docentes, deixando uma lacuna no processo de ação-reflexão-ação dos professores da EJA. O Observatório Digital possibilitará, através dos fóruns de discussões, debate acerca dos temas atuais e reflexões sobre a prática docente na EJA, bem o acesso a documentos que norteia a docência na EJA, sejam de Camaçari/Ba, principalmente, e do Brasil. De acordo com Husillos (2006, apud Soares, Ferneda, Prado, 2008, p.88);

[...] coloca que a palavra “observatório” é fiel à etimologia latina *observare*, por extensão, é possível definir um observatório como uma “iniciativa que se dedica a estudar com atenção uma temática e a acompanhar os fenômenos relacionados com esta temática”.

Partindo deste conceito, o Observatório Digital da EJA de Camaçari terá justamente essa função: dedicar a estudar, discutir, refletir sobre a EJA de modo amplo, mas também com um foco no desenvolver da EJA de Camaçari/Ba. Percebe-se com isso, que podemos construir outros espaços formativos e agregar novas metodologias de ensino e aprendizagem também para formação dos professores da EJA.

O conceito de tecnologias digitais é apresentado por Velloso (2014, p. 11) como os artifícios utilizados para agilizar, horizontalizar e facilitar a captação, a transmissão e a distribuição de informações em rede. E esse é o intuito desse projeto de intervenção, trazer as ferramentas digitais como um aliado no registro histórico sobre a EJA em Camaçari, bem como sobre o processo como se deu as formações dos professores da EJA. Não é mais possível negar a existência das ferramentas digitais e suas contribuições para a construção e disseminação do conhecimento e, quando falamos em formação de professores, elas tornam-se aliadas neste processo, que ainda possuem pautas de luta para a classe docente. As ferramentas digitais antes desconhecidas por alguns professores, hoje se tornaram ferramentas de primeira mão, sejam elas os *smartphones*, computadores, *notebooks* e seus programas, aplicativos, plataformas e

softwares que auxiliaram e diminuiram as distâncias entre os professores e seus estudantes em todos os níveis e modalidade de ensino.

3. PÚBLICO ALVO

Professores, professoras da EJA, coordenadores (as) pedagógicos, gestores, estudantes, universitários e pesquisadores sobre a temática da EJA e formação de professores.

4. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

- ✓ Registrar a trajetória das formações da EJA em Camaçari/Ba de 2011 A 2020 e potencializar e/ou fomentar as formações para os professores específicas em EJA com as inquietações e discussões que a pesquisa trouxe.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Colaborar com um acervo de conteúdos digitais que traga ao professor da EJA mais subsídios para a realização do seu trabalho docente, dentro e fora da sala de aula;
- ✓ Ser um espaço de interlocução, discussão e reflexão entre os professores da EJA de Camaçari, trazendo temas pertinentes as demandas sinalizadas pelos professores na pesquisa.

5. METODOLOGIA

O Projeto será desenvolvido durante o andamento da pesquisa: **Formação de professores da Educação de Jovens E Adultos de Camaçari/Bahia: histórias e demandas formacionais contemporâneas**. O levantamento das ideias sobre a formulação e o conteúdo do mesmo será realizado nas entrevistas semiestruturadas.

Considerando a necessidade de respeitar o campo da pesquisa e suas implicações, a construção coletiva do Observatório Digital da EJA de Camaçari – ODEJA precisou realizar os diálogos e escutas com os sujeitos colaboradores do projeto através das conversa pelo whatssApp, esse processo precisou ser nesse formato, pois no mês de Julho os professores da rede municipal de Camaçari deflagraram greve.

As ações para a elaboração coletiva do Observatório Digital da EJA de Camaçari/Ba ocorreram considerando as seguintes etapas

- ✓ Apresentação da proposta da pesquisa e do Projeto de Intervenção do Observatório Digital para o Sindicato dos professores da Rede Municipal de Camaçari-BA, a fim de que ao final da pesquisa, o Observatório Digital faça parte da proposta de formação pedagógica do sindicato, em que o mesmo o administre com a participação da pesquisadora e professores da rede municipal, afim de alimentá-lo;
- ✓ Apresentação da proposta da pesquisa e do Projeto de Intervenção do Observatório Digital aos professores sujeitos da pesquisa;
- ✓ Pesquisa de Observatório digital da EJA
- ✓ Levantamento das demandas formacionais dos professores da EJA de Camaçari, segundo os sujeitos participantes da pesquisa; Entrevista semiestruturada;
- ✓ Seleção das abas que farão parte do Observatório Digital;
- ✓ Seleção e classificação do material que irão para cada aba;
- ✓ Escolha do designer, fotos, etc.;
- ✓ Apresentação final do Observatório digital aos professores sujeitos colaboradores da pesquisa;
- ✓ E pós aprovação na defesa da pesquisa e do projeto de intervenção do Observatório

Digital de Camaçari/Ba, apresentação do Observatório em uma assembleia formativa no Sindicato dos professores;

- ✓ Importante salientar que a parte operacional da construção do Observatório Digital da EJA de Camaçari, bem como o manuseio do Observatório se darão através da parceria com a empresa Latios Studio Marketing Digital, pelo menos nos momentos iniciais de sua operação.

6. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

- ✓ O projeto será executado inicialmente pela pesquisadora com a colaboração dos sujeitos colaboradores da pesquisa - professores e professoras;
- ✓ A visitação ao Observatório Digital da EJA de Camaçari, bem como a participação nos fóruns de discussão e proposta de publicação de material no Observatório também serão dispositivos de avaliação do projeto de intervenção;
- ✓ Serão realizadas semestralmente, avaliação para monitoramento do Observatório digital da EJA e campanhas de divulgação do mesmo nas redes sociais;
- ✓ O acesso ao Observatório Digital da EJA de Camaçari- ODEJA será realizado através do link: <https://studiolatios.com/home-page/>

7. REFERÊNCIAS

VELLOSO, F. **Informática**: Conceitos básicos. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SOARES, L. C.; FERNEDA, E.; PRADO, H. A. do. **Observatórios**: um levantamento do estado do conhecimento. // Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends. 12:3 (2018) p.86-p.110. ISSN 1981-1640

**APENDICE II- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
CATEGORIA: PROFESSOR**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS – MESTRADO PROFISSIONAL**



**Pesquisa: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA DE
CAMAÇARI/BAHIA: CONHECER E REGISTRAR A HISTÓRIA E CONSTRUIR
UM PRESENTE COM AS FERRAMENTAS DIGITAIS**

Pesquisadora: Aristela Evangelista dos Santos

Orientadora: professora Dr^a Ana Paula Silva da Conceição

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
Categoria: Professores da EJA**

1. Qual seu nome completo?
2. Qual sua formação inicial (graduação)?
3. Possui alguma especialização? Se sim, qual?
4. Quanto tempo atua na EJA? Que turma leciona?
5. Você já sentiu dificuldade em lecionar na EJA? Se sim, quais?
5. Quanto tempo atua no Centro Educacional Maria Quitéria?
6. Participou da elaboração do PPP- Projeto Político Pedagógico da Escola? Da elaboração da proposta pedagógica da EJA?
7. Na sua escola é garantido o direito do 1/3 da sua carga horária para planejamento?
8. As Jornadas Pedagógicas oferecidas pelo município de Camaçari, através da Secretaria de Educação- SEDUC tem propiciado novas aprendizagens sobre a prática pedagógica em EJA,

bem como suprido suas necessidades formativas na EJA? O que pensa sobre esses momentos da Jornada Pedagógica?

9. Quais demandas atuais você lista, enquanto professora, visando a qualificação de sua **prática docente** cotidiana na EJA em termos pedagógicos, éticos e políticos?

10. Quais documentos no âmbito federal e municipal você utiliza para fundamentar o trabalho pedagógico no contexto da EJA?

11. Em sua opinião, como você percebe que as ações da Secretaria de Educação de Camaçari-SEDUC potencializa a qualificação profissional dos professores?

12. Existe algum mecanismo de formação, ofertado pela secretaria de Educação de Camaçari – SEDUC, que promove o intercâmbio de experiências e que contribua para a atualização e aprimoramento de conhecimentos?

13. Como você avalia sua experiência com as formações continuadas da EJA oferecidas pela Secretaria de Educação de Camaçari – SEDUC?

**APÊNDICE III - TERMOS DO CEP- DECLARAÇÃO CONCORDANCIA COM
O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS – MESTRADO PROFISSIONAL**



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA -CEP

DECLARAÇÃO CONCORDANCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

Eu, **Ana Paula Silva da Conceição**, pesquisadora responsável pelo projeto de título “**A formação de professores da EJA de Camaçari/Bahia: Conhecer e registrar a história e construir um presente com as tecnologias digitais**” declaro estar ciente do compromisso firmado com a orientação de Aristela Evangelista dos Santos, discente do curso de **PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, MESTRADO PROFISSIONAL-MPEJA**, vinculado ao Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia.

Salvador, 28 de Setembro de 2021.

Nome do orientador(a) e do orientando(a)	Assinatura
Ana Paula Silva Conceição (Orientadora)	
Aristela Evangelista dos Santos (Orientanda)	

APÊNDICE IV – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS – MESTRADO PROFISSIONAL



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente das normativas que regulamentam a atividade de P esquisa envolvendo seres humanos e que o projeto intitulado **A formação de professores da EJA de Camaçari/Bahia: Conhecer e registrar a história e construir um presente com as tecnologias digitais**” sob minha responsabilidade será desenvolvido em conformidade com a Resolução CNS466/12, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, da não maleficência, da justiça e da equidade.

Assumo o compromisso de apresentar os relatórios e/ou esclarecimentos que forem solicitados pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia; de tornar os resultados desta pesquisa público independente do desfecho (positivo ou negativo); de Comunicar ao CEP/UNEB qualquer alteração no projeto de pesquisa, via Plataforma Brasil.

Salvador, de 28 de setembro de 2021.

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Ana Paula Silva Conceição (Orientadora)	
Aristela Evangelista dos Santos (Orientanda)	

APÊNDICE V – TERMO DE COMPROMISSO PARA COLETA DE DADOS EM ARQUIVOS



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-
CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS, MESTRADO PROFISSIONAL-MPEJA**



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE COMPROMISSO PARA COLETA DE DADOS EM ARQUIVOS

Título da pesquisa: “A formação de professores da EJA de Camaçari/Bahia: Conhecer e registrar a história e construir um presente com as ferramentas digitais”

Declaro(amos) estar(mos) ciente(s) das normativas que regulam a atividade de pesquisa com seres humanos, em especial as que disciplinam a utilização de documentos identificados de arquivos não publicados e na impossibilidade da obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devido ao motivo de alunos egressos do programa, ora investigado, estarem fora do estado da Bahia, e as entrevistas poderão ocorrer por telefone. Sendo assim, assumo(imos) o compromisso de:

- I. Preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e divulgados no anonimato sem possibilidade de identificação dos mesmos;
- II. Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto apresentado;

Salvador, 14 de outubro de 2021.

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Ana Paula Silva Conceição (Orientadora)	
Aristela Evangelista dos Santos (Orientanda)	

APÊNDICE VI – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS – MESTRADO PROFISSIONAL**



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa **“A formação de professores da EJA de Camaçari/Bahia: Conhecer e registrar a história e construir um presente com as tecnologias digitais”**. Cujos dados serão coletados através de pesquisas documentais em sites do governo municipal, estadual e federal, bem como em arquivos pessoais, resoluções do conselho municipal de Educação de Camaçari, entrevistas com professores aposentados e na ativa das duas escolas participantes da pesquisa, com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto.

Os resultados serão divulgados de forma anônima, assim como os termos de consentimento livre e esclarecido guardados em arquivos em meio físico no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos MPEJA da Universidade do Estado da Bahia pelo período de 05 (cinco) anos sob a responsabilidade do (s) Pesquisador/a (as) Ana Paula Silva da Conceição e Aristela Evangelista dos Santos. Após este período, os dados serão destruídos.

Salvador, 28 de setembro de 2021.

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Ana Paula Silva Conceição (Orientadora)	
Aristela Evangelista dos Santos (Orientanda)	

APÊNDICE VII - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APENDICE VII - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –
CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS, MESTRADO PROFISSIONAL - MPEJA

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante:	
Nº de Identidade:	
Sexo:F()M ()	Data de Nascimento: / /
Complemento:	Bairro:
Cidade:	CEP

II – EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A

PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: A formação de professores da EJA de Camaçari/Bahia: **Conhecer e registrar a história e construir um presente com as ferramentas digitais**”, de responsabilidade da pesquisadora **Aristela Evangelista dos Santos**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo: Analisar em que e como as ferramentas digitais poderão contribuir para o registro documental e histórico sobre a formação de professores da EJA, na identificação dos aspectos norteadores na política pública do município de Camaçari no período de 2011 a 2020.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios: Para os professores da rede, os quais uma terão uma análise sobre os aspectos históricos da EJA a partir dos documentos públicos existentes sobre a formação dos professores da EJA de Camaçari no período de 2011 a 2020, debates acerca das políticas públicas específicas dos professores da EJA de Camaçari, e terão a disponibilidade uma plataforma formativa digital da EJA de Camaçari/BA, que irá documentar e acompanhar a caminhada histórica, presente e futura da EJA no município, o que ocorrerá de forma colaborativa.

Caso aceite, o Senhor(a) será realizado procedimento de coletas de dados como uma entrevista semiestruturada, no qual será fotografada e o áudio gravado pela aluna Aristela Evangelista dos Santos, do curso de Mestrado em Educação de Jovens e Adultos. Devido à coleta de informações, o senhor (a) poderá se sentir constrangido ou desconfortável. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto o Sr(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor (a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o Sr (a), caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço, ainda, que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

III – INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Professora Ana Paula Silva da Conceição

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP:41.150-000.

Telefone: 71 3117-2200

E-mail: anapp2010@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UNEB – Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEP/2018, 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF.

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **A formação de professores da EJA de Camaçari/Bahia: Conhecer e registrar a história e construir um presente com as ferramentas digitais**” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via a mim.

Salvador, 14 de Outubro de 2021.

Assinatura do participante da pesquisa

III.

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Ana Paula Silva Conceição (Orientadora)	
Aristela Evangelista dos Santos (Orientanda)	<i>Aristela Evangelista dos Santos</i>

APÊNDICE VII – PRIMEIRA PÁGINA DO OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA DE CAMAÇARI -ODEJA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – MESTRADO PROFISSIONAL



Pesquisa: **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA DE CAMAÇARI/BAHIA: CONHECER E REGISTRAR A HISTÓRIA E CONSTRUIR UM PRESENTE COM AS FERRAMENTAS DIGITAIS**

Pesquisadora: **ARISTELA EVANGELISTA DOS SANTOS**

Orientadora: professora Dr^a Ana Paula Silva da Conceição

ODEJA
OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA

Estudantes da Eja do Centro Educacional Maria Quitéria de Camaçari

Consideramos todos a renovar o Blog da Revista ODEJA!

Estudantes da Eja do Centro Educacional Maria Quitéria de Camaçari

"A EJA não tem lugar no MEC atualmente" - Alina Sônia Couto

O que você vai encontrar aqui?

O que esperar do Observatório Digital?

- Seguir Boas Práticas e Diretrizes
- Ativações e Ferramentas
- Dados e Pesquisas
- Hiperlinks úteis
- Recursos

"A EJA não tem lugar no MEC atualmente" - Alina Sônia Couto

Para participar do MEC...
Para participar do MEC...
Para participar do MEC...

ODEJA
OBSERVATÓRIO DIGITAL DA EJA

Contato: (71) 3100-1111
E-mail: odeja@uneb.br

Redes Sociais: Facebook, Twitter, YouTube

Copyright © 2018. Todos os direitos reservados.

ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA DE
CAMAÇARI/BAHIA: CONHECENDO, REGISTRANDO A
HISTÓRIA E CONSTRUINDO UM PRESENTE COM AS
FERRAMENTAS DIGITAIS

Pesquisador: ARISTELA EVANGELISTA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão:1

CAAE: 54633621.1.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.288.920

Apresentação do Projeto: A formação de professores da EJA de Camaçari/Bahia: Conhecendo, registrando a história e construindo um presente com as ferramentas digitais

PESQUISADOR: ARISTELA EVANGELISTA DOS SANTOS

Orientação: PROFA. DRA. ANA PAULA SILVA DA CONCEIÇÃO

O projeto é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos, Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia. A pesquisa apresenta-se exploratória para investigar a formação de professores da EJA de Camaçari/Bahia, a partir das novas ferramentas digitais de aulas síncronas e assíncronas.

Questão da Pesquisa: “Como as ferramentas digitais poderão contribuir para o registro documental e histórico sobre a formação de professores da EJA e se tornar um dispositivo que contribua para a formação dos professores da EJA de Camaçari/Bahia? Não obstante ser exploratória, registra a seguinte hipótese: “As ferramentas digitais possibilitarão para que os professores da EJA tenham uma interlocução síncrona e assíncrona sobre os saberes e reflexões da categoria no que tange a EJA nas suas diversas questões, principalmente sobre a identidade dos sujeitos da EJA, a importância e o direito a formação inicial e continuada em EJA e ampliação dos seus conhecimentos a cerca da utilização das ferramentas digitais para sua formação em serviço e terão um observatório digital da EJA capaz de subsidiá-los para uma prática lúdica, freiriana e respeitosa com os sujeitos da EJA.”

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO Primário: Analisar em que e como as ferramentas digitais poderão contribuir para o registro documental e histórico sobre a formação de professores da EJA, na

identificação dos aspectos norteadores das políticas públicas municipais de Camaçari no período de 2011 a 2020.

OBJETIVOS Secundários-Identificar os aspectos históricos da EJA a partir dos documentos públicos existentes sobre a formação dos professores da EJA, do município de Camaçari no período de 2011 a 2020;

- Fomentar debates acerca das políticas públicas específicas dos professores da EJA de Camaçari, para identificar as demandas de formação atuais através de ferramentas digitais;
- Propor a construção de uma plataforma digital, no decorrer desta pesquisa, como dispositivo de formação, que acompanhará e documentará a caminhada histórica, presente e futura, dos professores da EJA de Camaçari/Ba.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Vale a informação, de forma geral, que o risco mencionado na Plataforma Brasil se enquadra intimamente com a vulnerabilidade do participante. Essas possibilidades trazem uma perspectiva de ação nas outras áreas inerentes à vida do ser humano, incluindo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual e profissional do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente.

Destacamos que a informação dos possíveis riscos da pesquisa fornecida aos participantes tem a

função educacional de proporcionar o entendimento e a correlação da experiência de vida do participante com o objeto do estudo e os processos de registro de dados para decidirem se querem/podem/devem ou não participar, sabendo que tem possibilidade mínima do desconforto, constrangimento ou cansaço, sempre no foco de promover ainda mais a dignidade dos envolvidos. Considerando-se a partir deste entendimento a decisão da participação ou não, pois só com o conhecimento pleno das circunstâncias da pesquisa pode-se exercer a autonomia em plenitude.

Outro aspecto que se vislumbra com essa informação é que ao correlacionar a experiência de vida, o objeto e os dispositivos de registro de dados, o participante evita de participar se entender que há a possibilidade da maleficência por conta das suas experiências e o/a Pesquisadora/a livra-se de embaraços e até possíveis processos.

Evidencia-se com essas informações/ações a tentativa de manter-se a dignidade, além de colocar em tela que a variável dominante não é a pesquisa e sim a experiência de vida do participante e a vasta possibilidade de não se conhecer a pleno todas as experiências de vida dos seres humanos envolvidos na pesquisa.

A pesquisadora registra os possíveis riscos, especialmente: “riscos em potencial em dimensão psíquica, moral, intelectual, social, cultural em decorrência das ações de pesquisa”, sem, contudo, detalhar as dimensões citadas. No entanto, complementa com as ações adotadas para minimiza-los, nos seguintes termos: “no ato da assinatura do TCLE, os participantes serão informados dos riscos e para minimizar os impactos será dada a oportunidade de desistência em qualquer momento da entrevista e dos grupos dialogais. Em nenhum momento os nomes dos participantes serão registrados e publicados no corpo do trabalho. Os arquivos coletados na pesquisa serão guardados em por um período de cinco anos, no MPEJA – DEDCIUNEB – CAMPUS I.”

Benefícios:

Segundo a normativa o benéfico de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade estudada de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade.

Há o registro de benefícios em várias dimensões: “Dimensão acadêmica: produção de conhecimento sistematizado na área da Educação de Jovens e Adultos a partir da formação de professores, ressaltando a construção do processo identitário da EJA de Camaçari através do resgate histórico das formações.

Dimensão educacional: oferecer elementos que potencializarão o processo formativo dos professores da EJA através da implantação de uma plataforma digital, no que concerne a construção do processo identitário como um processo de formação.

Dimensão social: professores, coordenadores, escolas que atendem a EJA, Sindicato, secretaria de Educação, CME, grupos de pesquisas.

Diante de tudo isto, esta pesquisa vai dentro de uma pauta política sensível frente aos movimentos afirmativos de pertencimentos da EJA, e de professores, que estão ligados a EJA, potencializando esse reconhecimento social, numa pesquisa cidadã e participativa.

Dimensão histórica: relacionada aos participantes pretendemos registrar as histórias de vida e formação da EJA do município de Camaçari. Histórias essas de lutas pelo reconhecimento identitário dos professores da EJA de forma Institucional e social.”

Comentário: Ainda, informa no TCLE, os dados de contato do CEP, do CONEP e da professora orientadora.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo). Sempre na perspectiva da orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética e a ciência nos seus significados mais profundo que é propor a dignidade humana.

A pesquisa parece ter o potencial de melhorar o entendimento e a forma de lidar com o tema proposto, qual seja, o de investigar o ensino inclusivo da História no ensino médio.

- 1 – A abordagem metodológica foi esclarecida, conforme orientações do CEP.
- 2 – A pesquisa, segundo o investigador, tem a possibilidade de causar desconforto em grau mínimo, e esclarece quais ações serão adotadas para prevenção e correção de eventuais riscos, principalmente a possibilidade de se ausentar, recusar e/ou interromper a pesquisa a qualquer momento e sem qualquer pagamento e verba suplementar;
- 3 – Os temas discutidos neste projeto são complexos, porém executáveis, apesar de envolverem, em grau mínimo, o desconforto aos participantes, desde que observados os ditames éticos e procedimentais, conforme normativa do CEP e do CONEP.
- 4 – Cronograma: Apresentado dentro da eticidade e com viabilidade de execução.
- 5 – Orçamento: Registrado dentro dos padrões.

6 – Instrumentos de registro de dados: O pesquisador registra que fará estudos de caso se apresentou os documentos e dados solicitados pelo CEP.

7 – Esclareceu-se que não haverá participação de menores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

1 – Termo de compromisso da Pesquisadora responsável:

Em conformidade;

2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;

3 – A autorização institucional da proponente:

Em conformidade;

4 – A autorização da instituição coparticipante:

Em conformidade;

5 - Folha de rosto: Em conformidade;

6 – TCLE: Em conformidade

7 – Modelo do Assentimento: Em conformidade;

8 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa:

Em conformidade;

9 – Termo de concessão: Dispensado por não haver acesso a dados não publicados;

10 – Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Dispensado por não haver acesso a da dos não publicados.

Os modelos para adaptação à realidade da pesquisa e outras orientações para construção do protocolo de pesquisa, estão disponível em portal.uneb.br/comitê de ética.

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP-UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSCAS_DO PROJETO_1844202.pdf	27/12/2021 18:58:27		Aceito
Outros	Termo de Autorização Institucional da Proponente assinado Aristela.pdf	27/12/2021 18:57:02	Aristela Evangelista dos Santos	Aceito
Outros	Termo de coparticipação AnisioTeixeira.pdf	08/11/2021 22:18:35	Aristela Evangelista dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folha De Rosto Aristela Evangelista dos Santos MPEJA7convertido.pdf	26/10/2021 23:31:30	Aristela Evangelista dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto para o conselho de ética Aristela arru mado26102021.pdf	26/10/2021 23:26:55	Aristela Evangelista dos Santos	Aceito
Outros	Termo de autorização da instituição copartici pantecemq.pdf	26/10/2021 22:26:15	Aristela Evangelista dos Santos	Aceito
Outros	Termo de confidencialidade.pdf	26/10/2021 22:01:53	Aristela Evangelista dos Santos	Aceito
Outros	Termo de compromisso para coleta de dado Sem arquivos.pdf	26/10/2021 22:00:13	Aristela Evangelista dos Santos	Aceito
Declaração de concordância	Declaração de concordancia como dese Nvolvimento do projeto de pesquisa.pdf	26/10/2021 21:57:48	Aristela evangelista dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEARISTELA.pdf	26/10/2021 21:56:05	Aristela evangelista dos Santos	Aceito
Outros	Termo de compromisso do pesquisador.pdf	26/10/2021 21:54:52	Aristela Evangelista dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 14 de
Março de 2022

Assinado por:

Aderval Nascimento Brito (Coordenador)

17.Nome: 14379 UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	18.Telefone:		19.Outro Telefone:
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.</p> <p>Nome: _____ <u>CPF:</u> _____</p> <p>Cargo/Função: _____ Email: _____</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p style="text-align: right;">_____</p> <p style="text-align: right;">Assinatura</p>			

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos

CEP: 40.460-120

UF: BA

Município: SALVADOR

E-mail: cepuneb@uneb.br

ANEXO B - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMAÇARI



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMAÇARI

“Todos juntos por uma educação cidadã”

2015 – 2024

Camaçari – Bahia, dezembro – 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI

Ademar Delgado das Chagas - Prefeito Municipal

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO –

Luíz Valter de Lima – Secretário

Márcio Silva das Neves – Subsecretário

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ligia dos Anjos Burgos de Araújo – Presidente

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Márcia Eulaine Lima Novaes

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos

CEP: 40.460-120

UF:BA

Município: SALVADOR

E-mail: cepuneb@uneb.br

Presidente

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Denilson Santos Xavier

Presidente

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Iaraci dos Santos Dias

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Juipurema Sarraf Sandes – Presidente

Cláudia Bailão Opa Iranildes Barreto dos Santos

Jeane Moura Pinto

Sandra Cristina Rodrigues

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos

CEP: 40.460-120

UF:BA

Município: SALVADOR

E-mail: cepuneb@uneb.br

COLABORADORES

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos

CEP: 40.460-120

UF:BA

Município: SALVADOR

E-mail: cepuneb@uneb.br

Alexandra Pereira Silva

Ayda Santos de Souza

Durval Machado dos Santos

Elma Xavier Sodré

Gislan Santos Sampaio

Ione Pereira dos Santos

Izenildes Bernardina de Lima

Lucinda Messias de Araújo

Margareth Lima de Souza Cacim

Maria das Graças Guimarães

Maria Norma Santos

Mariene Almeida dos Santos

Marlei de Bezerra de Moura

Neide M^a Martins da Silva Bezerra Filha

Roberto Fernandes Souza

Simone Evangelista Cardoso

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,

Bairro: Água de Meninos

CEP: 40.460-120

UF:BA

Município: SALVADOR

E-mail: cepuneb@uneb.br

PME – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CAMAÇARI

APRESENTAÇÃO

O Poder Público Municipal de Camaçari assumiu o desafio e o compromisso de garantir a Educação como um direito de todos, fator de desenvolvimento social e econômico, bem como instrumento de inclusão social e de combate à pobreza, na perspectiva de uma Educação Cidadã, nos termos da legislação vigente e com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Frente a essa decisão, a Prefeitura Municipal de Camaçari, através da Secretaria Municipal da Educação – SEDUC, convoca toda a sociedade para realização de um pacto municipal, visando atender a metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 julho de 2014, Plano Estadual de Educação, Lei nº 10.330, de 15 de setembro de 2006 e pelo Compromisso Todos pela Educação, de forma integrada e articulada com os sistemas de ensino, a qualidade da educação oferecida pelas instituições públicas do país.

A defesa intransigente da educação pública de qualidade para a totalidade da população, baseada em princípios políticos e éticos voltados à busca e consolidação da igualdade e justiça social são, notadamente, os pilares que deram origem à elaboração deste Documento.

O Plano Municipal de Educação do Município de Camaçari é um documento de planejamento e orientação das políticas públicas para a Educação. Elaborado para um horizonte de dez anos, as diretrizes, objetivos, metas programáticas e metas específicas consolidadas neste Documento têm como base estudos diagnósticos que traçam perfis realistas da educação pública local. Seu caráter, a um só tempo propositivo e articulador, assume o compromisso com a educação dos seus munícipes e aponta para a vinculação estreita entre as políticas públicas para a Educação e as necessidades sociais do Município.

Este Plano legitima-se tanto pelo modo como foi construído, quanto pelos princípios que advoga, uma vez que se define como instrumento técnico e político em função das medidas educacionais que se objetivam implementar e da condição legal que o ampara.

A construção coletiva do conjunto de metas aqui proposto constitui mais que um rol de intenções programáticas, haja vista que se procurou conceber um alicerce tecnicamente qualificado e politicamente ousado para o planejamento e execução das ações necessárias à efetivação dos programas e políticas educacionais pautadas em princípios democráticos e inclusivos. Tais princípios, contudo, só ganham visibilidade quando as políticas que os

expressam são efetivamente implementadas e quando seus resultados, enfim, se fazem presentes nos indicadores sociais. Desta forma, destaca-se como elemento fundamental a responsabilidade social do Município e dos setores organizados da sociedade como condição para a conquistados avanços que este documento propõe.

Este Plano é o resultado de uma discussão realizada com o Conselho Municipal de Educação, Diretores, Professores, Técnicos da SEDUC, organizações sindicais e representantes da sociedade civil, que formaram grupos de trabalho para estabelecer as diretrizes, os objetivos, as metas e estratégias da Educação para o Sistema Municipal de Ensino. E os encaminhamentos dados pela Secretaria Municipal de Educação para a sua elaboração assegurar uma participação representativa da comunidade escolar.

O Plano Municipal de Educação a ser aprovado em última instância pelo Legislativo Municipal estabelece a concepção de planejamento em longo prazo, a possibilidade de continuidade das políticas educacionais do Município e institui o compromisso do poder público municipal para com a realização das aspirações da sociedade.

Ressalte-se que este Plano tem características peculiares. Em primeiro lugar, porque é um plano do Município e não de governo; por ser aprovado por lei, tem assegurada sua execução; é resultado de um debate democrático e, por fim, está vinculado ao Plano Nacional e ao Plano Estadual de Educação, em conformidade com os princípios emanados pela Constituição Federal. Dessa forma, o Plano Municipal de Educação ora apresentado, é um elemento fundamental para o enfrentamento dos difíceis temas que vivemos no setor educacional e constitui-se como o momento do planejamento conjunto que, com base científica e com a utilização de recursos previsíveis, deve ter como intuito responder às necessidades sociais.

Todavia, só a participação da sociedade garantirá a sua efetivação através do acompanhamento e avaliação, através do Fórum Municipal de Educação, para que os ideais que nortearam a sua elaboração configurem-se em mecanismos de compromisso para dar continuidade às políticas educacionais do Município.

Camaçari, 12 de dezembro de 2014.

Ademar Delgado das Chagas

Prefeito Municipal

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1934, na qual, pela primeira vez, foi explicitada a atribuição federal de fixar o Plano Nacional de Educação PNE, ficou reconhecida a necessidade do planejamento como instrumento fundamental para o desenvolvimento da educação no País. Essa ideia vinha sendo cultivada desde 1932, com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, onde um grupo de intelectuais e educadores, dentre eles o baiano Anísio Teixeira, reivindicava a elaboração de um plano amplo e contextualizado, voltado à promoção do desenvolvimento da educação nacional.

Somente quase três décadas depois, sob a vigência da então Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, surgiu o primeiro Plano Nacional de Educação (1962), elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e aprovado pelo Conselho Federal de Educação, que se constituía, basicamente, em um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, esse plano passou por uma revisão, quando se estabeleceram normas descentralizadoras, visando à elaboração de planos estaduais.

No período dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1970 a 1984), foram elaborados os Planos Setoriais de Educação, Cultura e Desporto (PSECD) sem a participação dos Estados e dos Municípios brasileiros. Somente no III PSECD (1980-1985) houve participação dos Estados, o que possibilitou a construção de um plano mais aberto, com prioridades regionais, mas, aos Municípios brasileiros, não fora dada essa prerrogativa de participação.

Sem que tenham ocorrido avanços significativos, além das ideias, o País chega, finalmente, à atual Constituição Federal, promulgada em 1988. E ela reforça a ideia de Plano, instituído em lei, estabelecendo o prazo de duração, as finalidades de articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração e articulação das ações do Poder Público nas três esferas governamentais. Destaca os objetivos prioritários da educação e, sobretudo, a exigência de ampla participação da comunidade educacional e de outros movimentos sociais.

Nos anos de 1993 e 1994, em função dos compromissos assumidos pelo Brasil, na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), o Ministério da Educação -MEC- liderou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (restrito ao Ensino Fundamental), gerando planos municipais, estaduais e, finalmente, o Plano Nacional.

Assim, sob a égide da Constituição Federal de 1988 e do reordenamento jurídico do país, explicitava-se que, de acordo com as responsabilidades constitucionais e dentro do espírito federativo, compete aos estados e municípios, articuladamente, implantar e implementar seus Planos Decenais de Educação e seus desdobramentos, de acordo com as especificidades e características regionais e locais, promovendo, dessa forma, a autonomia do Município.

A partir dessa mesma visão sistêmica da educação, a LDB de 1996 determina no seu artigo 9º, que cabe à União a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O artigo 87 estabelece a Década da Educação, determinando a obrigatoriedade de, em um ano, encaminhar o Plano Nacional ao Congresso Nacional.

Somente, em 2001, é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) para dez anos, elaborado a partir da Constituição de 1988 e da nova LDB, Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que estabelece a obrigatoriedade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de elaborarem Planos Decenais, com base no Plano Nacional.

Finalmente, em julho de 2014, sancionou-se o novo Plano Nacional de Educação para o decênio de 2014-2024. Entretanto, não só em atendimento a uma determinação legal, mas acreditando que todo progresso e desenvolvimento humano tem como mola propulsora a educação, não apenas no seu aspecto intelectual, mas a educação que compreende o ser humano como sujeito no seu sentido integral, é que o Município de Camaçari elaborou este documento, norteador das políticas educacionais, traçando diretrizes, objetivos, metas e estratégias a serem colocadas em prática nos próximos dez anos.

É fundamental ressaltar que a educação efetivamente acontece nos municípios, visto que nestes estão sediadas as instituições educacionais, onde atuam e integram os três sistemas de ensino: nacional, estadual e municipal. Não obstante as competências de cada um estarem claramente definidas, é de suma responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a tarefa de articular todos eles, para que os planos das três esferas sejam efetivamente executados e se alcancem as metas estabelecidas para a Educação Nacional.

Este Plano veio para assegurar a continuidade das políticas educacionais e a articulação do Município como seu Estado e com a União; preservar a flexibilidade necessária para fazer face às contínuas transformações sociais; concretizar os objetivos e as metas consagradas nos Planos Nacional e Estadual de Educação; estabelecer prioridades que contemplem a diminuição das desigualdades sociais e regionais; garantir a universalização da formação escolar mínima; assegurar a elevação do nível de escolaridade da população;

melhorar de forma geral a qualidade do ensino e, ainda, propor metas viáveis, em torno das quais possa haver um efetivo compromisso das redes federal, estadual, municipal e particular de Camaçari, na construção de uma Educação Cidadã.

O documento aqui apresentado indica as perspectivas do Plano Municipal de Educação para um prazo de 10 anos - 2015-2024 -, cujos temas e conteúdos específicos integrantes da sua organização, foram construídos e discutidos com a participação da sociedade civil organizada, sob a coordenação da Secretaria de Educação do Município. Este Plano retrata, portanto, o resultado do esforço conjunto de todos que dele participaram, bem como a aspiração da sociedade na efetivação de diretrizes que subsidiem políticas de Educação para os próximos dez anos.

Após encaminhamento à Câmara Municipal de Vereadores pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, e com a sua aprovação pela Câmara, a SEDUC assumirá a publicação da versão final deste Plano que, juntamente com os diversos segmentos da comunidade de Camaçari, empenhar-se-á para sua divulgação e progressiva realização dos seus objetivos e metas.

Assim, este plano tem força de lei. Representa a conquista de uma luta histórica dos educadores e da sociedade para a promoção de uma educação de qualidade, que garanta aos indivíduos as aprendizagens essenciais para atuar com competência, dignidade, ética e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas.

Luiz Valter de Lima

Secretário da Educação

PROJETO DE LEI Nº , de ----- de de 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação em consonância como Plano Nacional de Educação para o decênio 2015/2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAÇARI, ESTADO DA BAHIA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu, em nome do povo, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, constante do documento anexo a esta Lei, em conformidade na Lei Federal nº.13.005, de 25 de julho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação e da Lei nº. 10.330, de 15 de setembro de 2006, que aprovou o Plano Estadual de Educação da Bahia.

Art. 2º São diretrizes do PME – 2015 2024: I- erradicação do analfabetismo;

-Universalização do atendimento escolar;

-Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

II -Melhoria da qualidade da educação;

III -Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores culturais e éticos e que se fundamenta na sociedade;

IV -Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII-Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;

VIII-Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

XIV-Valorização dos (as)profissionais da educação;

X Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME -2015/2024, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Art. 4º As metas previstas no anexo desta Lei deverão ter como referência censos municipais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art.5º Os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME– 2015/2024, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 6º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica–IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, serão incorporados automaticamente ao sistema da avaliação deste plano, caso venham a fazer parte deste processo.

Art. 7º O Município em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil, através do Fórum Municipal de Educação, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Camaçari e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação de Camaçari.

§2º A primeira avaliação realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

Art.8º Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.10º-Revogam-se as disposições em contrário.

Camaçari, de _____ de 2015.

Ademar Delgado das Chagas
Prefeito Municipal

ANEXO – METAS E ESTRATÉGIAS

META1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, implantar, gradativamente, o regime de tempo integral nos estabelecimentos de educação infantil para o atendimento 50% (cinquenta por cento) deste público, ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos e implantar o regime de tempo integral nos estabelecimentos de educação infantil / creche para o atendimento 20% (vinte por cento) deste público, até o final da vigência deste PME.

Expandir a rede pública municipal de educação infantil, em regime de colaboração entre a União e o Município, segundo padrão nacional de qualidade;

Estratégias:

Manter e aprofundar programa municipal de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas;

Realizar, periodicamente, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

Estabelecer normas, procedimentos e prazos para mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

Implantar instrumentos de avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais e municipais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

Cadastrar os estabelecimentos de ensino particular (confessionais, comunitárias e privadas) que oferecem educação infantil objetivando a regulamentação e o levantamento das vagas disponíveis.

Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil.

Fomentar a elaboração ou revisão dos projetos político pedagógicos das instituições de ensino municipal, com base nas diretrizes e parâmetros estabelecidos nas políticas nacional e municipal para a Educação Infantil;

Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças a transversalidade da educação especial;

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

Ampliar e articular parcerias com órgãos e instituições competentes, objetivando mapear e divulgar os serviços de atendimento e de defesa dos direitos da criança e do adolescente, disponíveis no Município e nos seu entorno (RMS), incluindo o Ministério Público.

Promover a busca ativa de crianças fora da escola em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

Apoiar permanentemente as instituições competentes nas ações de sensibilização da comunidade sobre os direitos da criança e do adolescente, à integridade física e psicológica e sobre a responsabilidade da sociedade e da família na garantia de seu cumprimento, inclusive por meio de denúncias em caso de violação desses direitos, garantindo o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente– ECA.

Adotar, em todas as escolas do Sistema Municipal de Ensino, medidas que garantam uma transição pedagógica adequada na passagem das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Garantir o fornecimento anual e a reposição de materiais pedagógicos, como livros, CDs e jogos educativos para as instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino

META2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

A Secretaria de Educação Municipal, em consonância com Ministério da Educação sobre os

Estratégias:

direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental, deverá elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, precedida de consulta pública, nova proposta curricular;

Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental.

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.

Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as

especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades quilombolas;

Disciplinar no âmbito do sistema municipal de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas dos distritos e povoados;

Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo e quilombolas, nas próprias comunidades;

Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos(às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo.

Ampliar atendimento municipal de transporte dos estudantes do campo e da cidade, como objetivo de garantir a frequência dos (as) alunos (as), reduzir a evasão escolar da educação do campo e da cidade, garantindo, inclusive, o transporte intracampo, a fim de reduzir o tempo máximo dos (as)estudantes em deslocamento a partir de suas realidades.

Manter políticas municipais de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas do campo, bem como de produção de material didático e de formação de professores para a educação do campo, com especial atenção às classes multisseriadas.

META3

Universalizar, até 2018, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17(dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%(oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do(a) estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como acompanhamento pedagógico no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, da cidade e das comunidades quilombolas.

Fomentara expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio por parte das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino médio público.

Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do (a) estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.

Promover a busca ativa da população de 15 a17 anos fora da escola, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde.

Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.

Fazer esforços junto ao governo estadual para assegurar o redimensionamento da oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

META4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais.

Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.

Estratégias:

Manter e aprofundar políticas municipais de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta de educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS.

Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos

multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários dos programas de transferência de renda, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino.

Viabilizar a construção dos Centros de Atendimento Especializado às pessoas com deficiência, dotados de equipe multidisciplinar e equipamentos.

Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização, com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até os oito anos de idade.

Aplicar exame periódico específico para aferir a alfabetização das crianças.

Identificar e selecionar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento de resultados no sistema de ensino.

Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no sistema de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

Assegurar espaços educativos, materiais didáticos, mobiliário e equipamentos adequados para atender as crianças que ingressam no Ensino Fundamental de Nove Anos.

Apoiar a alfabetização de crianças do campo, quilombolas e de populações itinerantes, desenvolvendo instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades.

Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;

Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Oferecer educação em tempo integral de qualidade em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as)alunos (as) da educação básica, considerando as especificidades da infância, da adolescência e da juventude.

Estratégias:

Estender progressivamente o alcance da política municipal de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, que garantam o desenvolvimento pleno dos educandos, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo.

Institucionalizar e manter, em regime de colaboração com o Estado e a União, política municipal de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, salas de música, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinema e planetários.

Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

Orientar, na forma do art. 13, § 1º, I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação municipal de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

Atender às escolas do campo e de comunidades quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17(dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Assegurar espaços educativos, materiais didáticos, mobiliário e equipamentos adequados para a promoção da Educação em Tempo Integral, garantindo a qualidade das atividades à serem desenvolvidas.

Assegurar a seleção pública de profissionais qualificados para atuar nas atividades pedagógicas e interdisciplinares, com atividades específicas à Educação em Tempo Integral.

Institucionalizar política de formação continuada para os profissionais que atua na Educação em Tempo Integral

Fomentar a articulação entre os órgãos públicos municipais e entidades públicas ou privadas, integrando as políticas de Educação em Tempo Integral.

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos educandos beneficiários de programas da assistência social e transferência de renda, identificando os motivos da ausência e baixa frequência e garantir em regime de colaboração a frequência e o apoio à aprendizagem.

Fomentar a participação das famílias e setores da sociedade civil, articulando a Educação Integral com a comunidade;

Criar mecanismos de acompanhamento e avaliação conforme as especificidades da Educação em Tempo Integral, considerando o educando nos aspectos cognitivos-intelectual, afetivo-emocional, físico-motor, social e ético.

6.16) Assegurar alimentação escolar de qualidade, garantindo um cardápio diversificado para atender as necessidades nutricionais de nossos educandos conforme a sua fase de desenvolvimento.

META7

Fomentar a qualidade da educação básica, no âmbito da responsabilidade do município, em todas as modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingirem as seguintes médias do IDEB:

Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2015	2017	2019	2021	2023
Metas-INEP/MEC	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
Metas-Município	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8

Anos Finais do Ensino Fundamental	2015	2017	2019	2021	2023
Metas-INEP/MEC	3,8	4,1	4,3	4,6	4,9
Metas-Município	4,0	4,3	4,7	5,0	5,4

Estratégias:

Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados do IDEB das escolas do Sistema Municipal de Ensino.

Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

Adquirir e/ou desenvolver tecnologias educacionais para o ensino fundamental, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no sistema de ensino.

Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no sistema de ensino, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) estudantes.

Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica sob a responsabilidade do município, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, política municipal de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino, tendo em vista a equalização das oportunidades educacionais.

Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental.

Assegurar o cumprimento das diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais, respeitada a diversidade regional e local.

Ampliar a política municipal de informatização da gestão escolar e da Secretaria de Educação, bem como fomentar a participação do pessoal técnico em programas de formação continuada.

Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.

Manter e implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral.

Ampliar a educação escolar do campo e quilombola, a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade e cultural.

Assegurar, a todas as escolas públicas do Sistema Municipal de Ensino, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.

Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes.

Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública municipal por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Orientar e executar as políticas das redes do Sistema Municipal de Educação de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.

Estratégias:

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, dos territórios de menor escolaridade do município e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos

Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.

Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/ série/ ano.

Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público, para os segmentos populacionais considerados.

Fortalecer acompanhamento e monitoramento de acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência e implementando ações para garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública municipal de ensino.

Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até o final da vigência deste PME, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos no sistema municipal de ensino com garantia de continuidade da escolarização básica.

Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação da aprendizagem.

Promover chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade.

Estratégias:

Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.;

Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, integrada à educação profissional, para o Ensino Fundamental e 25% (vinte e cinco por cento) para o Ensino Médio, em articulação com o Estado e a União.

Estratégias:

Instituir programa municipal de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.

Institucionalizar política municipal de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

Fomentar a produção de material didático complementar e suplementar, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes da rede pública municipal que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Fomentar integração do estudante aos programas nacionais e estaduais de assistência, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional.

10.8) Fomentar a diversificação curricular do ensino fundamental para jovens e adultos, articulando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores.

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

Estimular a política nacional de fomento a expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Estimular a política de fomento a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

Estimular a política de fomento a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.

Estimular a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecidas em instituições privadas de educação superior.

Expandir o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo e comunidades quilombolas de acordo com os seus interesses e necessidades.

Articular ações junto ao Estado e a União para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Estratégias:

Possibilitar, em parceria com Estado e União, a melhoria da capacidade instalada da estrutura física das instituições públicas de educação superior mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.

Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade

Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características territoriais definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE.

Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas.

Estimular a ampliação, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.

Estimular o acesso ao financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Articular a ampliação da oferta de estágio como parte da formação de nível superior.

Estimular a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

Estimular a expansão atendimento específico a populações do campo e quilombola, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações.

Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, que todos os professores da educação básica municipal possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, que todos os professores da educação básica municipal possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

Atuar conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas de educação superior existentes no Estado e no Município, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

Estimular a ampliação de programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública.

Institucionalizar a política municipal de formação e valorização dos profissionais da educação, de forma a ampliar as possibilidades de formação em serviço.

Implementar programas específicos para formação de professores para as populações do campo, comunidades quilombolas e educação de jovens e adultos.

Valorizar o estágio nos cursos de licenciatura, visando um trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da rede pública de educação básica.

Estimular a participação em cursos e programas especiais para assegurar formação específica em sua área de atuação aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não-licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

Garantir a formação de 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação

Lato stricto sensu, e, a todos, formação continuada em sua área de atuação.

Estratégias:

Realizar levantamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta, articulada com as políticas de formação da União e do Estado.

Consolidar política municipal de formação de educadores, definindo diretrizes, áreas prioritárias, processos de seleção e certificação dos cursos, em articulação com as instituições formadoras.

Expandir programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, sem prejuízo de outros, a ser disponibilizado para os professores das escolas da rede pública de educação municipal.

Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.

Institucionalizar política de oferta de bolsas de estudo ou redução de jornada de trabalho, para pós-graduação dos professores e das professoras da Rede Pública Municipal de Ensino.

Realizar levantamento da demanda por formação continuada e fomentar a oferta, articulada com políticas de formação da União e do Estado.

Consolidar política municipal de formação de educadores, definindo diretrizes, áreas prioritárias, processos de seleção e certificação dos cursos, em articulação com as instituições formadoras.

Expandir programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, sem prejuízo de outros, a ser disponibilizado para os professores das escolas da rede pública de educação municipal.

Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.

Institucionalizar política de oferta de bolsas de estudo ou redução de jornada de trabalho, para pós-graduação dos professores e das professoras da Rede Pública Municipal de Ensino.

Valorizar o magistério público da educação municipal a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Estratégias:

Constituir fórum permanente com representação do poder público e dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação municipal.

Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da pesquisa nacional por amostragem de domicílios periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro -IBGE.

Implementar e atualizar, no âmbito do Município, plano de carreira para o magistério, com implementação gradual da jornada de trabalho cumprida, preferencialmente, em um único estabelecimento escolar.

Assegurar, no prazo de dois anos, a revisão e atualização do plano de carreira para os profissionais do magistério municipal em todos os sistemas de ensino.

Estratégias:

Estruturar os sistemas de ensino buscando atingir, em seu quadro de profissionais do magistério, 90% de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo em efetivo exercício na rede pública de educação básica.

Instituir programa de acompanhamento do professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não-efetivação do professor ao final do estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

Referendar a realização da prova nacional de admissão de docentes a fim de subsidiar a realização de concursos públicos de admissão pelo Município.

Implantar, no prazo de dois anos de vigência deste PME, política municipal de formação continuada para os profissionais da educação, construída em regime de colaboração com outras redes e sistemas de ensino, bem como, com as IES.

Instituir no plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação lato stricto sensu.

Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades quilombolas no provimento de cargos efetivos para unidades.

Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

Garantir condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, além da consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas municipais.

Estratégias:

Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar, do Conselho Municipal de Educação, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

Consolidar a atuação do Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PM.

Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

Estimular a constituição e o fortalecimento dos conselhos escolares como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escola, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

17.7) Desenvolver programas de formação de gestores escolares, bem como aplicar instrumentos de avaliação, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos.

META18

Criação do Fundo Municipal de Educação e ampliação progressiva do investimento público em educação, em consonância com o nacional.

Estratégias:

Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas os segmentos e modalidades da educação pública municipal.

Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação municipal destinada à educação.

Incluir, nos 25% destinados ao financiamento da educação, as taxas de contribuição arrecadadas pelo Município, no mesmo percentual dos impostos (25%).

Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

Definir o Custo Aluno – Qualidade - CAQ, na educação municipal à luz da ampliação do investimento público em educação.

Desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa percapita por aluno em todas as etapas da educação pública.

ANEXO C- MEMORIAL EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**Camaçari****2016****Ficha técnica**

Ademar Delgado Chagas - Prefeito

Juipurema Sarraf Sandes - Secretário de Educação

Iaraci Dias dos Santos - Subsecretária de Educação

Valdelaine de Jesus da Cruz Santos- Coordenadora Pedagógica Geral

Jeane Moura Pinto- Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos - EJA

Equipe Técnica:

Aristela Evangelista dos Santos

Lucinda Messias de Araujo

Joseane Jesus da Silva

Silene Alencar

Joseane Santana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO DO MUNICÍPIO

Breve histórico

Indicadores demográficos e sociais

Indicadores de desenvolvimento humano e educacionais

2. FUNDAMENTOS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA

3. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA

Aspectos Gerais

Aspectos Legais

Resultados parciais

Principais avanços

Fragilidades

Projetos Desenvolvidos

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. ANEXOS

APRESENTAÇÃO

"A Educação enquanto formação humana é um esforço indiscutivelmente ético e estético. A Educação enquanto busca de boniteza necessariamente busca a decência do ser"

Paulo Freire

O documento que ora apresentamos é a concretização de uma experiência de gestão, representa a busca do possível com base no que temos. Acreditamos que ele retrata o caminhar de uma equipe que tinha como objetivo principal exercer uma gestão não centralizadora, mas colaborativa e democrática

A elaboração deste Memorial não ocorre apenas pela determinação do dever, mas pelo desejo da equipe de colaborar para a qualidade da Educação de Jovens e Adultos no município de

Camaçari. A legitimidade de um documento dessa natureza vem não só de sua clareza e coerência interna, mas também das motivações e processos que determinaram sua elaboração.

As informações aqui apresentadas são uma referência para a efetivação de uma proposta que atenda as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos Jovens e Adultos. Buscamos reconstruir a EJA a partir de posturas afirmativas e olhares não escolarizados, pois a EJA não deve ser comparada a um suposto modelo ideal de escolarização.

A primeira parte consta os fundamentos da gestão da Educação de Jovens e Adultos, retratando momentos de uma Coordenação consolidada e ávida por proporcionar uma política educacional para a EJA pautada na reflexão sobre a escola e educação no processo de ensino e de aprendizagem, oferecendo através das formações e acompanhamentos às escolas um momento para uma releitura sobre o papel social da escola, da formação docente, do currículo, da avaliação e proposta pedagógica tendo como referencial os pressupostos teóricos do educador Paulo Freire, sistematizado em um projeto político pedagógico adequado a estes sujeitos, que já foi articulado em conjunto com todas as partes envolvidas no processo.

Em seguida é apresentada a caracterização da Educação de Jovens e Adultos, descrevendo os aspectos gerais e legais, assim como os resultados parciais, principais avanços e fragilidades, bem como os projetos desenvolvidos, pois compreendemos que o ensinar e o aprender envolvem um processo coletivo de troca de experiências e ideias. Sendo informadas não só as teorias, mas também as práticas que vêm proporcionando aos nossos educandos uma aprendizagem consciente, na formação para transformação do sujeito em seu exercício social

Os anexos apresentam as resoluções referentes a EJA, proposta pedagógica, plano de ação, plano de formação, instrumentos de acompanhamento, boneca dos diários e relação escolas/alunos/equipe, registro de algumas das ações desenvolvidas.

O registro desses aspectos essenciais da nossa coordenação possibilita ao novo gestor identificar e monitorar acontecimentos, avaliar e planejar alterações no decorrer do percurso. Isso poderá se configurar em um documento que ajudará na efetivação das políticas educacionais no município, não tendo apenas a intenção de cumprir os pressupostos democráticos, mas, sobretudo compartilhar uma aprendizagem adquirida com a experiência vivida, na expectativa de deixá-la como legado na tentativa de minimizar dificuldades, afinal à medida que se conhece a experiência do outro é que se extrai experiência para a própria vida.

1. CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO DO MUNICÍPIO

2. FUNDAMENTOS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA

Integrando a Educação Básica, como modalidade de ensino, a Educação de Jovens Adultos e Idosos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou condições de continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade certa.

O termo modalidade é diminutivo latino de *modus* (modo, maneira) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo considerado como medida de referência. Essa modalidade de ensino se propõe a atender um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

O conceito de EJA, muitas vezes, confunde-se com o de Ensino Noturno. Trata-se de uma associação equivocada uma vez que, a EJA não se define pelo turno em que é oferecida, mas muito mais pelas características e especificidades dos sujeitos aos quais ela se destina. Várias iniciativas têm demonstrado a necessidade de oferecer esta modalidade para além do noturno de forma a permitir a inclusão daqueles que só podem estudar durante o dia.

Desde a Constituição Federal de 1934, a EJA é prevista como direito do cidadão, tendo sido viabilizada ao longo desses anos, por meio de diferentes estratégias como: Exames de Madureza, Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e Ensino Supletivo.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e da Lei no 9.394, de 1996 - LDB, sob a denominação de Educação de Jovens e Adultos, passou a ser oferecida por meio de cursos e de exames supletivos referentes aos Ensino Fundamental, com a finalidade, exclusiva, de assegurar o prosseguimento de estudos em caráter regular.

Para que se possa estabelecer com clareza a parcela da população a ser atendida pela modalidade EJA, é fundamental refletir sobre o seu público, suas características e especificidades para a elaboração de processos pedagógicos específicos e políticas públicas. Assim, a Educação de Jovens e Adultos refere-se não apenas a uma questão etária, mas, sobretudo, de especificidade cultural,

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que quando retornam à escola o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem. (Parecer CNE n. 11/2000).

Para que se considere a EJA enquanto uma modalidade educativa, inscrita no campo do direito, faz-se necessário superar uma concepção dita compensatória, cujos principais fundamentos são a recuperação de um tempo de escolaridade perdido no passado e a idéia de que o tempo apropriado para o aprendizado é a infância e a adolescência. Nesta perspectiva, é preciso buscar uma concepção mais ampla das dimensões tempo/espço de aprendizagem, na qual educadores e educandos estabeleçam uma relação mais dinâmica com o entorno social e com as suas questões, considerando que a juventude e a vida adulta são também tempos de aprendizagens.

Em 2008, a SEDUC efetivou a sua adesão ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, através de Termo de Compromisso de Cooperação Técnica, com o INEP/MEC. Esse exame é um instrumento de avaliação que mede as competências e habilidades de jovens e adultos, em nível de conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

Em 2010 e 2011 a SEDUC ampliou a discussão acerca de um Projeto de Educação de Jovens, Adultos e Idosos com o objetivo de atender os estudantes matriculados no ensino noturno. Nesse contexto, foram realizados diversos encontros com a participação de coordenadores pedagógicos, gestores e equipe técnica da SEDUC quando foi discutida e elaborada a Proposta Pedagógica Curricular e implantando o Programa de Formação Continuada de Docentes, além de uma pesquisa direcionada aos educandos do ensino noturno que possibilitou a elaboração de

um programa de metas e ações, no sentido de atender as necessidades apontadas através de políticas específicas para a EJA. A Educação de Jovens, Adultos e Idosos de Camaçari está regulamentada.

A implantação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino de Camaçari se concretiza por meio da Resolução nº 06/2011, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação que dispõe sobre a estrutura curricular, a organização pedagógica e a seguridade do direito subjetivo público, obrigatório, dos jovens e adultos ao ensino fundamental.

Não se pode negar que a EJA em consonância com a LDB nº. 9.394/96 e com o PNE - Plano Nacional de Educação constituiu-se numa oportunidade a um grupo de educandos excluídos do processo de escolarização no período considerado adequado. Por outro lado, se faz necessário frisar que para a EJA se legitimar enquanto modalidade da Educação Básica na tentativa de reparar uma dívida social, implica em conhecer os educandos jovens e adultos.

Os sujeitos que ingressam na EJA são oriundos das classes populares. São jovens, adultos e idosos, na sua maioria negra. Homens e mulheres, sujeitos historicamente excluídos do processo de escolarização formal em sua trajetória pessoal, assim como, foram interditados do direito ao empoderamento que a cultura letrada confere aos sujeitos nas relações sociais vigentes.

A capacidade de aprender não está condicionada pela idade. Deve-se educar o adulto para que o homem ou mulher possa ajustar-se à vida social e as preocupações de bem-estar e progresso social.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para alfabetização e educação inspiraram os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizam no país no início dos anos 60. Freire propunha uma ação educativa que não negasse a cultura do analfabeto, mas que a fosse através do diálogo. Os analfabetos deveriam ser reconhecidos como homens e mulheres produtivas que possuíam uma cultura.

De acordo com FREIRE (1979), não há educação sem amor. *"O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita"*. Ele enfatiza também que uma educação sem esperança não é uma educação.

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre desafio dessa realidade e procurar soluções. O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. O homem se identifica com a sua própria ação: objetiva o tempo, temporiza-se, faz-se homem história. *"A educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem. Adaptar é acomodar, não transformar"* (FREIRE, 1979: 32).

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora.

Do ponto de vista do educando, a EJA pode se constituir em uma excelente oportunidade de construção de sua auto-imagem positiva, contribuindo para a reparação histórica de tantos anos de exclusão do acesso ao conhecimento sistematizado. E, sobretudo, pode se revelar como possibilidade da afirmação de seus saberes, influenciando na formação de habilidades e de competências sociais, científicas e tecnológicas, pré-requisitos para a efetiva participação social na contemporaneidade.

Para aprender precisamos querer aprender e nos envolver profundamente naquilo que desejamos aprender. Mais do que na relação bipolar professor-aluno, aprendemos em ambientes interativos, no trabalho, na prática, portanto na interação, na vivência. Somos aprendentes a vida toda. Quem para de aprender não deixa de ser um profissional; deixa também de produzir a sua própria existência. Quando deixamos de aprender, deixamos também de viver. (GADOTTI apud FEITOSA, 2009, p. 34).

As palavras de Moacir Gadotti nos levam a refletir sobre a importância de estar aprendendo sempre. Nesse sentido, a escola necessita ter procedimentos metodológicos que garantam a efetiva aprendizagem. É importante realçar a necessidade da interdisciplinaridade e da intertransculturalidade como procedimento metodológico, por meio do qual se estabelece o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, entendendo este como totalidade articulada, e a relação de interdependência entre essas áreas, conforme nos orienta Padilha (2009).

O caminho metodológico para a seleção dos temas geradores inicia-se com a observação da realidade, por meio da saída a campo ou, na impossibilidade dessa ação, por meio de entrevistas com os educandos.

Nessa perspectiva, não apenas as diferentes áreas do conhecimento são articuladas, mas também os respectivos conteúdos e as pessoas envolvidas no fazer pedagógico em cada localidade, formando uma comunidade motivada pela qualidade da educação, criando uma sinergia entre todas as pessoas participantes do processo.

Para garantir um trabalho pautado nos procedimentos metodológicos desejados, sugerimos abaixo algumas estratégias:

- ✓ desenvolver ações pedagógicas na perspectiva do freiriana;
- ✓ garantir a oralidade para que as vozes dos discentes sejam contempladas;
- ✓ trabalhar, para além dos temas geradores, os temas transversais de relevância social;
- ✓ incorporar e valorizar os conhecimentos dos educandos, buscando sempre a ampliação dos seus saberes;
- ✓ lançar mão de variados recursos audiovisuais a fim de oferecer diferentes fontes de formação e informação;
- ✓ utilizar diferentes espaços de aprendizagem, entendendo que esta se dá dentro e fora do espaço escolar;

Sendo assim, respaldada no exposto acima, a gestão da EJA desenvolveu um trabalho de acompanhamento, formação e intervenção centrada em uma proposta que compreende a Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva diferenciada do ensino regular tradicional, tanto pela trajetória pessoal e profissional quanto pelas demandas pessoais e sociais dos sujeitos.

3. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA

A **Educação de Jovens e Adultos** se pauta na oferta de uma educação voltada às pessoas que não tiveram oportunidades para o estudo na idade certa, ou não puderam dá continuidade aos seus estudos, bem como prepará-los ao mercado de trabalho e oferecer uma educação para uma vida cidadã plena.

A Educação de Jovens e adultos em Camaçari é fundamentada metodologicamente e filosoficamente na pedagogia vivida, escrita e defendida por Paulo Freire, que vê o sujeito como autor da sua libertação, tendo o educador como mediador de experiências que o permita construir sua autonomia perante a sociedade em que vive. A Pedagogia Freiriana ou Educação Popular preza pela ação do educando perante seu processo de aprendizagem, essa aprendizagem se dá por meio da construção de conceitos e saberes que sejam significativos, vivos e orgânicos. O processo de ensino e aprendizagem precisa reverberá na realidade desse educando, melhorando sua vida ou pelo menos incitando uma postura crítica perante ela.

Para a efetivação de uma proposta pedagógica que atenda as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos Jovens e Adultos no Município de Camaçari fez-se necessário reconstruir a EJA a partir de posturas afirmativas e olhares não escolarizados, pois a educação de jovens, adultos e idosos não deve ser comparada a um suposto modelo ideal de escolarização.

A proposta pedagógica da EJA está pautada pelo dever do Estado de garantir a Educação Básica às pessoas jovens, adultas e idosas na especificidade dos Tempos Humanos levando em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência destes educandos. Portanto é orientada pelos ideários da Educação Popular: **formação técnica, política e social**.

O Currículo da EJA orienta-se de forma que contemple a diversidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia, cultura, valores e vivências específicas. Desta forma esta proposta curricular está organizada em aprendizagens por Tempos Humanos, Eixos Temáticos e Temas Geradores, assegurando a superação do pensar e do fazer pedagógico organizado por disciplinas, pois é necessário reformar o pensamento para que se possam formar os sujeitos da EJA não mais por disciplinas, mas sim por áreas do conhecimento, as quais devem dar conta de explicar as questões sociais. Assim, caberá aos educadores o pensar e planejar coletivo.

Quanto à **metodologia** é adequada às condições de vida dos jovens e adultos e idosos relacionadas ao mundo do trabalho e conhecimentos históricos, socialmente construídos que favorecem a leitura crítica da realidade, requerendo as contribuições de todas as áreas do

conhecimento e por essa razão a ação pedagógica deve ser planejada e acompanhada coletivamente.

Nesta perspectiva foram criadas duas ofertas assim denominadas, - Tempo de Formação - com estrutura presencial e Tempo de Saber – com estrutura semipresencial, ambas organizadas por Áreas de conhecimento, por Eixos Temáticos e Temas Geradores, contemplando a Base Nacional Comum articuladas com os saberes e conhecimento da vida cidadã: O Tempo de Formação divide-se em dois segmentos: Tempo de Formação I, com equivalência dos anos iniciais do ensino fundamental e Tempo de Formação II com equivalência dos anos finais do ensino fundamental ambos com Estrutura presencial.

O Tempo de Formação I é composto por 03 (três) eixos temáticos: I- Identidade e Cultura; II - Cidadania e Trabalho; III - Saúde e Meio Ambiente. As áreas do conhecimento abrangem: Linguagens (Língua Portuguesa e Matemática) e Estudos da Sociedade e da Natureza (História, Geografia e Ciências).

Para os anos finais da EJA o Tempo de Formação II é composto por 02 (dois) eixos temáticos: (IV) Meio Ambiente e Movimentos Sociais; (V) Trabalho e Economia Solidária. As áreas do conhecimento deste tempo abrangem: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática e Artes); Estudos da Sociedade e da Natureza (Ciências, Geografia, História e Filosofia) e a parte Diversificada do Currículo (Introdução ao Mundo do Trabalho e Atividades Laborais).

A oferta Tempo de Saber com estrutura semipresencial equivale aos anos finais do ensino fundamental com matrícula semestral 02 (duas) vezes por ano;

As aulas presenciais ocorrem em 03 (três) dias semanais e 02 (dois) dias se constitui em estudos orientados para os educandos. Os Eixos Temáticos e área do conhecimento desta oferta equivalem à mesma estrutura do Tempo de Formação II. Os componentes curriculares do Tempo de Saber (Língua Estrangeira, Artes, História, Geografia, Filosofia e Ciências) têm estrutura didática semestral, já os componentes curriculares (Matemática, Língua Portuguesa e Introdução ao Mundo do Trabalho/Atividades Laborais) têm estrutura didática anual.

O Acompanhamento do Percurso será realizado através de diferentes atividades e instrumentos avaliativos, com momentos individuais e em grupos, respeitando os diversos ritmos dos educandos, e as diversas formas de intervenções didáticas dos professores, com a intenção de redimensionar a prática pedagógica na busca da melhoria do ensino e aprendizagem para professores e alunos.

Neste sentido, foi eliminado o ritual de semana de provas bimestrais, predefinidas em calendário. Porém, não significa que, pelo fato de não existir “a prova” como instrumento seletivo e classificatório, deixe de existir o momento de verificação individual do que foi estudado. Contudo, esses momentos servirão para a retomada da ação pedagógica, no sentido de planejar novas intervenções didáticas para garantir a aprendizagem.

Durante o percurso cada professor desenvolve suas aulas, utilizando o tema gerador, os subtemas e os conteúdos da área do conhecimento, específica de cada disciplina para garantir a aprendizagem dos aspectos cognitivos e sócio-formativos (oralidade, leitura, escrita, a escuta, o diálogo). Isto significa que à medida que o educando vai desenvolvendo os aspectos cognitivos e sócio-formativos ele vai se apropriando dos conteúdos das disciplinas. Sendo assim, os conteúdos das disciplinas são meios para desenvolver os aspectos cognitivos e sócio-formativos. À proporção que os alunos vão desenvolvendo a aprendizagem dos referidos aspectos, o professor vai registrando nas suas anotações a legenda: C – Aprendizagem Construída; EC – Aprendizagem em Construção; AC – Aprendizagem a Construir.

Considerando que a proposta pedagógica da educação de jovens, adultos e idosos do município de Camaçari foi elaborada tendo como centro o processo de aprendizagem, orienta-se para que não haja retenção dos educandos (as) entre os Eixos Temáticos, salvo se a frequência for insuficiente a ponto de inviabilizar o acompanhamento do processo formativo pelo educador.

FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana. Paulo Freire (2002, p.80).

O Programa Curricular da EJA vigente no município é uma referência para a efetivação de uma política educativa que atenda as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos jovens, adultos e idosos. Buscamos (re) planejar as práticas pedagógicas da EJA a partir de posturas afirmativas e olhares não escolarizados, pois a EJA não deve ser comparada a um suposto modelo ideal de escolarização. Para garantir a inserção da política da EJA no projeto político pedagógico da escola, o ensino e sua efetivação nos espaços de ensino numa proposta curricular organizada em aprendizagens por Tempos Humanos, Eixos Temáticos e Temas Geradores de forma a contemplar as especificidades. Ressaltando os princípios e pressupostos que devem nortear a

implementação desta prática pedagógica através de discussões com os atores desse processo: direção coordenação, alunos, comunidade, secretaria de educação e membros de conselhos educativos. Nesta perspectiva, desenvolvemos ao longo dos últimos anos uma formação para os educadores da EJA em Camaçari abordando os seguintes temas:

- ✓ Fortalecimento das Políticas Municipais da EJA;
- ✓ Oficinas de estratégias metodológicas em EJA;
- ✓ Leitura e escrita como compromisso de todas as áreas;
- ✓ Projeto Político Pedagógico – PPP (revisão / construção)-
- ✓ Articulação da proposta curricular ao livro didático da EJA;
- ✓ Diretrizes curriculares nacionais da educação básica - EJA;

A formação continuada dos educadores e coordenadores sempre foi uma ação de suma importância na busca pela qualidade no trabalho na Educação de Jovens e Adultos em Camaçari. Essa formação em serviço tem como base o processo de ação-reflexão-ação que contribuem para amadurecimento da prática pedagógica, bem como no estudo teórico/prático da nossa metodologia e filosofia de trabalho.

A formação em serviço é um direito dos educadores, um ponto importante para o crescimento profissional e um instrumento para a ampliação da capacidade técnica e humana do professor em serviço. Nisto se configura também o direito dos educandos da educação de Jovens e Adulto-EJA de ter um profissional capacitado e preparado para a mediação do conhecimento.

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional (FREIRE, 1996).

A Educação de Jovens e Adultos que tem a abordagem freiriana como fundamento e princípio pedagógicos requer uma prática de acompanhamento pedagógico feita de diálogos constantes com seus atores e isso acontece seja nos encontros mensais com os professores e coordenadores, ou nos acompanhamentos, que se tornam formativos, pelas escutas e pelas intervenções em loco realizadas. Ambas ações são formativas, pois estimula nos educadores e coordenadores reflexões e mudanças de posturas e ampliação do olhar da ação pedagógica.

As formações de modo geral foram realizadas pela própria técnica da coordenadoria de ensino e aprendizagem-CEAP/EJA, que mensalmente, a partir dos acompanhamentos em locos, pelas escutas realizadas nas formações com os coordenadores e educadores, construímos um plano de formação baseado nesses diálogos e nas observações das necessidades pedagógicas dos grupos de professores e de coordenadores.

Os impactos sentidos dessas formações estão principalmente na conquista da autonomia das escolas na elaboração de projetos pedagógicos significativos e resoluções de conflitos na escola sem tanta interferência da coordenação pedagógica da CEAP/EJA. Um outro ponto importante é o amadurecimento nas discussões nas formações e uma defesa da Educação de Jovens e Adultos, pois hoje os educadores na sua maioria, enxergam essa modalidade com mais compromisso e de forma diferenciada, pois sabem que a EJA é uma política de reparação a esse público que não teve acesso a escola regular no tempo certo. Mais ainda, é um dever nosso esta metodologicamente e teoricamente preparado para esse público que possuem necessidade pedagógicas especiais devido a vários fatores externos, sociais e pessoais.

Essas formações ao longo desses anos vêm sendo avaliada de forma positiva pelos educadores e coordenadores, sua frequência sempre é de excelência e os que faltam justificam a ausência, mostrando assim respeito pela ação e equipe que a organiza. Nesses casos das ausências, o material é posteriormente disponibilizado nos acompanhamentos pedagógicos a escola, bem como é discutido os questionamentos chaves das formações. Importante salientar que os profissionais que participam dessas formações são certificados no final de cada ano letivo pela Secretaria de Educação de Camaçari.

É Indispensável insistir com Freire, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (FREIRE, 1996, p.44).

AVANÇOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO DE CAMAÇARI

Atualmente temos conquistas ao longo desses anos na Educação de Jovens e Adultos de Camaçari, a principal delas foi sem dúvida a criação, publicação e efetivação da Resolução do CME nº 06 de 24 de novembro de 2011, que estabelece as diretrizes para a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no sistema de Ensino do Município de Camaçari/Ba. Dentre outros avanços também importantes temos:

- ✓ A garantia das formações continuadas dos coordenadores pedagógicos e professores da modalidade da EJA, porém ainda somente mediadas pelos técnicos da própria equipe da EJA e alguns parceiros da Seduc;
- ✓ A entrada de novos técnicos para acompanhamentos das escolas na equipe da EJA;
- ✓ Apesar da evasão (especialmente nos dois últimos anos com grande número de dias paralisados por conta das greves) não foi fechada nenhuma escola a noite durante os últimos 04 anos;
- ✓ A inserção de uma técnica do NUAPS na composição da equipe da EJA nos acompanhamentos pedagógicos as escolas.
- ✓ O Acompanhamento 100% das escolas da EJA, bem como a relação da equipe com as respectivas escolas;
- ✓ A parceria da Equipe EJA com Secretaria da Mulher na realização de palestras e oferta de materiais impressos para uso pedagógico nas escolas;
- ✓ Parceria com o COFIC para as palestras de Empreendedorismo e Sexualidade;
- ✓ Realização dos diálogos pedagógicos com a participação de 90% dos coordenadores pedagógicos e aqueles que faltaram enviaram por email esses dados e posteriormente dialogados na escola com técnica que acompanha a escola;
- ✓ A compreensão por parte das escolas da metodologia e princípio pedagógicos e filosófico da EJA visto isso nos eventos e projetos desenvolvidos pelas escolas de forma autônoma, com poucas intervenções da equipe da EJA;
- ✓ A presença maciça dos coordenadores nos encontros de formação;
- ✓ A presença de praticamente 100% dos professores nos encontros de formação;
- ✓ A cobertura de 100% das escolas com coordenadores pedagógicos e de 90% com vice-gestor específico no turno noturno;
- ✓ A adesão ao Festival de Talentos realizado inicialmente no interior das Unidades Escolares;
- ✓ A conquista de roteiro exclusivo de transporte para alunos da Escola Yolanda Pires;
- ✓ A autonomia das Unidades Escolares em decidirem seus temas geradores para desenvolvimento do projeto bimestral partindo das suas necessidades;

- ✓ A realização dos Torneios de Futsal da EJA (interescolar) na sede;
- ✓ A realização de diversas Feiras de Empreendedorismo ao longo dos últimos três anos como fortalecimento da Temática principal da EJA;
- ✓ A participação das escolas na ação pedagógica EJA em Cena de forma criativa, apresentando não uma demonstração única e sim como culminância de uma ação pedagógica realizada ao longo do ano letivo.
- ✓ Certificação dos educadores participantes das formações.

DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CAMAÇARI

Sem dúvida a maior dificuldade encontrada na Educação de Jovens e Adultos em Camaçari é a evasão dos educandos. Evasão essa sendo causada principalmente pela violência em torno das escolas e em 2015 e 2016 de forma pontual pela greve dos professores de e pelos servidores que já chega a mais de 6 meses. Essa última greve deixa os educandos sem alimentação escolar, item de suma importância para a permanência do educando noturno. Porém a ainda outras dificuldades não menos importante a citar:

- ✓ A falta de transporte a noite, tanto os oferecidos pela SEDUC quanto pelo transporte público da cidade; Transporte este que atendeu de forma muito deficiente principalmente aos alunos da orla. E para os alunos da sede algumas escolas não tiveram nem de forma precária;
- ✓ A carência de materiais didáticos principalmente para as aulas de Arte;
- ✓ A falta de uma consultoria ou equipe maior para a realização das formações, pois sobrecarregou a equipe realizando acompanhamento, formação e questões administrativas;
- ✓ Falta de formação para a própria equipe da EJA, para aprofundamento teórico acerca da modalidade;
- ✓ Falta de material gráfico para reprodução dos cadernos de suporte pedagógico aos projetos bimestrais assim como os simulados das Unidades Escolares;
- ✓ A ausência de funcionamento pleno das escolas a noite devido a falta de funcionários no noturno como: Bibliotecária, monitor de informática, arte educador, apoio ao esporte

educacional e em algumas escolas secretaria, auxiliar administrativo e merendeira (mesmo antes da greve);

- ✓ A iluminação precária dentro e no entorno da escola;
- ✓ A metodologia da EJA ainda não aplicada integralmente por alguns educadores fazendo com que o ensino desta clientela tão específica ainda se traduza nos moldes no ensino regular.
- ✓ Este ano especificamente o planejamento coletivo ficou parcialmente prejudicado para que evitas sermos assim mais suspensão das aulas.
- ✓ Não teve transporte específico para acompanhamento as escolas da EJA da orla. Quando tinha se deslocava da sede e tinha que retornar antes das 21:30 o que por vezes dificultou o acompanhamento efetivo. Sedo necessário o uso do transporte pessoal para poder dar o devido suporte pedagógico.

PROJETOS DESENVOLVIDOS

EJA em cena

EJA EM CENA faz parte do Projeto Pedagógico da Secretaria de Educação que tem como foco os processos de ensino e aprendizagem, que visa reconhecer o mérito do trabalho docente e dos diversos atores do contexto escolar, e suas contribuições à melhoria da qualidade da Educação Básica, por meio de experiências pedagógicas bem sucedidas.

As escolas fazem suas apresentações através de coral, jogral, teatro, dramatização, exposição, dança, entre outros.

A ação pedagógica **EJA EM CENA** tem como objetivos:

I - reconhecer o trabalho dos professores, coordenadores e gestores da rede pública municipal que, no exercício da atividade pedagógica, contribuíram de forma relevante para a qualidade da Educação;

II – reconhecer a relevância do Projeto Pedagógico da Educação de Jovens e Adultos no processo de aprendizagem dos educandos da rede municipal;

III- dar visibilidade às experiências pedagógicas exitosas;

IV - valorizar os esforços dos educandos através da ação mediadora do professor/educador

Ciclo de palestras

Como a organização do currículo é articulado aos aspectos da vida cidadã, uma das metodologias em EJA é a realização mensalmente nas Unidades Escolares de diversas palestras com temas que contemplem os Eixos Temáticos Identidade e Cultura, Cidadania e Trabalho, Saúde e Meio que se desdobram em Temas Geradores: saúde, sexualidade, direitos civis, políticos e sociais, trabalho, educação do consumidor, meio ambiente, dentre outros. Assim como o trabalho com as palestras consideram o pluralismo, a organização dos tempos e espaços e o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares.

3.6.2 Oficinas de empreendedorismo: EJA e você, tecendo sonhos empreendendo para a vida.

As oficinas são realizadas bimestralmente na perspectiva do SER empreendedor com parceiros e a PMC. No primeiro momento acontece a discussão do perfil dos sujeitos da EJA, dos seus tempos humanos, da (re)construção da identidade, em seguida o desenvolvimento das oficinas como parte prática da ação empreendedora: customização de peças. Temas dos bimestres:

1. Gerações diferentes: Desafios e possibilidades;
2. Protagonismo juvenil: Construindo identidades;
3. Um olhar sobre Camaçari: Na perspectiva do empreendedorismo;
4. Desenvolvimento sustentável: Empreendendo vidas.

Festival de talentos

O Festival tem como objetivo promover a integração entre todos da comunidade escolar através das diversas expressões da arte, é voltado para o desenvolvimento da capacidade de expressão do aluno, descobrindo suas habilidades e competências e contribuindo para o desenvolvimento da sua autoestima, estimular diversos interesses pela arte. O Festival acontece no primeiro semestre e culmina em junho com as apresentações dos talentos de cada Unidade Escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que houve avanços significativos na Educação de Jovens e Adultos deste município, pois os dados encontrados comparados com os atuais demonstram isso. Entretanto há muito ainda a se fazer, principalmente no que diz respeito a dinâmica da escola da EJA, bem como na postura e prática pedagógica dos agentes envolvidos no processo educativos dos nossos jovens, adultos e idosos.

Ao participar desta comunidade educacional contribuímos fortemente com a busca por aprendizagens significativas e emancipatórias, pautadas no diálogo e na prática da participativa dentro do âmbito escolar. Nosso foco se pautou, principalmente no tripé formação-acompanhamento-intervenção.

O movimento de ação-reflexão-ação que orientou toda a atuação da nossa gestão, pressupõe a conscientização por parte de toda equipe pedagógica. O ponto de partida deve ser o incômodo e o desconforto dos educadores com as práticas vigentes na EJA. A escola pode criar oportunidades para que esse inconformismo seja explicitado e compreendido em suas razões profundas. O mal-estar com o que vem ocorrendo na realidade das escolas da EJA deve ser aproveitado para a revisão das práticas, de modo a identificar os momentos em que tem sido exercida uma prática pedagógica que não atenda aos anseios dos sujeitos da EJA, para buscar alternativas de superação.

Buscamos nunca permitir que os professores se sentissem sozinhos nessa empreitada. Uma forma que encontramos de tornar os assuntos como: evasão, fracasso, violência, metodologia adequada a EJA, temas de reflexão menos solitária para o professor é debater o assunto coletivamente na escola, tomando algumas decisões conjuntas.

Procuramos, também, mostrar que a difícil tarefa de romper com a cultura tradicional sobre a prática pedagógica, pressupõe o trabalho coletivo, persistente e perseverante dos profissionais da educação. Apontamos algumas diretrizes e rumos, mas deixamos um campo aberto de possibilidades que deverão ser construídas pelos profissionais da educação em seu fazer cotidiano, a partir de uma nova concepção de Educação de Jovens e Adultos

O desafio é promover ações que garantam implantação de política de melhoria das condições de acesso, permanência e sucesso na EJA, ações que garantam o desenvolvimento de proposta pedagógica e curricular voltada para atender as especificidades da modalidade, ações de garantia ao apoio para os alunos, elaboração e promoção de políticas públicas complementares à EJA, articulação entre os programas que atendam a essa modalidade e parcerias com outras

instituições, redução dos índices de evasão, aumento da oferta de vagas para a comunidade, aquisição de acervo bibliográfico para suporte as atividades de coordenação, redimensionamento da formação continuada em serviço e organização de um banco de atividades que permita aos alunos que se ausentam por motivo de trabalho, ter mais uma opção de estudo ao invés da opção de desistir.

Com certeza, novas ações deverão acontecer, pois qualquer projeto pedagógico que se pense para essa modalidade, deve ser uma obra aberta que só se realiza em seu palco privilegiado, a sala de aula da qual se retroalimenta permanentemente.

Deixamos aqui também o nosso agradecimento aos colegas que fizeram parte desta coordenação seja em acompanhamento, seja em formação, seja em atendimento educacional especializado. Os mesmos por motivos diversos foram relatados nas Unidades Escolares nestes últimos meses: Aparecida Cerqueira, Joseane Alves, Raimunda Alves, Silene Alencar, Cândida e Alessandro Corpani.

Equipe EJA

ANEXO D - RESOLUÇÃO 06/2011 DO CONSELHO MUNICIPAL DE CAMAÇARI
RESOLUÇÃO CME N.º 06/11

Estabelece diretrizes para a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema de Ensino do Município de Camaçari, Estado da Bahia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME, no uso de suas competências, em conformidade com o disposto na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos emanadas do Parecer CNE/CEB n.º 11 de maio de 2000, do Parecer CNE/CEB n.º 29/2006 e Parecer CNE/CEB n.º 23 de 2008, na Resolução CNE/CEB n.º 01 de 05 de julho de 2000, na Resolução CNE/CEB n.º 3, de 15 de junho de 2010, de acordo com o Parecer CME n.º 28/11, de 24 de novembro de 2011 e considerando:

- Direito fundamental de todos à educação;
- que o sistema de ensino deve assegurar a oferta regular e gratuita de cursos a jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria;
- que a educação de jovens e adultos é modalidade de educação básica nas etapas do ensino fundamental, destinada àqueles que não tiveram acesso e continuidade de estudos na idade própria,

RESOLVE

Art.1º-A educação de jovens e adultos terá identidade própria para atendimento aos processos educacionais de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho e se estrutura através de cursos.

Art.2º-Os cursos de educação de jovens e adultos com avaliação no processo deverão ter:

- I. estrutura que, atendendo às necessidades educacionais desta clientela, se organize de forma presencial ou semipresencial, anual ou semestral, em grupos não seriados com base na idade ou competência, por módulos de disciplina, por área do conhecimento ou outra forma de organização, desde que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar:
 - a) os cursos presenciais serão estruturados para o desenvolvimento do Ensino Fundamental, com avaliação no processo, em 200 dias de efetivo trabalho escolar, sendo exigido 75% de frequência mínima do total de horas letivas;
 - b) os cursos com estrutura semi-presencial, implantados em regime de alternância de estudos, devem atender a carga horária estabelecida nesta resolução, combinando a educação presencial e não presencial, sendo que as atividades não presenciais não podem ultrapassar 50% da carga horária total do curso.

a) duração mínima que proporcione o tempo necessário para aquisição de habilidades e competências e garanta os conhecimentos básicos significativos para esta clientela: Ensino Fundamental:

- mínimo de 1.200 horas de efetivo trabalho escolar – correspondente à escolaridade dos quatro primeiros anos;
- mínimo de 1.600 horas de efetivo trabalho escolar – correspondente à escolaridade dos quatro últimos anos;

II. Currículo que se alicerce em princípios e eixos norteadores e considere:

- a) A identidade dos alunos e suas práticas sociais;
- b) os conhecimentos escolares socialmente significativos para esta clientela, relacionando-os aos aspectos da vida cidadã;
- c) o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores;
- d) a base nacional comum do currículo, conforme as Resoluções CNE/CEB02/98e03/98, contemplando:
 - no ensino fundamental, conhecimentos relativos às áreas de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, história, geografia, matemática e ciências;
 - a oferta de língua estrangeira moderna, obrigatória para os quatro últimos anos do ensino fundamental, podendo ser desenvolvida através da organização de turmas com alunos de níveis equivalentes de conhecimento da língua;
 - A oferta de artes, obrigatória no ensino fundamental, podendo ser desenvolvida de forma interdisciplinar, articulada com os demais componentes curriculares ou através da organização de turmas com horários alternativos, garantindo-se ao aluno o acesso às diversas formas das expressões artísticas e socioculturais;
 - a organização do currículo que deverá estar articulada com temas da vida cidadã, tais como: saúde, sexualidade, direitos civis, políticos e sociais, trabalho, educação do consumidor, meio ambiente, dentre outros;

III. metodologias que considerem o pluralismo, a organização dos tempos e espaços, o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares;

IV. materiais didáticos específicos, apropriados às necessidades dos educandos, que devem se constituir em importantes instrumentos de apoio para professores e alunos;

V. Concepção de avaliação, inserida no desenvolvimento dos cursos, devendo

ser contínua e cumulativa, considerando o conhecimento dos alunos em espaços extra-escolares, o desenvolvimento de competências e habilidades e a obrigatoriedade de estudos de recuperação, quando necessário, paralelos ao período letivo. Para alunos sem comprovação de escolaridade, mediante avaliação feita pela escola que defina o seu grau de desenvolvimento e experiência, será garantida a matrícula no curso ou etapa adequada, em relação aos conhecimentos demonstrados.

Art.3º-Os docentes que atuam na educação de jovens e adultos deverão ter formação de nível superior, sendo admitida a formação em nível médio na modalidade normal para exercício nos quatro primeiros anos do ensino fundamental. (Art.19 da Resolução CEE n.º 138/2001).

Parágrafo único – Compete à esfera pública e particular a formação continuada dos docentes, que a lie capacitações presenciais, em serviço e à distância, através de atividades que correspondam a estágios ou cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização.

Art.4º- Quanto à duração e estrutura dos cursos de EJA no município, haverá 02 (duas) ofertas denominadas **TEMPO DE FORMAÇÃO**-com estrutura presencial – e **TEMPO DE SABER**

– com estrutura semi-presencial -, ambas organizadas por Áreas de Conhecimento, por Eixos Temáticos e Temas Geradores, contemplando a Base Nacional Comum articuladas com os saberes e conhecimento da vida cidadã:

§1º.O **TEMPO DE FORMAÇÃO** divide-se em 02 (dois) segmentos–**TEMPO DE FORMAÇÃO I**, com equivalência dos anos iniciais do ensino fundamental e **TEMPO DE FORMAÇÃO II**, com equivalência dos anos finais do Ensino Fundamental. Estrutura presencial perfazendo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

I. Para os anos iniciais da EJA–**TEMPO DE FORMAÇÃO I** – a duração mínima de 02(dois)ou 03 (três) anos letivos, com uma carga horária de 800 (oitocentas) horas anuais, totalizando uma carga horária final de2400 (duas mil e quatrocentas) horas;

II. Será composto por 03 (três) **EIXOS TEMÁTICOS**:

(I) Identidade e Cultura;

- (II) Cidadania e Trabalho;
- (III) Saúde e Meio Ambiente.

III. As áreas do conhecimento abrangerão: Linguagens (Língua Portuguesa e Matemática) e Estudos da Sociedade e da Natureza (História, Geografia e Ciências). Serão desenvolvidas por EIXOS TEMÁTICOS e por TEMAS GERADORES.

IV. Para os anos finais da EJA – **TEMPO DE FORMAÇÃO II** – a duração mínima de 02(dois) anos letivos, com uma carga horária de 800 (oitocentas) horas anuais, totalizando uma carga horária final de 1600 (mil e seiscentas) horas;

V. O TEMPO DE FORMAÇÃO II será composto por 02 (dois) EIXOS TEMÁTICOS:

- (IV) Meio Ambiente e Movimentos Sociais;
- (V) Trabalho e Economia Solidária.

VI. As áreas do conhecimento abrangerão :Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática e Artes); Estudos da Sociedade e da Natureza (Ciências, Geografia, História e Filosofia) e a parte Diversificada do Currículo (Introdução ao Mundo do Trabalho e Atividades Laborais).

§2º. O **TEMPO DE SABER** com estrutura semi-presencial, equivale aos anos finais do ensino fundamental e segue a organização abaixo:

- a) Duração mínima de 02 (dois) anos letivos;
- b) Matrícula semestral 02 (duas) vezes por ano;
- c) As aulas presenciais ocorrerão em 03 (três) dias semanais e 02(dois) dias se constituirão em Estudos Orientados para os educandos.

I. O TEMPO DE SABER terá uma carga horária de 800 (oitocentas) horas anuais, sendo 200 (duzentas) horas de Estudos Orientados e 600 (seiscentas) horas presenciais. Totalizando uma carga horária final de 1600 (mil e seiscentas) horas;

II. Será composto por 02 (dois) EIXOS TEMÁTICOS:

- (IV) Meio Ambiente e Movimentos Sociais;
- (V) Trabalho e Economia Solidária

III. As áreas do conhecimento abrangerão: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática e Artes); Estudos da Sociedade e da Natureza

(Ciências, Geografia, História e Filosofia) e a parte Diversificada do Currículo (Introdução ao Mundo do Trabalho e Atividades Laborais).

IV. Os componentes curriculares do TEMPO DE SABER (Língua Estrangeira, Artes, História, Geografia, Filosofia e Ciências) tem estrutura didática semestral, já os componentes curriculares (Matemática, Língua Portuguesa e Introdução ao Mundo do Trabalho/Atividades Laborais) tem estrutura didática anual.

Art.5º-

As propostas curriculares da EJA, TEMPO DE SABER e TEMPO DE FORMAÇÃO, e são organizadas em aprendizagens por Tempos Humanos, Eixos Temáticos e Temas Geradores, assegurando a superação do pensar e fazer pedagógico organizado por disciplinas, considerando:

- Formar os sujeitos da EJA por áreas do conhecimento, as quais devem dar conta de explicar as questões sociais da contemporaneidade;
- Garantir o aproveitamento de estudos e conhecimentos realizados antes do ingresso nos cursos da EJA, bem como os critérios para verificação do rendimento escolar, devem ser garantidos aos jovens e adultos, tal como prevê a Lei n.º 9.394/96;
- Caberá ao seduc adotar uma nova postura: a do pensar coletivo;
- Incentivar a oferta da EJA nos períodos escolares diurno e noturno, para atender a diversidade dos educandos desta modalidade.

Art. 6º - O Sistema Municipal de Ensino ajustar-se-á, mediante normas suplementares, ao disposto nesta Resolução.

Art. 7º - As situações excepcionais, não contempladas por esta Resolução, serão submetidas ao Conselho Municipal de Educação – CME, órgão normativo e competente do Sistema Municipal de Ensino.

Art.8º-Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Camaçari, 1º de dezembro de 2011.

Lígia dos Anjos Burgos de Araújo
Presidente do CME

Observação: Publicada no Diário Oficial do Município (D.O.M.), número: 439, página(s):20-22.

ANEXO E - RESOLUÇÃO CME N.º 06/11

RESOLUÇÃO CME N.º 06/11

Estabelece diretrizes para a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Sistema de Ensino do Município de Camaçari, Estado da Bahia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME, no uso de suas competências, em conformidade com o disposto na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos emanadas do Parecer CNE/CEBn.º 11 de maio de 2000, do Parecer CNE/CEB n.º 29/2006 e Parecer CNE/CEB n.º 23 de 2008, na Resolução CNE/CEB n.º 01 de 05 de julho de 2000, na Resolução CNE/CEB n.º.3, de 15 de junho de 2010, de acordo com o Parecer CME n.º 28/11, de 24 de novembro de 2011 e considerando:

- direito fundamental de todos à educação;
- que o sistema de ensino deve assegurar a oferta regular e gratuita de cursos a jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria;
- que a educação de jovens e adultos é modalidade de educação básica nas etapas do ensino fundamental, destinada àqueles que não tiveram acesso e continuidade de estudos na idade própria,

RESOLVE

Art.1º - A educação de jovens e adultos terá identidade própria para atendimento aos processos educacionais de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho e se estrutura através de cursos.

Art. 2º - Os cursos de educação de jovens e adultos com avaliação no processo deverão ter:

- I. estrutura que, atendendo às necessidades educacionais desta clientela, se organize de forma presencial ou semi-presencial, anual ou semestral, em grupos não seriados com base na idade ou competência, por módulos de disciplina, por área do conhecimento ou outra forma de organização, desde que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar:
 - a) os cursos presenciais serão estruturados para o desenvolvimento do Ensino Fundamental, com avaliação no processo, em 200 dias de efetivo trabalho escolar, sendo exigido 75% de frequência mínima do total de horas letivas;
 - b) os cursos com estrutura semi-presencial, implantados em regime de alternância de estudos, devem atender a carga horária estabelecida nesta resolução, combinando a educação presencial e não presencial, sendo que as atividades não presenciais não podem ultrapassar 50% da carga horária total do curso.
- II. duração mínima que proporcione o tempo necessário para aquisição de habilidades e competências e garanta os conhecimentos básicos significativos para esta clientela:
 - a) para o Ensino Fundamental:
 - mínimo de 1.200 horas de efetivo trabalho escolar – correspondente à escolaridade dos quatro primeiros anos;
 - mínimo de 1.600 horas de efetivo trabalho escolar – correspondente à escolaridade dos quatro últimos anos;
- III. Currículo que se alicerce em princípios e eixos norteadores e considere:
 - a) a identidade dos alunos e suas práticas sociais;
 - b) os conhecimentos escolares socialmente significativos para esta clientela, relacionando-os aos aspectos da vida cidadã;
 - c) o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores;
 - d) a base nacional comum do currículo, conforme as Resoluções CNE/CEB 02/98 e 03/98, contemplando:
 - no ensino fundamental, conhecimentos relativos às áreas de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes, história, geografia, matemática e ciências;
 - a oferta de língua estrangeira moderna, obrigatória para os quatro últimos anos do ensino fundamental, podendo ser desenvolvida através da organização de turmas com alunos de níveis equivalentes de conhecimento da língua;

- a oferta de artes, obrigatória no ensino fundamental, podendo ser desenvolvida de forma interdisciplinar, articulada com os demais componentes curriculares ou através da organização de turmas com horários alternativos, garantindo-se ao aluno o acesso às diversas formas das expressões artísticas e socioculturais;
- a organização do currículo que deverá estar articulada com temas da vida cidadã, tais como: saúde, sexualidade, direitos civis, políticos e sociais, trabalho, educação do consumidor, meio ambiente, dentre outros;

IV. metodologias que considerem o pluralismo, a organização dos tempos e espaços, o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares;

V. materiais didáticos específicos, apropriados às necessidades dos educandos, que devem se constituir em importantes instrumentos de apoio para professores e alunos;

VI. Concepção de avaliação, inserida no desenvolvimento dos cursos, devendo ser contínua e cumulativa, considerando o conhecimento dos alunos em espaços extra-escolares, o desenvolvimento de competências e habilidades e a obrigatoriedade de estudos de recuperação, quando necessário, paralelos ao período letivo. Para alunos sem comprovação de escolaridade, mediante avaliação feita pela escola que defina o seu grau de desenvolvimento e experiência, será garantida a matrícula no curso ou etapa adequada, em relação aos conhecimentos demonstrados.

Art. 3º - Os docentes que atuam na educação de jovens e adultos deverão ter formação de nível superior, sendo admitida a formação em nível médio na modalidade normal para exercício nos quatro primeiros anos do ensino fundamental. (Art. 19 da Resolução CEE n.º 138/2001).

Parágrafo único – Compete à esfera pública e particular a formação continuada dos docentes, que alie capacitações presenciais, em serviço e à distância, através de atividades que correspondam a estágios ou cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização.

Art. 4º - Quanto à duração e estrutura dos cursos de EJA no município, haverá 02 (duas) ofertas denominadas **TEMPO DE FORMAÇÃO** - com estrutura presencial - e **TEMPO DE SABER**

– com estrutura semi-presencial -, ambas organizadas por Áreas de Conhecimento, por Eixos Temáticos e Temas Geradores, contemplando a Base Nacional Comum articuladas com os saberes e conhecimento da vida cidadã:

§ 1º. O **TEMPO DE FORMAÇÃO** divide-se em 02 (dois) segmentos – **TEMPO DE FORMAÇÃO I**, com equivalência dos anos iniciais do ensino fundamental e **TEMPO DE FORMAÇÃO II**, com equivalência dos anos finais do Ensino Fundamental. Estrutura presencial perfazendo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

I. Para os anos iniciais da EJA – **TEMPO DE FORMAÇÃO I** – a duração mínima de 02 (dois) ou 03 (três) anos letivos, com uma carga horária de 800 (oitocentas) horas anuais, totalizando uma carga horária final de 2400 (duas mil e quatrocentas) horas;

II. Será composto por 03 (três) **EIXOS TEMÁTICOS**:

(I) Identidade e Cultura;

(II) Cidadania e Trabalho;

(III) Saúde e Meio Ambiente.

III. As áreas do conhecimento abrangerão: Linguagens (Língua Portuguesa e Matemática) e Estudos da Sociedade e da Natureza (História, Geografia e Ciências). Serão desenvolvidas por **EIXOS TEMÁTICOS** e por **TEMAS GERADORES**.

IV. Para os anos finais da EJA – **TEMPO DE FORMAÇÃO II** – a duração mínima de 02 (dois) anos letivos, com uma carga horária de 800 (oitocentas) horas anuais, totalizando uma carga horária final de 1600 (mil e seiscentas) horas;

V. O **TEMPO DE FORMAÇÃO II** será composto por 02 (dois) **EIXOS TEMÁTICOS**:

(IV) Meio Ambiente e Movimentos Sociais;

(V) Trabalho e Economia Solidária.

VI. As áreas do conhecimento abrangerão: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática e Artes); Estudos da Sociedade e da Natureza (Ciências, Geografia,

História e Filosofia) e a parte Diversificada do Currículo (Introdução ao Mundo do Trabalho e Atividades Laborais).

§ 2º. O **TEMPO DE SABER** com estrutura semi-presencial, equivale aos anos finais do ensino fundamental e segue a organização abaixo:

- a) Duração mínima de 02 (dois) anos letivos;
- b) Matrícula semestral 02 (duas) vezes por ano;
- c) As aulas presenciais ocorrerão em 03 (três) dias semanais e 02 (dois) dias se constituirão em Estudos Orientados para os educandos.

I. O TEMPO DE SABER terá uma carga horária de 800 (oitocentas) horas anuais, sendo 200 (duzentas) horas de Estudos Orientados e 600 (seiscentas) horas presenciais. Totalizando uma carga horária final de 1600 (mil e seiscentas) horas;

II. Será composto por 02 (dois) EIXOS TEMÁTICOS:

- (IV) Meio Ambiente e Movimentos Sociais;
- (V) Trabalho e Economia Solidária

III. As áreas do conhecimento abrangerão: Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática e Artes); Estudos da Sociedade e da Natureza (Ciências, Geografia, História e Filosofia) e a parte Diversificada do Currículo (Introdução ao Mundo do Trabalho e Atividades Laborais).

IV. Os componentes curriculares do TEMPO DE SABER (Língua Estrangeira, Artes, História, Geografia, Filosofia e Ciências) tem estrutura didática semestral, já os componentes curriculares (Matemática, Língua Portuguesa e Introdução ao Mundo do Trabalho/ Atividades Laborais) tem estrutura didática anual.

Art. 5º - As propostas curriculares da EJA, TEMPO DE SABER e TEMPO DE FORMAÇÃO, estão organizadas em aprendizagens por Tempos Humanos, Eixos Temáticos e Temas Geradores, assegurando a superação do pensar e fazer pedagógico organizado por disciplinas, considerando:

- Formar os sujeitos da EJA por áreas do conhecimento, as quais devem dar conta de explicar as questões sociais da contemporaneidade;
- Garantir o aproveitamento de estudos e conhecimentos realizados antes do ingresso nos cursos da EJA, bem como os critérios para verificação do rendimento escolar, devem ser garantidos aos jovens e adultos, tal como prevê a Lei n.º 9.394/96;
- Caberá aos educadores uma nova postura: a do pensar coletivo;
- Incentivar a oferta da EJA nos períodos escolares diurno e noturno, para atender a diversidade dos educandos desta modalidade.

Art. 6º - O Sistema Municipal de Ensino ajustar-se-á, mediante normas suplementares, ao disposto nesta Resolução.

Art. 7º - As situações excepcionais, não contempladas por esta Resolução, serão submetidas ao Conselho Municipal de Educação – CME, órgão normativo e competente do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Camaçari, 1º de dezembro de 2011.

Lígia dos Anjos Burgos de Araújo
Presidente do CME